

# **Geografia Regional dos Países Centrais**

**Genésio José dos Santos  
Sônia de Souza Mendonça Menezes**



**São Cristóvão/SE  
2012**

# Geografia Regional dos Países Centrais

Elaboração de Conteúdo  
Genésio José dos Santos  
Sônia de Souza Mendonça Menezes

---

## **Projeto Gráfico**

Neverton Correia da Silva  
Nycolas Menezes Melo

## **Capa**

Hermeson Alves de Menezes

## **Diagramação**

Nycolas Menezes Melo

## **Copydesk**

Flávia Ferreira da Silva

---

**Presidente da República**

Dilma Vana Rousseff

**Ministro da Educação**

Aloízio Mercadante Oliva

**Diretor de Educação a Distância**

João Carlos Teatini Souza Clímaco

**Reitor**

Josué Modesto dos Passos Subrinho

**Vice-Reitor**

Angelo Roberto Antonioli

**Chefe de Gabinete**

Ednalva Freire Caetano

**Coordenador Geral da UAB/UFS****Diretor do CESAD**

Antônio Ponciano Bezerra

**coordenador-adjunto da UAB/UFS****Vice-diretor do CESAD**

Fábio Alves dos Santos

**Diretoria Pedagógica**

Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

**Diretoria Administrativa e Financeira**

Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)

Sylvia Helena de Almeida Soares

Valter Siqueira Alves

**Coordenação de Cursos**

Djalma Andrade (Coordenadora)

**Núcleo de Formação Continuada**

Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

**Núcleo de Avaliação**

Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)

**Núcleo de Tecnologia da Informação**

João Eduardo Batista de Deus Anselmo

Marcel da Conceição Souza

Raimundo Araujo de Almeida Júnior

**Assessoria de Comunicação**

Guilherme Borba Gouy

**Coordenadores de Curso**

Denis Menezes (Letras Português)

Eduardo Farias (Administração)

Paulo Souza Rabelo (Matemática)

Hélio Mario Araújo (Geografia)

Lourival Santana (História)

Marcelo Macedo (Física)

Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

**Coordenadores de Tutoria**

Edvan dos Santos Sousa (Física)

Raquel Rosário Matos (Matemática)

Ayslan Jorge Santos da Araujo (Administração)

Carolina Nunes Goes (História)

Viviane Costa Felicíssimo (Química)

Gleise Campos Pinto Santana (Geografia)

Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)

Laura Camila Braz de Almeida (Letras Português)

Lívia Carvalho Santos (Presencial)

Adriana Andrade da Silva (Presencial)

**NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO**

Hermeson Menezes (Coordenador)

Marcio Roberto de Oliveira Mendonça

Neverton Correia da Silva

Nicolás Menezes Melo

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"

Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze

CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE

Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474



# Sumário

## **AULA 1**

A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do Capitalismo ..... 07

## **AULA 2**

O papel dos Países Centrais na Divisão Internacional do Trabalho....17

## **AULA 3**

A emergência da questão ambiental: a característica destrutiva do sistema do capital e o paradigma da sustentabilidade ambiental.....27

## **AULA 4**

A formação dos blocos econômicos internacionais..... 37

## **AULA 5**

Os movimentos separatistas nos Países Centrais ..... 47

## **AULA 6**

A Questão Demográfica nos Países Centrais.....57

## **AULA 7**

Problemáticas Contemporâneas nos Países Centrais Europeus: racismo, xenofobia e desemprego.....67

## **AULA 8**

O Japão e sua importância como país desenvolvido (central) no mundo asiático ..... 77

## **AULA 9**

O Japão e seu entorno regional: perspectivas futuras.....89

## **AULA 10**

Austrália e Nova Zelândia: países desenvolvidos na Oceania.....97



# Aula 1

## A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL DOS PAÍSES CENTRAIS E A RELAÇÃO COM A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

### **META**

Desmistificar o paradigma do eurocentrismo e focar a sua relação com a evolução do capitalismo.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Compreender o processo histórico-econômico de formação dos países centrais na perspectiva relacionada a evolução do capitalismo;  
Entender os mitos instituídos pelos colonizadores sobre a formação da Europa e a constituição do eurocentrismo.

**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

Na trajetória em curso da sua formação acadêmica em Geografia, iniciamos um novo itinerário, agora pelos Países Centrais um percurso que terá inicialmente discussões teóricas essenciais para a compreensão do espaço geográfico em especial dos Países Centrais (Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia).

Nesta aula, apresentaremos uma reflexão sobre a formação histórica dos Países Centrais - nesse caso da Europa - conceitos essenciais para o entendimento da apropriação do espaço e os seus desdobramentos integrados com a evolução do capitalismo, com a sua dinâmica excludente e opressora na escala global. Na discussão do processo de formação do continente europeu, exige-se do professor a desmistificação de determinados enfoques os quais enfatizam a supremacia da Europa e a sua missão civilizatória no processo de colonialismo isto é, o eurocentrismo. O mito europeu necessita ser redimensionado, o que vai requerer do professor mais do que apenas o conhecimento do conteúdo, ele precisa redimensionar seus valores para não se deixar levar por opiniões que perdura a visão do colonizador. O resgate da formação histórica e estrutural da Europa correlacionado à evolução do capitalismo serão abordados visando uma compreensão da expansão do capitalismo e da supremacia dos Países Centrais, o que torna necessário pensá-las constantemente sobre os vários elementos que podem ser utilizados para possibilitar uma aprendizagem contextualizada e significativa nesta disciplina.

É importante que você leia os textos e realize as atividades durante a leitura, porque elas serão importantes para a compreensão das etapas seguintes.

### A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL DOS PAÍSES CENTRAIS E A RELAÇÃO COM A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO

Na disciplina Países Centrais temos como objetivo suscitar discussões a respeito de conceitos que estão arraigados na memória de professores e alunos, fundamentada no paradigma do eurocentrismo, e reforçada por vezes em livros didáticos. Como adverte Anibal Quijano (2005) precisamos provocar a querer aprender e a nos libertar do espelho eurocêntrico, assim como, refletir sobre o que não somos (identidade construída pelos europeus pós o domínio nas colônias).

De início, é fundamental propor uma discussão abalizada nos estudos de Enrique Dussel (2005), no qual o autor ressalta primeiramente o denominado “deslizamento semântico” ocorrido com o nome Europa. Ele reporta que a referida nomenclatura sofreu significativas variações ao longo da História, de acordo com o papel por ela desempenhado no próprio contexto histórico.

Para o autor, “a mitológica Europa é filha de fenícios, logo, de um semita. Esta Europa vinda do Oriente é algo cujo conteúdo é completamente distinto da Europa “definitiva” (a Europa moderna)” (id. 2005, p.55). Nos seus estudos ele enfatiza o equívoco que se faz ao confundir a Grécia com a futura Europa. A Europa futura situava-se ao Norte da Macedônia e ao Norte da Magna Grécia na Itália. O lugar da futura Europa (a “moderna”) era ocupado pelo “bárbaro” por excelência, de maneira que posteriormente, de certo modo, usurpará um nome que não lhe pertence.

É conveniente realçar que nos primórdios a Ásia e a África (o Egito) são as culturas mais desenvolvidas, e os gregos clássicos têm clara consciência disso. Enquanto isso, a Europa “moderna” (em direção ao Norte e ao Oeste da Grécia) é considerada por Dussel(2005) como o incivilizado, o não-humano, logo, a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa é um invento ideológico de fins do século XVIII romântico alemão.

Assim, apresentaremos nessa aula o entendimento a respeito da Europa, segundo os autores Dussel(2005), Coronil(2005) e Quijano(2005). Eles abordam acerca do papel hegemônico do continente europeu e ressalta que por vezes esse papel é confundido com as iniciativas dos impérios (então em formação ou em pleno apogeu) como o português, espanhol, inglês, holandês, francês, belga, alemão e inclusive até mesmo italiano. Logo, observa-se uma grande confusão imposta pelo colonizador.

O domínio dos povos denominados europeus inicia com o ciclo das “grandes navegações”, que constituiu como resposta à tomada de Constantinopla pelos turco-otomanos, fruto do uso de truculência e obscurantismo colonialista desses povos. Posteriormente, os demais impérios localizados na denominada Europa na ânsia de conquistar nova rota comercial para as Índias adota as mesmas práticas truculentas dos turcos-otomanos. Entretanto, essa prática era vista como algo normal típico do colonizador, nesse sentido, Enrique Dussel(2005) lembra que em determinados períodos a Europa ou os seus países postulavam como símbolo a “vocação imperial – isto é, no senso comum ocidental, não existia país europeu digno do nome sem colônia”. Por conseguinte, o fato de possuir o domínio sobre territórios constituía em característica fundamental, símbolo do poder, da força e da riqueza.

No âmbito desta aula, propomos uma discussão das questões mais diretamente vinculadas à difusão do paradigma eurocentrista e mais diretamente ao colonialismo a partir da experiência da América Latina. Vejamos alguns exemplos dessa investida dos denominados colonizadores no Novo Mundo.

## A CONQUISTA DO “NOVO MUNDO” E O PARADIGMA EUROCENTRISTA

No século XVIII, filósofos do Iluminismo fundamentaram o projeto de modernidade, no qual o desenvolvimento da ciência, do conhecimento

demonstrava um caráter um padrão mundial de poder tendo como norteador o modelo ditado, criado, elaborado pelo europeu. Logo, o europeu é concebido como moderno, avançado, atualizado, enquanto isso, os demais, os outros, as colônias, o restante das culturas e povos não têm valor, são renegados, desvalorizados, bárbaros, ignorantes, rudes, selvagens. Esse constituiu no modelo reconhecido como eurocentrismo, modo próprio de produzir conhecimento. O Eurocentrismo consiste em difusão de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII.

Esse modelo específico de conhecimento se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais ou diferentes culturas, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. Porém, esta categoria não vincula toda a Europa, isto é, não condiz a todos países que atualmente conformam o continente europeu.

Esta civilização moderna, auto reconhecida como superior, moderna e, compadecida com a ignorância de outros povos bárbaros, rudes, selvagens procura deverá desenvolver estes povos. Além disso, precisam divulgar a fé cristã aos bárbaros e caso estes rudes não aceitem o processo civilizatório, “a práxis moderna deve exercer em último caso a violência se necessário for isto é, deve ser instaurada a guerra justa colonial”(DUSSEL, 2005,p. 64). Por conseguinte, o avanço domínio europeu em vários momentos significou o extermínio em massa dos povos que não se deixavam converter ou explorar, em nome da “missão civilizatória”.

Precisamos resgatar os fatos históricos. Lembrem-se dos ibéricos ao conquistarem o Novo Mundo que a denominam posteriormente de América (Latina), depararam com numerosos povos, com identidade, cultura, língua e história distintas. Dentre eles destacavam-se os astecas, maias, incas entre outros com uma cultura desenvolvida para os padrões europeus.

Os europeus tratam de destruir a riqueza construída por esses povos, exterminar e reduzir todos os grupos a uma cultura e identidade denominando-os de índios. As consequências do poder eurocentrista resultaram na divulgação do estereótipo inferior desses povos e da superioridade alardeada do europeu. Portanto, a Europa enquanto identidade civilizatória, moderna ou símbolo da modernidade, decorre somente após o fenômeno da colonialidade na América. Após o domínio do Novo Mundo (América) que a Europa constituirá as bases para o domínio do mercado mundial. Para tanto, as atividades primárias como a mineração e a agricultura constituíram bases fundamentais para o enriquecimento e o domínio do europeu.

Para Dussel (2005) o problema fundamental da nossa identidade latino-americana está na oposição à interpretação hegemônica de Modernidade, pois esta se apresenta necessariamente eurocêntrica, porque indica como pontos de partida fenômenos que necessitam de explicações unicamente da Europa para justificar os processos, como: a Reforma Protestante, a Ilustração e a Revolução Francesa. A outra Modernidade consiste em definir

como fundamental do mundo moderno uma compreensão histórica que tem como ponto de partida a Conquista da América (1492), ou seja, quando a América Latina surge como a “outra face”, aquela que é dominada, explorada e encoberta.

O colonialismo implementado na América Latina apresenta-se permeado de violência em que aquela civilização moderna se julga superior, o que lhe obriga a “desenvolver os mais primitivos e bárbaros” e que impõe processos educativos que têm a Europa como referência. A violência colonial, neste caso, não tem somente o objetivo de garantir o respeito dos homens e das mulheres subjugadas, também procura desumanizá-los de maneira que ser latino-americano passa a significar ser estrangeiro em sua própria terra, é ser tudo “o que não somos.”

Para Dussel (2005), trata-se da realização da trans-modernidade porque o que a modernidade definiu como “emancipação” diz respeito desde seu lugar (“nós”, Europa) e não desde o lugar dos “outros”.

É nesse ambiente de colonialidade que procuramos compreender o significado e as intencionalidades, dos colonizadores e a construção de teorias nas quais enfatizavam o poder supremo da Europa e dos europeus e o não reconhecimento das civilizações então existentes nas colônias. Subjugar a nossa cultura, as técnicas, os conhecimentos existentes naturalizava a opressão e a dominação das riquezas em nome da fé, do racionalismo, da civilização.

De acordo com os postulados teóricos de Enrique Dussel (1993), “o eurocentrismo é exatamente o haver-se confundido a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como centro”. O que se entende por eurocentrismo, ainda com base na assertiva de Dussel (2005), é o ponto de vista de um mundo que funciona graças à lógica cultural europeia. Entretanto, essa lógica vai influenciar outros países, sobretudo no século XX, quando pensamentos, atitudes e ações implementadas por outras nações não europeias apresentam esse teor de domínio e supremacia e avassalamento de culturas em favor da cultura.

Faz-se necessário refletirmos sobre as relações entre aqueles povos conhecidos como dominantes/exploradores e os denominados dominados/explorados e identificaremos as arremetidas implementadas pelos Estados Unidos (um dos países centrais) na contemporaneidade idêntica ao eurocentrismo. As práticas dessa “potência capitalista” é considerado para vários autores como típica, semelhante às práticas e a difusão de ideias difundidas pelos europeus quando da chegada ao Brasil e a outros países da América. Mas, de acordo com Coronil (1999), a terminologia não deve ser a mesma eurocentrismo para os dois grupos. Ele defende que deve ser utilizada na contemporaneidade a denominação Ocidentalismo visto que abarca os europeus e os norte-americanos com práticas semelhantes já ressaltada anteriormente.

Atualmente esse autor ressalta que o avanço da exploração capitalista foi modificado sobretudo a partir da década de 1970, e está relacionado à

alteração na concentração e no caráter dos fluxos financeiros facilitados pelo avanço do meio técnico científico-informacional que proporcionou novas formas de integração global as quais estão interligadas a uma polarização social dentro de algumas nações e entre as mesmas – os Países Centrais.

Contextualizar o ocidentalismo se refere a uma maneira mais ou menos ampla às estratégias imperiais de representação de diferenças culturais estruturadas nos termos de uma oposição entre o Ocidente superior e os outros povos subordinados. Todavia, o paradigma atual estar relacionado a globalização. Os novos discursos os quais ressaltam o avanço do capital nos países em desenvolvimento, da tecnologia da descentralização industrial facilitados pelos avanços científicos eliminando as barreiras entre países, se faz necessário destacar o denominado globocentrismo.

Nesse sentido, Fernando Coronil (2005. P. 126) ressalta que o globocentrismo expressa a persistente dominação ocidental através de estratégias que incluem:

1. a dissolução do Ocidente no mercado e sua coristalização em nódulos de poder financeiro e político menos visíveis;
2. a alternância de conflitos culturais através da integração de culturas distantes num espaço global comum;
3. uma mudança da alteridade à subalternidade como a modalidade dominante de estabelecer a diferenças culturais.

Esse novo paradigma difunde e a diferença cultural está dissolvida no mercado onde as fronteiras foram abolidas, e o mercado cria uma ilusão de que a ação humana é livre e os problemas estruturais como desemprego, pobreza e marginalização estariam relacionados a dificuldades pessoais. A difusão das ideias a respeito da globalização evoca igualdade e uniformidade de culturas, ao apagar as diferenças entre Centro e periferia constitui em uma ilusão difundida na contemporaneidade. Portanto, o globocentrismo proporciona a diferenciação do mundo com a desigual distribuição de poder e riqueza entre os países encoberta por essa aura de um mundo mais homogêneo e do avanço da ciência e da tecnologia para todos que tem por objetivo o progresso.

## CONCLUSÃO

Perceber as relações entre dominantes e dominados nos diferentes períodos da história e a difusão de ideias as quais enalteciam povos e subjugavam os outros foram retratados e são repetidos com novas roupagens. Neste sentido, torna-se fundamental entender os paradigmas impostos pelos povos dominadores como o eurocentrismo, o ocidentalismo e na atualidade o globocentrismo, refletindo as farsas e as formas utilizadas para explorar, subjugando povos e suas culturas. Portanto, a experiência histórica demonstra, que o capitalismo mundial está longe de ser uma to-

talidade homogênea e contínua. Ao contrário, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos concretizados nas relações de produção ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontínua, ou mesmo conflitiva. Configurados de formas diferenciadas buscam reproduzir-se, utilizando-se do meio técnico científico, mas, concomitantemente resgatando práticas eurocentristas.



## RESUMO

Estudar os Países Centrais e os paradigmas criados por esses povos se faz necessário para entender as contradições configuradas no espaço geográfico. Entender os instrumentos de dominação, utilizados pelos Países Centrais nos diferentes períodos, considera-se como essencial para o entendimento da concentração de riquezas e poder nos referidos países, assim como as discrepâncias advindas desse modelo nos países periféricos. Torna-se fundamental para o entendimento das relações de poder, buscar as referências e as práticas criadas para subjugar povos, culturas em nome de uma razão civilizatória e da fé.



## ATIVIDADES

1. Analise a descrição de Von Martius e relacione ao conceito de eurocentrismo:

No início do século XIX, o naturalista alemão Carl Von Martius (1822) esteve no Brasil em missão científica para fazer observações sobre a flora e a fauna nativas e sobre a sociedade indígena. Referindo-se ao indígena, ele afirmou:

Permanecendo em grau inferior da humanidade, moralmente, ainda na infância, a civilização não o altera, nenhum exemplo o excita e nada o impulsiona para um nobre desenvolvimento progressivo (...). Esse estranho e inexplicável estado do indígena americano, até o presente, tem feito fracassarem todas as tentativas para conciliá-lo inteiramente com a Europa vencedora e torná-lo um cidadão satisfeito e feliz.

De acordo com as observações do autor, conclui-se que o naturalista Von Martius defendia:

1. Discriminava preconceituosamente as populações originárias da América.
2. Desvalorizava os patrimônios étnicos e culturais das sociedades indígenas e reforçava a missão “civilizadora européia”, típica do século XIX.

Resolução

Quantas vezes já ouvimos estes tipos de questionamentos e a repasamos sem refletir criticamente sobre eles? Você poderia listar algum tipo de incoerência ou inadequação que você já presenciou em sala de aula ou nos meios de comunicação. Registre aqui e publique no Ambiente Virtual para que seus colegas compartilhem sua experiência

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Pode-se entender, então, que o que caracteriza o eurocentrismo é a noção de que qualquer coisa que fuja à lógica cultural europeia é considerada menor, ou menos importante, uma vez que a mesma se torna um padrão, praticamente uma verdade universal. Logo, é preciso desmistificar essa visão eurocêntrica, inclusive nas aulas de Geografia quando utilizamos as representações cartográficas que apresentam a Europa como centro do universo.



### LEITURA COMPLEMENTAR

Eurocentrismo e América Latina  
<http://www.youtube.com/watch?v=Cghp1eO6xeM>



### PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos conhecer a temática da Divisão Internacional do Trabalho, sua origem, evolução e as discussões referentes a nova DIT conceitos essenciais para o entendimento da configuração socioespacial e o domínio dos países Centrais e suas relações com os países periféricos.



## AUTOAVALIAÇÃO

Releia o texto aqui apresentado, destaque os conceitos relacionados com o Eurocentrismo e Ocidentalismo e Globocentrismo. Faça uma reflexão das consequências advindas desses paradigmas na América e particularmente no Brasil. Aprofunde seus conhecimentos com a leitura complementar sugerida.

## REFERÊNCIAS

- CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo; do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, setembro, 2005, pp.105-132.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, setembro, 2005, pp. 55-70.
- JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo – A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.** São Paulo: Ática, 2004.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, setembro, 2005, p.227-278.
- VON MARTIUS, Carl. **O estado do direito entre os autóctones do Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.



# Aula 2

## O PAPEL DOS PAÍSES CENTRAIS NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

### **META**

Compreender o papel dos Países Centrais na Divisão Internacional do Trabalho e as suas repercussões nos países periféricos.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Relacionar a Divisão Internacional do Trabalho - DIT ao processo de Colonialismo implementado pelos países europeus nos diferentes continentes;
- Entender a Divisão Internacional do Trabalho e a Nova DIT, assim como as implicações desse processo na escala global.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Aula 01: A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

Nesta aula, refletiremos sobre a Divisão Internacional do trabalho – DIT instaurada com as Grandes Navegações, com o processo de colonialismo no início da expansão mundial do capitalismo e as suas implicações na escala global. A referida DIT consiste em uma especialização produtiva entre os países, tendo sido aprofundada Pós-primeira revolução industrial. Portanto, os denominados Países Centrais precursores da Revolução Industrial comandaram o processo, no qual se tornaram os exportadores dos produtos industrializados, enquanto isso, para as colônias restou somente o papel de exportadores de matérias-primas.

### O PAPEL DOS PAÍSES CENTRAIS NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A DIT corresponde a uma especialização das atividades econômicas em caráter de produção, comercialização, exportação e importação entre distintos países do mundo. Pode-se dividir em três fases a Divisão Internacional do Trabalho.

A primeira fase diz respeito à época do colonialismo, quando as potências exploravam as suas colônias, de forma a obter produtos agrícolas e tudo o mais que não conseguiam produzir em seus países. Nesse sentido, Coronil (2005, p. 110) ressalta “desde os tempos coloniais, a “periferia” tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato”. A acumulação primitiva colonial constitui em um elemento indispensável da dinâmica interna do desenvolvimento capitalista.

Na segunda fase, apesar de as ex-colônias já estarem independentes, a estrutura anterior da DIT colonial mantêm-se: os países subdesenvolvidos (antigas ex-colônias) são responsáveis por exportar aos países desenvolvidos matérias primas e produtos agrícolas, enquanto importavam destes últimos produtos manufaturados e industrializados, com alto valor agregado.

No contexto da nova ordem econômica internacional, surge a terceira fase da Divisão Internacional do Trabalho, entretanto essa última divisão coexiste em determinados espaços com a segunda revolução em vários continentes. Os países subdesenvolvidos não são mais meramente agrícolas ou exclusivamente exportadores de matéria-prima. Todavia, esta característica ainda é marcante na economia de alguns países, mas a indústria já aparece como fator relevante. Além disso, não são mais somente as exportações e importações de produtos que configuram a Divisão Internacional do Trabalho. Uma característica que permeia a nova DIT é a relação também com os fluxos de capitais, com os investimentos diretos. Desse modo, observa-se que a nova Divisão Internacional do Trabalho é mais complexa, envolvendo o fluxo de mercadorias e de capitais e tendo os países subdesenvolvidos não mais como somente fornecedores de matéria-prima para os desenvolvidos.

## DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO CLÁSSICA

Recordando a temática da aula anterior, na qual abordamos o paradigma do eurocentrismo e da colonialidade, implementado nos países latino-americanos, desde o início do século XVI, onde foram desenvolvidas os referidos paradigmas implementando formas de subordinação em consonância com o capital internacional.

Inicialmente esses países contribuíram para o desenvolvimento do capital comercial e bancário da Europa, sustentando o sistema manufatureiro. Posteriormente, procedeu a criação do setor industrial europeu, medida que se ampliava o mercado consumidor para as manufaturas e se constituía as colônias como centro gerador de matéria-prima.

O processo de desenvolvimento do capitalismo que foi instaurado configurava-se pela dependência dos países latino-americanos de forma aprofundada, particularmente a partir de meados do século XIX quando se concretiza a primeira divisão internacional do trabalho. Naquele momento, coube aos países latino-americanos independentes a função de produzir alimentos para a população urbana dos países centrais e matéria-prima para a grande indústria europeia. De acordo com Marini (2000) recriam-se novas formas de subordinação para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Desse modo, aprofunda-se a divisão internacional do trabalho, quando os países industrializados (Países Centrais) constituem em responsáveis ou especializados mundiais como produtores de manufaturas, aos demais resta o papel de consumidor e fornecedor de alimentos.

As relações comerciais entre os países fornecedores de alimentos e matérias-primas e aqueles industriais, resultaram em intercâmbio desigual, isto é, os países fornecedores de manufaturas ou bens industrializados terão conseqüentemente ganhos substanciais quando comparados àqueles fornecedores de alimentos e matérias-primas. As vantagens comparativas em favor daqueles industrializados, tal fato desencadeará uma maior transferência de mercadorias com reduzido valor de troca, e na superexploração da classe trabalhadora.

Nessas relações comerciais entre os países industrializados em face ao monopólio no setor industrial aumentaram o valor das suas mercadorias, enquanto o preço das matérias-primas fornecidas pelos países periféricos têm seus preços conservados ou reduzidos. Tal modelo resulta na continuidade da superexploração no período pós-dependência dos países periféricos. A Divisão Internacional do Trabalho provoca desigualdades.

A partir de meados do século XX alguns países latino-americanos passam a produzir produtos industrializados, dando origem aos parques industriais. Castells (2000, p. 133) ressalta que esse modelo “baseava-se na industrialização em substituição à importação, de acordo com as políticas elaboradas pelos economistas do CEPAL, Nações Unidas, contando com a

expansão dos mercados domésticos protegidos”. Neste momento, a indústria dos países periféricos passa a produzir da mesma forma que os países centrais para um determinado consumidor interno, pertencente às elites nacionais.

O avanço da industrialização em determinados países latino-americanos a partir de meados do século XX, foi promovido pelo Estado, visando o processo de substituição de importações. Com este processo em curso, a necessidade interna passa a ser de importação de bens de capital e não mais de bens de consumo. Contudo, a ausência de poupança interna e a crise permanente do setor externo, tornaram crucial a importação de bens de capital na forma de financiamento e investimento na indústria. Isso não foi difícil uma vez que as grandes corporações dos países centrais possuíam abundantes recursos a serem aplicados no exterior e estavam produzindo grande quantidade de bens de capital, que rapidamente ficavam obsoletos, em face da produção de equipamentos cada vez mais sofisticados. Portanto, os Países Periféricos industrializados seriam os grandes consumidores dos bens de capital obsoletos dos Países Centrais.

Desde a década de 1970 a Divisão Internacional do Trabalho ocorrem alterações substanciais provocadas pelo avanço da tecnificação, a qual Santos (1991, p.11) ressalta que configura um meio-técnico-científico informacional "no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um conteúdo de ciência e de técnica", formando uma paisagem urbana e ou rural com valores culturais reproduzidos pelos Países Centrais. Para Santos (1994, p.48), “o espaço geográfico é uma funcionalização da globalização”. Ele vai ser produzido de acordo com as demandas de quem o idealiza, para permitir fluir suas necessidades. No espaço são materializados os instrumentos técnicos produtivos de qualquer parte do mundo. Essa materialização é possibilidade pela capacidade de comunicação em tempo real, resultante do avanço dos meios de comunicação e transportes.

O espaço geográfico viabiliza a globalização, dado que ele materializa três de seus pressupostos: "a unicidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor" (1994:49). Nesse contexto, discutindo as estratégias do capitalismo no último quartel do século XX, Soja (1993) assinala que as mudanças no padrão produtivo mantiveram as desigualdades geográficas e a manutenção de lucros imensos por parte das transnacionais, como vem ocorrendo desde a segunda Guerra Mundial.

A reestruturação do modelo empresarial com a inserção do paradigma *Toyotismo* em detrimento do modelo *Fordista*, e a concentração e *centralização* do capital não exclusivamente nos setores produtivos, mas também nos setores bancário e financeiro. Nesse ínterim, surge a Nova divisão Internacional do Trabalho.

## NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A Nova DIT (Divisão Internacional do Trabalho) é uma divisão produtiva em âmbito internacional. Os países emergentes ou em desenvolvimento, ou ainda semi-periféricos que obtiveram uma industrialização tardia

e que possuem economias ainda frágeis e passíveis de crises econômicas oferecem aos países industrializados um leque de benefícios e incentivos para a instalação de indústrias, tais como a isenção parcial ou total de impostos, mão-de-obra abundante, entre outros. Essa estratégia de acordo com os postulados de Castells (2000, p.133) estava “fundamentado em uma estratégia de desenvolvimento voltado para o exterior, usando vantagens comparativas em termos de custo para conquistar fatias de mercado na economia global”. Tal modelo buscava imitar a trajetória bem-sucedida dos países asiáticos recém-industrializados como os Tigres Asiáticos.

A Nova DIT direciona uma especialização produtiva global, de acordo com a sua especialização surgem as diferentes posições na economia global/informacional como foi ressaltado por Castells (2000) em: produtores de alto valor com base no trabalho informacional; produtores de grande volume baseados no trabalho de mais baixo custo; produtores de matérias-primas que se baseiam em recursos naturais e aqueles produtores redundantes reduzidos ao trabalho desvalorizado. Logo, a principal característica da Nova DIT relacionada as citadas posições na economia global/informacional podem não coincidir (e não coincide) inteiramente com os limites geográficos dos países. Podemos comparar diversas regiões no Brasil ou em outros países latinos atrativos para o capital internacional, outras continuam redundantes.

Àquelas regiões atrativas ou melhor que oferecem vantagens competitivas são designadas a produzir um determinado produto ou partes do mesmo, recebendo para tal produção diversos tipos de incentivos. Esse processo se expandiu na mesma proporção que o capitalismo. Nessa direção, vários são os exemplos nos quais a linha de montagem está localizada em um país e os componentes são produzidos em outros distantes, porém, atrativos para o capital. Com a deslocalização do setor produtivo o objetivo maior é o custo do produto final, que deverá ser menor e os lucros tendem a ser maiores.

Ainda vale ressaltar os países emergentes, em desenvolvimento ou semi-periféricos como México, Argentina, Brasil, Tigres Asiáticos e outros, adquirem tecnologias a preços altos, enquanto que os produtos exportados pelos países citados não atingem preços satisfatórios, favorecendo os países ricos. Anteriormente esses países tinham como incumbência principal gerar matéria-prima, gêneros alimentícios com o objetivo de fornecê-las aos países industrializados. Na atualidade além de continuar fornecendo os produtos primários, também exporta produtos industrializados para esses países e capital. Os lucros dessas empresas nesses países são remetidos para o seu país de origem, logo os fluxos de capitais são intensos entre os Países Centrais e a Periferia.

Portanto, esse processo que se instituiu com a divisão internacional do trabalho, há mais de um século, tem aprofundado as relações de dependência e conseqüentemente da super-exploração. Apesar da alteração apresentada na configuração econômica, os países da América Latina, Ásia e África, ainda ocupam destaque na produção de produtos primários, porém,

muitas empresas, oriundas dos Países Centrais (norte-americanas, europeias e japonesas), começaram a instalar filiais em algumas regiões desses países. Isso foi intensificado com o processo da globalização, mas não proporcionou a redução das desigualdades e disparidades existentes internamente.

### CONCLUSÃO

Perceber as relações entre dominantes e dominados nos diferentes períodos da história e a difusão de ideias as quais enalteciam povos e subjogavam os outros foram retratados e são repetidos com novas roupagens. Neste sentido, torna-se fundamental entender os paradigmas impostos pelos povos dominadores como o eurocentrismo, o ocidentalismo e na atualidade o globocentrismo, refletindo as farsas e as formas utilizadas para explorar, subjogando povos e suas culturas. Portanto, a experiência histórica demonstra que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos concretizados nas relações de produção ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontínua, ou mesmo conflitiva. Configurados de formas diferenciadas buscam reproduzir-se, utilizando-se do meio técnico científico, mas concomitantemente resgatando práticas eurocentristas.



### RESUMO

Estudar os Países Centrais e os paradigmas criados por esses povos se faz necessário para entender as contradições configuradas no espaço geográfico. Entender os instrumentos de dominação, utilizados pelos Países Centrais nos diferentes períodos, considera-se como essencial para o entendimento da concentração de riquezas e poder nos referidos países, assim como as discrepâncias advindas desse modelo nos países periféricos. Torna-se fundamental para o entendimento das relações de poder, buscar as referências e as práticas criadas para subjugar povos, culturas em nome de uma razão civilizatória e da fé.



## ATIVIDADES

1. “É nosso objetivo estar presente em todo e qualquer país do mundo [...]. Nós, na *Ford Motors Company*, olhamos o mapa do mundo como se não existissem fronteiras. Não nos consideramos basicamente uma empresa americana. Somos uma empresa multinacional. E quando abordamos um governo que não gosta dos Estados Unidos, nós sempre lhe dizemos: De quem você gosta? Da Grã-Bretanha? Da Alemanha? Nós temos várias bandeiras. Nós exportamos de todos os países”. (SANDRONI, P. Novo Dicionário de Economias. SP: Círculo do Livro, 1994. Apud. BOLIGIAN, 2007, p. 447). Relacione essa citação a Nova DIT, comentando-a.

2. Das bananas ao *chip*: “No passado, a Costa Rica já foi conhecida como uma ‘república de bananas’. Era uma referência ao seu principal produto de exportação. [...] Desde 1996, quando foi escolhida para sediar uma das fábricas da *Intel*, o maior produtor mundial de chips para computadores, a Costa Rica ganhou um novo apelido: ‘república do silício’. Trata-se de uma alusão à matéria-prima utilizada na produção de *chips*, os microprocessadores que são os cérebros dos PCs. A construção da fábrica mudou o perfil econômico da Costa Rica, de país agrícola para industrial. [...] A produção é exportada a fabricantes de computadores, sobretudo na Ásia. Atualmente, cerca de 85% dos computadores pessoais do planeta acomodam um *Pentium* em suas entranhas. A opção da *Intel* pela Costa Rica não foi ao acaso. O país é pequeno (do tamanho do Rio Grande do Norte), mas tem uma democracia estável e mão-de-obra barata. [...]” (Época, 11/9/2000. Apud. BOLIGIAN, Levon., BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia: espaço e vivência: volume único: ensino médio. 2 ed. São Paulo: Atual, 2007. p. 276)

Identifique no texto lido uma característica da Nova DIT. Registre aqui e publique no Ambiente Virtual para que seus colegas compartilhem sua experiência.

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

É sabido que do mesmo modo que a Costa Rica, muitos países de diferentes partes do mundo vêm recebendo vultosos investimentos estrangeiros para a instalação de parques industriais, onde serão produzidas mercadorias com certo avanço tecnológico. Ocorre, dessa forma, a consolidação da Nova DIT, ligada às altas tecnologias e aos fluxos mundiais de informações e capitais impulsionados pela

globalização da economia. Inúmeras nações, inclusive a brasileira, tiveram seus perfis econômicos transformados, embora, tais mudanças não romperam com o ciclo de dependência tecnológica e financeira de grande parte dos países de industrialização tardia. A primeira ocorre porque grande parte das tecnologias utilizadas é originária de países desenvolvidos. Em muitos países, seus processos de modernização econômica e produtiva foram financiados por organismos financeiros internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o banco Mundial. Diversos países subdesenvolvidos viram suas dívidas externas triplicar, nas duas últimas décadas.

Adaptado de: BOLIGIAN, Levon., BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. Geografia: espaço e vivência: volume único: ensino médio. 2 ed. São Paulo: Atual, 2007.

Precisamos exercitar diuturnamente a leitura do espaço geográfico, para tanto faz-se necessário o exercício da criticidade no olhar e na análise espacial. Vamos exercitar?



### LEITURA COMPLEMENTAR

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. <http://decon.edu.uy/network/panama/POCH->



### PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos conhecer a emergência da questão ambiental: a característica destrutiva do sistema do capital e o paradigma da sustentabilidade.



### AUTOAVALIAÇÃO

Relia o texto aqui apresentado, destaque os conceitos relacionados a Divisão Internacional do Trabalho e a Nova Divisão Internacional do Trabalho. Faça uma análise sobre os reflexos das mesmas na contemporaneidade no Brasil e em outros países da América Latina e do continente africano.

## REFERÊNCIAS

- BOLIGIAN, Levon., BOLIGIAN, Andressa Turcatel Alves. **Geografia: espaço e vivência:** volume único: ensino médio. 2 ed. São Paulo: Atual, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer. 3ª Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo; do eurocentismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, setembro, 2005, pp.105-132.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência: uma antologia da obra** de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-104.
- \_\_\_\_\_. As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra. In. SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 167-241.
- NABUCO, Maria Regina et al. (orgs.). **Indústria automotiva:** a nova geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico internacional. São Paulo : Hucitec, 1994.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993.



# Aula 3

## **A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL: A CARACTERÍSTICA DESTRUTIVA DO SISTEMA DO CAPITAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **META**

Compreender o papel dos Países Centrais na discussão da questão ambiental.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá: identificar as finalidades do ensino de  
Relacionar a emergência da questão ambiental diante do paradigma capitalista de  
exploração da natureza;  
Entender o crescimento do movimento ambientalista e as implicações dos mesmos na  
defesa do meio ambiente.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Aula 01: A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do  
capitalismo.

**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

Nesta aula, refletiremos sobre a emergência da questão ambiental a partir da década de 1970, como resultado da profunda transformação e da dinâmica implementada pelo paradigma da modernidade, com suas consequências para o meio ambiente. O acelerado ritmo de destruição das florestas, a perda da biodiversidade, a concentração dos gases produtores do efeito estufa e as suas consequências no espaço, tais impactos socioambientais passaram a ser gradativamente discutidos em diferentes escalas. Nesse âmbito surgem movimentos ambientais que indagavam a ideia do progresso difundida pelos Países Centrais e a investida destes nos países emergentes não passava de uma falsa ilusão fundamentada mais uma vez nas ideias eurocentristas, ocidentalistas diante das consequências desastrosas ao meio ambiente impostas pelo capital.

### **A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL: A CARACTERÍSTICA DESTRUTIVA DO SISTEMA DO CAPITAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

O modelo de desenvolvimento eurocentrista, ocidentalista ou gobocentrista implementado na sociedade moderna, apresenta-se desgastado e insustentável no que se refere ao meio ambiente. Esta crise ambiental apresenta-se como a própria crise de um modelo de sociedade e de seus paradigmas, modelo difundido pelos dominadores como via ideal em direção ao progresso da sociedade. Vivemos uma crise ambiental que põe em risco a vida no planeta. A tomada de consciência da crise do meio ambiente tem atraído a comunidade científica e a opinião pública na escala global. A relação dos homens com a natureza apresenta-se complexa em processos que estão direcionados a deterioração dos recursos e o debate dos novos paradigmas tornam-se essenciais direcionados a preservação da mesma.

Convém lembrar a aula 01 quando foi tratado do paradigma do eurocentrismo no qual a modernidade ressaltada é aquela difundida pelos colonizadores/dominadores e que se torna referência aos demais espaços territoriais do mundo. Este paradigma defende que o progresso da humanidade estar relacionada aos ditames saberes difundidos pelos povos detentores como um conhecimento técnico-científico, saber esse superior as demais culturas. No final do segundo milênio e na era da globalização vivemos um aparente paradoxo com a aceleração da devastação a nível global e a ascensão dos movimentos ambientalistas. Para Carlos Valter Porto (2006, p. 26) esses fatos remetem a um grande paradoxo, devastação em massa e os movimentos pró- salvação.

Nessa direção, emergem vários movimentos sociais direcionados a defesa do meio ambiente. Entretanto, não foram observados avanços no sentido de resolução da crise ambiental criada pelo próprio sistema capitalista, quando o próprio planeta aponta sinais da referida crise a exemplo do aquecimento global entre outros.

No final da década de 1960, surgem movimentos ecologistas ou ambientalistas liderados por estudantes, que indagavam sobre o crescimento econômico e a devastação do meio ambiente a nível alarmante.

No início da década de 1970, o Clube de Roma entidade formada por intelectuais e empresários, apresenta “previsões apocalípticas a respeito do esgotamento de alguns recursos e da catástrofe ecológica”, defendendo portanto, o crescimento a nível zero; Os documentos elaborados por esse grupo apresentavam questões a serem solucionadas com vistas a sustentabilidade: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos, e o esgotamento dos recursos naturais (SACHS, 2007, CAMARGO, 2002). Observa-se que nesse contexto o movimento ambientalista criado nos países Centrais embutido de ideias eurocentristas, ressalta o paradigma da natureza intocada.

Contrapondo-se a essa visão da natureza intocada a partir da obra dos Limites do Crescimento, os conceitos de desenvolvimento e meio ambiente passam a ser discutidos com o paradigma do ecodesenvolvimento.

## O PARADIGMA DO ECODESENVOLVIMENTO

O conceito do ecodesenvolvimento foi difundido a partir de 1972, com as primeiras iniciativas voltadas para a promoção de um crescimento econômico ladeado pela repartição qualitativamente dos seus frutos. Este conceito assinalava um novo estilo de desenvolvimento com um enfoque participativo no planejamento e gestão, diante das crises na escala global e a multiplicação de impactos ambientais.

Os proponentes do enfoque estimulavam a busca de soluções alternativas para as necessidades específicas de cada região selecionado para o planejamento. Instigavam a capacidade das populações de identificar os seus próprios problemas e de propor soluções uma forma de governança, apontada como a via privilegiada para a institucionalização de novos padrões de relacionamento (SACHS, 2007).

Segundo os seus postulantes no nível macroeconômico as políticas de ecodesenvolvimento foram caracterizadas como uma tentativa de restabelecer a harmonia perdida entre desenvolvimento e meio ambiente. O Estado nesse caso se torna responsável pela implantação de um conjunto de medidas capazes de orientar e articular as iniciativas que emergem a nível local e que apresentam uma sustentabilidade dentro do padrão modernizador. Para tanto, os diagnósticos e os possíveis cenários ou futuros cenários

planejados deveriam considerar a gestão da tecnologia, o abastecimento de matérias-primas, a gestão de recursos naturais de uso comum, o suprimento energético e a organização das atividades produtivas. Logo, seria preciso conter as práticas predatórias, retardando a exaustão de recursos não-renováveis, assim como o desperdício deveria ser eliminado, em troca do aproveitamento ecologicamente refletido do potencial de biomassa existente em cada contexto socioecológico.(SACHS, 2007, 2004). Logo, o envolvimento da sociedade civil organizada era considerada nesse paradigma como essencial na definição e na articulação política das necessidades coletivas, na identificação das potencialidades econômicas não aproveitadas ou até mesmo desconhecidas nos espaços socioecológicos definidos.

Ainda para balizar tal proposta evidenciou-se o desenvolvimento no setor educacional a necessidade de focar o conceito do ecodesenvolvimento como um ponto fundamental alicerçando a teoria. O objetivo primordial estava relacionado a redução máxima dos níveis de consumo e de desperdício de recursos naturais difundidos como estilos de vida que deveriam ser adotados, estilos esses difundidos pelos Países Centrais adotados por minorias ricas.

De acordo com Sachs (2007) a expectativa dos defensores do ecodesenvolvimento era que esse paradigma passasse a ser um marco norteador do funcionamento de novas políticas de gestão e planejamento, balizando as ações das políticas governamentais. Todavia, o autor ressalta que persistem a combinação desastrosa de reducionismo economista, desinformação, conformismo e inércia institucional. Para ele, as “estratégias de desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado, só acontecerá na medida que formos capazes de superar a hegemonia alcançada atualmente pelas doutrinas neoliberais” (Id. 2007, p.20).

Um novo termo surgiu nos círculos de debates das conferências internacionais, tendo em vista a substituição das desigualdades sociais a discussão do termo desenvolvimento incorporou outro sentido com o uso do adjetivo sustentável. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), representantes governamentais nas diferentes escalas discutiram novas alternativas para o crescimento voltadas principalmente para os denominados países semi-industrializados, semi-periféricos, emergentes, tendo em vista o avanço do setor industrial nesse período e as mudanças provocadas no meio ambiente.

Todavia, a noção de desenvolvimento sustentável traz consigo uma discussão polissêmica tendo em vista que não há um consenso a respeito da sustentabilidade de forma concomitante ao desenvolvimento. Surgem várias indagações, realmente existe um desenvolvimento sustentável no paradigma capitalista? Em que medida pode ser efetiva o desenvolvimento sustentável nos países emergentes, semi-periféricos, se os órgãos de controle e preservação do meio ambiente não tem estrutura para coibir e denunciar os danos provocados pelo capital ao meio ambiente? Como pode o desenvolvimento tornar-se sustentável se as normativas vigentes direcionadas a preservação

do meio ambiente não são cumpridas? Várias são as indagações surgidas, resultando nas incertezas que o termo incorpora a despeito de consensos.

Discutiremos em seguida o paradigma do desenvolvimento sustentável adotado como expressão oficial nos documentos da ONU, UICN e WWF e o surgimento de conferências para a discussão da problemática vivenciada no meio ambiente.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No início da década de 1980, surgiu o conceito de *desenvolvimento sustentável* a partir dos relatórios a respeito das mudanças climáticas, elaborados pelas pesquisas e diagnósticos realizados pela Organização das Nações Unidas como uma réplica às cobranças da população diante da crise ambiental. Esse conceito, da mesma forma que o ecodesenvolvimento, procura conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social, embutido também o respeito ao meio-ambiente.

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, na Noruega, elaborou um documento denominado “*Nosso Futuro Comum*” também conhecido como *Relatório Brundtland*, onde os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento econômico e social em conformidade com a preservação ambiental. (CMMAD, 1987)

Nesse relatório foi elaborada uma das definições mais difundidas do conceito: o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de às gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Com a divulgação deste relatório a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou e organizou a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo em vista à necessidade de redefinir o conceito de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento sócio-econômico e concomitantemente deveria ser inserida a discussão a respeito da deterioração do meio ambiente com o objetivo de detê-la. Para os mentores desse novo modelo de discussão a definição poderia ser concretizado somente com uma aliança entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Portanto, o *Relatório Brundtland* quanto os documentos produzidos pelo Clube de Roma, a respeito do Desenvolvimento Sustentável, receberam duras críticas, por apontarem como causas da insustentabilidade do planeta, o aumento da população e miserabilidade dos países e povos dos países pobres denominados de Terceiro Mundo. Quanto às críticas e denúncias direcionadas aos Países Centrais principais mentores da insustentabilidade, elas apresentaram-se reduzidas, com um tom aprazível.

A teoria do *desenvolvimento sustentável*, ou ecodesenvolvimento, parte do ponto em que a maior parte das teorias que procuraram desvendar os mistérios sociais e econômicos das últimas décadas não obteve sucesso. O modelo de industrialização tardia ou modernização, que ocupou o cerne de diversas teorias nos anos 60 e 70, é capaz de modernizar alguns setores da economia, mas incapaz de oferecer um desenvolvimento equilibrado para uma sociedade inteira. Logo, a modernização não acompanhada do Estado e do apoio da sociedade, desencadeará um processo de decomposição social e ambiental. Desse modo, o conceito do desenvolvimento sustentável constitui como uma alternativa ao tradicional modelo de desenvolvimento imposto pelo paradigma da modernidade.

A dimensão de sustentabilidade social inerente ao conceito, não diz respeito apenas ao estabelecimento de limites ou restrições à persistência do desenvolvimento, mas implica ultrapassagem do econômico: não pela rejeição da eficiência econômica e nem pela abdicação do crescimento econômico, mas pela colocação dos mesmos a serviço de um novo projeto societário, onde a finalidade social esteja “justificada pelo postulado ético de solidariedade intrageracional e de equidade, materializada em um contrato social”. (SACHS, 1995, p. 26)

A ideia do desenvolvimento sustentável está relacionada ao crescimento aliada ao respeito ao meio ambiente, sendo este uma atribuição da sociedade civil. Ao Estado cabe a criação e fiscalização do meio ambiente e o cumprimento de normativas criadas em defesa do patrimônio local/ambiental. Logo pensar em sustentabilidade significa pensar em melhores condições de vida para um dado grupo em determinado ambiente.

Na Conferência da Terra - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro contando com a presença de 108 representantes de Nações, foram aprovados três acordos que deveriam construir a *Agenda 21: a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, que define os direitos e as obrigações dos estados sobre os princípios básicos do meio ambiente e desenvolvimento.

A denominada *Rio-92* contou com a participação da sociedade civil, organizações não governamentais de Brasil e de diversos países. Dessa conferência resultou em um documento dirigido para a área do Meio ambiente que após reavaliações foi aprovado em 2002, *A Carta da Terra*.

Dez anos após a *Rio-92* organizou-se a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, África do Sul, da mesma forma que a conferência anterior contou com a presença de chefes de Estado e de Governo, organizações não-governamentais e empresários. Estes avaliaram o progresso do estabelecimento da *Agenda 21*, um plano de ação mundial para promover o desenvolvimento sustentável a uma escala local, nacional, regional e internacional. O objetivo central da Conferência constituiu em renovar o compromisso mundial de construir um desenvolvimento

sustentável, a cooperação entre os Países Centrais e os Periféricos. Um dos pontos importantes discutidos foi a busca de alternativas energéticas de caráter renovável como um dos objetivos estabelecidos nas diferentes escalas geográficas.

As políticas de desenvolvimento são processos de políticas públicas de Estados nacionais. Os estilos de desenvolvimento estão sustentados por políticas de Estado que, por sua vez, respaldam padrões de articulação muito determinados dos diversos segmentos sociais e econômicos com os recursos disponíveis na natureza.

Contrapondo-se a esse modelo outros movimentos surgem tendo por viés principal a denominada racionalidade ambiental defendida por Enrique Leff (2006).

### RACIONALIDADE AMBIENTAL

Os postulados da racionalidade ambiental de acordo com Porto (2006, p.27) refere-se em uma ética da autoridade por meio de uma política da diferença na igualdade e de uma política de igualdade na diferença. Para tanto, é indispensável o conhecimento acerca da complexidade do ambiente e das relações sócio-econômicas do local em que estamos inseridos bem como dos fundamentos paradigmáticos que justificam e/ou explicam tal relação. E tais fundamentos podem contribuir para manter/justificar ou explicar sem ir a raiz das causas da destruição ambiental e humana; ou ao contrário, construir bases teóricas e práticas a fim de reinventar novas formas de produzir e permitindo novas relações com a natureza, que ultrapasse a relação de domínio e exploração, mas que, se desenvolvam relações de cooperação e inter-relação, que se fundamente num paradigma ecológico diverso do paradigma mecanicista.

Para Leff a crise ambiental é considerada como uma crise social, ou uma crise do capitalismo, crise essa civilizatória resultante de um modelo fundamentado na exploração da natureza. A apropriação da natureza pelo capital e atualmente pelas transnacionais desencadeiam um processo submetendo os povos e o espaço natural a limites de exaustão e devastação não vistos anteriormente. Para tanto, aliam o meio técnico-científico na busca exacerbada da acumulação de riquezas. Entretanto, não somente a natureza é devastada, mas a população de determinadas áreas limitam-se a pobreza e a miséria. Recordando as discussões de Furtado a respeito do desenvolvimento o autor ressaltava: o sistema econômico exerce dupla pressão sobre o meio ambiente, sugando seus recursos – alguns deles inequivocamente esgotáveis (caso do petróleo) – e jogando na natureza a todo instante a sujeira que, em derradeira instância e do ponto de vista termodinâmico, resulta de tudo o que o homem (e qualquer outro ser vivo) faz. Os limites ao crescimento, pois, podem estar na saída, como é o caso, sem dúvida, do gás carbônico da emissão da queima de combustíveis fósseis ou do clo-

rofluorcarbono (CFC) que destrói a camada de ozônio e lança horizontes sombrios sobre o progresso da modernidade.

Por que ignorar na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis, e o dos solos e florestas (dificilmente renováveis)? Por que ignorar a poluição das águas e a destruição total dos peixes nos rios em que as usinas despejam seus resíduos? (FURTADO, 1974).

Nesse debate relacionado a esfera ambiental o debate político tem sido requisitado, tendo em vista os diferentes interesses como foi ressaltado desde o ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e na atualidade a racionalidade ambiental. Segundo Leff (1999, p.120) “os desafios do desenvolvimento sustentável implicam na necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases tecnológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa”. Logo o paradigma “ecológico” emerge, portanto, neste contexto histórico em que se evidencia a insustentabilidade do nosso modo de vida, contesta e questiona os modelos, os conhecimentos que legitimaram o desenvolvimento social e econômico da sociedade capitalista na qual tudo se torna mercadoria.

Portanto, urge o imperativo de ampliarmos o nosso conhecimento buscando reflexões e ações as quais as relações sociais e para com a natureza de acordo com as diferentes classes sociais.

## CONCLUSÃO

Após as discussões apresentadas urge pensarmos em buscar um novo relacionamento com o meio ambiente, faz-se necessário pôr em prática a consciência ecológica, ultrapassando a lógica individualista como modelo centrado pelo capital. A nossa pretensão foi propor um debate sobre a questão ambiental e a diversidade de paradigmas criados a partir da defesa do meio ambiente.



## RESUMO

A emergência da questão ambiental a partir da década de 1970 resultou da profunda transformação e da dinâmica implementada pelo paradigma da modernidade, com suas consequências para o meio ambiente. O acelerado ritmo de destruição passaram a ser gradativamente discutidos em diferentes escalas. Nesse âmbito surgem movimentos ambientais que indagavam a ideia do progresso difundida pelos Países Centrais e os novos paradigmas criados em defesa da questão ambiental diante das desastrosas investidas em nome do progresso nos Países Centrais bem como nos Periféricos.



## ATIVIDADES

Um conceito de sustentabilidade deve estar presente desde as pequenas atitudes diferenciadas de comportamento, como a separação e a reciclagem do lixo doméstico, tomadas pelo cidadão comum. Entretanto, não devemos perder de vista e refletir sobre as investidas e estratégias do grande capital quando em nome do progresso e da produtividade buscam explorar e apropriar-se do meio ambiente devastando as espécies animais, vegetais e o meio como um todo. Diante das investidas contrárias a preservação do meio ambiente elabore uma atividade prática que poderá ser desenvolvida junto aos alunos da educação básica com o objetivo de executar uma prática para preservar o meio em que vivem. Indique a turma e a faixa etária dos alunos e publique na plataforma.

## COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Você como futuro professor mediador do conhecimento tem um papel fundamental em propagar mudanças direcionadas ao meio ambiente. Portanto, converse com os alunos, ou com os seus familiares sobre o consumismo, ou atitudes consumistas adquiridas e as consequências das mesmas para o meio ambiente. Discutam possíveis mudanças e ao mesmo tempo procure saber como o meio ambiente local está sendo tratado na agricultura, no setor comercial, industrial e como as autoridades locais tratam as questões ambientais. Procure discutir esta temática e aprofunde as discussões com os seus colegas.



## LEITURA COMPLEMENTAR

Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. JACOBI, Pedro. IN: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>



### PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos abordar as questões relativas à formação dos blocos econômicos internacionais.



### AUTOAVALIAÇÃO

Refleta sobre a necessidade de mudanças nas pequenas atitudes e faça uma análise do papel das grandes e médias empresas locais diante do meio ambiente. Faça uma lista dos problemas ambientais evidenciados no seu município provocados pela população local e por grupos empresariais que atuam no seu município.

### REFERÊNCIA

- CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. New York: ONU, 1987.
- DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, setembro, 2005, pp. 55-70.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, M. (Org.) **Verde Cotidiano, o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A.1999.
- SACHS, I. **À la Recherche de Nouvelles Stratégies de Développement Enjeux du Sommet Social**. Paris: UNESCO, 1995.
- SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *Terra Livre*, 1991, n. 9, 7-17.

# Aula 4

## A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

### **META**

Discutir a formação de blocos econômicos como uma estratégia capitalista dos Países Centrais e adotadas pelos Países Periféricos.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Compreender o processo de formação dos blocos econômicos internacionais;  
Entender a regionalização como uma estratégia para ampliação do domínio dos países capitalistas.

**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

Com o fenômeno da globalização, o mercado internacional tornou-se bastante competitivo, diante disso, somente os mais fortes prevalecem. O que acontece é uma disputa por mercados em âmbito global.

Muitos países, com o intuito de se fortalecer economicamente, unem-se para alcançar mercados e verticalizar a sua participação e influência comercial no mundo. A criação de blocos econômicos estreitou as relações econômicas, financeiras e comerciais entre os países que compõem um determinado bloco econômico.

Atualmente existem muitos blocos econômicos, esses blocos são formados a partir de acordos comerciais estabelecidos entre os países membros. Com a formação do bloco eles implantam medidas que eliminam total ou parcialmente as barreiras alfandegárias, como eliminação de tributos, além da circulação de mercadorias, capitais, serviços, pessoas e outros pontos que o bloco julgar necessário. Para Santos (2005) a constituição de blocos econômicos tem como objetivo permitir as economias sobretudo dos Países Centrais e as suas respectivas empresas participar de forma agressiva do comércio mundial, procurando o domínio hegemônico.

### A FORMAÇÃO DOS BLOCOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

A organização de blocos econômicos por países como a União Europeia, o Mercosul, o Nafta, a APEC, apresenta-se como rearranjo das relações sociais contemporâneas que buscam ampliar o território apenas para a circulação de mercadorias, restringindo o fluxo de pessoas ao limite do desejável. Logo, o objetivo da formação de blocos econômicos é a intensificação econômica e a flexibilização comercial entre os integrantes. Complementando essa discussão a respeito da idéia da formação de grandes blocos econômicos começa após as Grandes Guerras Mundiais, Haesbaert e Porto Gonçalves (2006, p. 57) ressaltam que a criação dos blocos constituía “em uma tentativa de retirar poder de Estados, especialmente os de maior vocação beligerante, e garantir a paz e o crescimento em um período de grave crise econômica”. A primeira iniciativa deu-se na Europa com uma entidade setorial a CECA com o objetivo de contrapor ao crescimento do poderio norte-americano, soviético e posteriormente o japonês. Após os anos 1980 e 1990 surgem novos blocos econômicos como o NAFTA (Tratado Norte-americano de Livre Comércio), MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) a Apec (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico).

Vale lembrar que existem outros blocos econômicos regionais, todavia eles não apresentam a representatividade nas transações no mercado inter-

nacional. Com o crescimento da economia mundial no período pós-guerra ocorreu uma impressionante expansão do comércio internacional.

O comércio internacional constitui na mola propulsora para a integração comercial mundial. Todavia, as vantagens da integração regional dependem do nível de integração entre os países membros. Alguns fatores contribuirão para o bom resultado da integração a exemplo da localização geográfica dos países, os níveis de desenvolvimento econômico e das relações políticas, econômicas e culturais desses países e, também, da harmonia na criação de instituições que interferem no funcionamento do bloco.

Para alguns autores que defende a regionalização, a formação de blocos regionais tem como objetivo não apenas a criação de zonas de livre-comércio, na qual a circulação de bens e serviços é mais ou menos livre entre os países membros do bloco. Eles apresentam outros tipos de ações, como a criação de uma tarifa externa comum para transações com países de fora do bloco, a coordenação e harmonização de políticas macroeconômicas e setoriais e, num estágio após, a criação de uma moeda comum dentro do bloco. Haesbaert e Porto Gonçalves(2006) ainda esclarecem que a formação de blocos apesar do seu interesse voltado às razões econômicas e a acumulação do capital, eles também apresentam fortes interesses políticos entre os países membros excluindo em alguns casos alguns países que apresentam direcionamentos adversos. Nesse sentido, os autores enfatizam que “a retórica neoliberal dos “mercados livres” e/ou de ampliação de mercados (sempre a favor de economias já privilegiadas) acompanha como pano de fundo a ampliação dos grandes blocos econômicos (Id. 2006, p.59). Os blocos econômicos regionais resultam do processo de globalização de instituições financeiras e comerciais, à custa da reorganização da economia dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial.

Para Vessentini((2003) o fim da URSS, do socialismo e da bipolaridade o avanço da globalização contribuem para o expansão da regionalização ou formação de blocos econômicos iniciado na Europa.

## UNIÃO EUROPÉIA

O processo de unificação europeia se inicia pós Segunda Guerra Mundial. As etapas precedentes constituíram uma espécie de preparação para a unificação financeira, nesse sentido, Santos (2005, p. 102) ressalta que nessa preparação “incluíram medidas objetivando a fluidez das mercadorias, dos homens, da mão-de-obra e do próprio território, inclusive nos países menos desenvolvidos, de modo a que a Europa como um todo se pudesse tornar um continente igualmente fluido”. Porém de acordo com Santos(2005) a unificação europeia tem por objetivo fortalecer os países para competir com os demais membros da Tríade e tirar proveito das relações com o resto do mundo.

De acordo com Castells (2000), a unificação da Europa acabará com as guerras milenares entre as principais potências europeias. O autor ainda ressalta “com seu poderio econômico e tecnológico e influência cultural e política, aliados ao desenvolvimento do Pacífico, servirá de apoio ao sistema de poder mundial em uma estrutura policêntrica, impedindo a existência de qualquer superpotência hegemônica, apesar da contínua preeminência militar (e tecnológica) dos Estados Unidos” (Idem, 2000, p. 385). Para viabilizar o processo de formação da UE, foram criadas novas instituições governamentais e formas de governo, o que denota para Castells (2000) o chamado Estado em Rede.

Nesse sentido, o autor esclarece que a União Europeia resultou de iniciativas políticas postas em prática em três diferentes temporalidades: O BENELUX união aduaneira entre Bélgica, Holanda (Nederland) e Luxemburgo, criada em 1944 para ajudar os países a superarem a crise da guerra e se tornou permanente em 1948 e constituiu um precedente para a formação do bloco europeu.

Vale ressaltar que o primeiro traço de unificação deu-se com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em abril de 1951 em Paris, pelos países do BENELUX, França, Alemanha Ocidental e Itália, com o objetivo de criar um mercado comum nos setores de carvão e aço. Em decorrência dos resultados satisfatórios da criação do CECA, incitaram a criação de novos Tratados como os de Roma que criaram o Euratom com o objetivo de coordenar a política da energia nuclear, assim como a Comunidade Econômica Europeia-CEE com vistas a promoção da melhoria do comércio e dos demais investimentos nas nações membros da CEE.

Em 1973, com a saída de Charles de Gaulle do poder na França e a inserção da Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca a percepção econômica do bloco suplanta as discussões relacionadas a o ritmo da integração política.

A inclusão da Grécia, Portugal em 1981 acrescentou regiões deprimidas e áreas dinâmicas a exemplo da Espanha e posteriormente a Áustria, Suécia e Finlândia.

Com a criação do Tratado de Maastricht assinado em 1991 marcou um processo irreversível de integração econômica e política. Para Castells (2000, p.393) “a integração europeia é, ao mesmo tempo, uma reação ao processo de globalização e sua expressão mais avançada”. Portanto, o processo da globalização se expande de forma concomitante com uma nova regionalização geoeconômica do mundo, isto é, com a formação dos denominados blocos econômicos regionais.

## NAFTA

O Nafta nasce de uma estratégia comercial do Estados Unidos, sendo constituído pelos Estados Unidos e Canadá a partir de um acordo bilateral de livre comércio e posteriormente incorpora o México. O acordo do Nafta

entra em vigor em janeiro de 1994. A estratégia da criação desse bloco econômico representava uma cartada americana para a eventualidade de fracasso das negociações comerciais multilaterais do GATT. Nesse caso, o referido bloco estava projetado para constituir a pedra inicial de uma imensa zona de livre comércio das Américas. O alvo visado era a União Europeia que, liderada pela França, entravava as negociações sobre o comércio de produtos agro-industriais.

O acordo finalmente alcançado nas negociações com a União Europeia refreou o ímpeto de Washington. Quase ao mesmo tempo, o colapso econômico mexicano de 1995, provocado por uma crise aguda nas contas externas do país, provocou a propagação das críticas de setores políticos e sindicais dos Estados Unidos aos projetos de ampliação deste bloco. Nesse período o Chile, propenso a aderir ao referido bloco, decidiu inserir no Mercosul.

Observa-se portanto, que o regionalismo e a formação de blocos econômicos constitui em uma tendência da globalização econômica, onde as estruturas da interdependência econômica global que se desenvolveram no período do pós-guerra foram construídas em torno da consolidação dos, mercados global e da produção global.

## MERCOSUL – MERCADO COMUM DO SUL

O projeto do Mercosul foi instituído pro meio do Tratado de Assunção em 1991, entrando em vigor em janeiro de 1995 com o objetivo principal de romper as divergências existentes entre Brasil e Argentina e concomitantemente promover a abertura das economias de referidos países. Todavia o Mercosul é menos abrangente que a UE no que se refere às relações sociais, políticas e culturais. Nesse sentido o Professor Milton Santos (2005) esclarece que não há uma preocupação com o desenvolvimento homogêneo dos países, observa-se que os investimentos ou as suas iniciativas estão relacionados com o crescimento de algumas empresas direcionadas para o comércio regional, estando as mesmas também inseridas no comércio global. Outro fato díspar da UE trata-se das moedas nacionais, as quais não apresentam comunicação entre si.

## APEC – BACIA DO PACÍFICO

A Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) é um bloco econômico formado para promover a abertura de mercado entre países e Hong Kong (China), que respondem por cerca de metade do PIB e 40% do comércio mundial. Oficializada em 1993, pretende estabelecer a livre troca de mercadorias entre todos os países do grupo até 2020.

Membros - Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas Cingapura, Coréia do Sul, Tailândia, EUA (1989); China, Hong Kong (China), Taiwan (Formosa) (1991); México, Papua Nova Guiné (1993); Chile (1994); Peru, Federação Russa, Vietnã (1998).

A expressão Bacia do Pacífico associou-se à noção de um bloco econômico na década de 1970, quando os chamados Tigres Asiáticos - Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul - empreenderam a sua acelerada arrancada industrial. Essa arrancada foi impulsionada por investimentos japoneses diretos, deslocados do arquipélago pelo aumento dos custos de produção associado aos choques de preços do petróleo e à elevação dos salários internos.

Após uma década surgem os denominados NPIS- Novos países industrializados: Tailândia, Malásia e Indonésia, resultantes igualmente do investimento dos capitais industriais japoneses. Esse avanço atinge na atualidade países como as Filipinas e o Vietnã.

Os baixos custos da abundante força de trabalho, os vastos recursos naturais, as oportunidades de investimento em infra-estruturas de transportes, comunicações e hotelaria, as garantias fornecidas pelos donos do poder na China tudo isso atrai as corporações empresariais asiáticas para o novo oceano da economia de mercado que se abre.

A dinâmica desses investimentos relaciona-se com a presença de uma vasta elite econômica de origem chinesa disseminada pela Ásia meridional e oriental.

Os Tigres Asiáticos surgiram como "plataformas de exportação", orientando a sua economia industrial para os mercados do Ocidente e para o Japão. Do ponto de vista comercial, portanto, a integração regional era bastante fraca e tornava-se difícil, inclusive, caracterizar esse conjunto heterogêneo de países e cidades-Estado como um bloco econômico. Todavia, os investimentos supranacionais e o crescimento econômico transformam e dinamizam os intercâmbios intra-regionais denotando como um bloco econômico de caráter regional.

### ASEAN

A Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) surge em 1967, na Tailândia, com o objetivo de assegurar a estabilidade política e de acelerar o processo de desenvolvimento da região. Com a eliminação das barreiras econômicas e alfandegárias em vigor desde o ano 2002, avança os investimentos nesses países sobretudo nos denominados NPIS.

Membros - Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia (1967); Brunei (1984); Vietnã (1995); Miramar, Laos (1997); Camboja (1999).

## CONCLUSÃO

A história recente mostra que com a globalização dos mercados, da tecnologia, do capital, as empresas e o com o avanço do meio técnico-científico não respeitam as fronteiras nacionais. Porém, contraditório ao movimento do capital o movimento da força de trabalho é contida nos Países Centrais, sobretudo tendo em vista o avanço do movimento migratório dos Países Periféricos em direção aos Centrais em busca de melhores condições de vida. Portanto, os Estados fortalecem suas normativas tendo em vista impedir o acesso da classe trabalhadora. Na formação dos blocos regionais observa-se essa tendência na qual crescem os movimentos clandestinos em direção aos EUA, a União Europeia e em determinadas áreas do Mercosul.

É importante lembrar como destacou Haesbaert (2002) o papel dos Estados na contemporaneidade, que ao mesmo tempo libera as fronteiras no sentido da livre circulação de capitais – e mesmo de mercadorias, atua num movimento inverso no que diz respeito ao controle de pessoas, “impondo seus “muros” para impedir a entrada de migrantes” (Id. 2002, p. 211). Logo, globalização e regionalização apresentam-se como dimensões complementares do processo de integração global das economias e dos mercados.



## RESUMO

A emergência dos blocos regionais constitui como uma das características marcantes do capitalismo e tem como objetivo servir como plataformas que ancoram a atuação na escala global das corporações transnacionais. A formação desses blocos iniciada na Europa na década de 1950, com o avanço do meio técnico científico no período pós Guerra Fria, surgem novos blocos na escala regional e alguns com uma amplitude transcontinental a exemplo da APEC.

Portanto, vale ressaltar as diferentes características dos blocos regionais e os seus diferentes tratados. Logo, encontramos a Zona de Livre Comércio consiste em ampliar a exposição da economia dos países integrantes à concorrência externa, é um acordo restrito à esfera comercial, como exemplo temos o NAFTA. Enquanto isso, a União Aduaneira a eliminação das restrições alfandegárias e a fixação de uma tarifa externa comum são características relacionadas também a esfera econômica. Já no Mercado Comum engloba as denominadas normativas da União Aduaneira e avança no sentido de assegurar a livre circulação de mercadorias, capitais, serviços e pessoas entre os países integrantes. Exemplo do Mercosul. Ainda tem-se a União Econômica e Monetária criado pelos europeus por meio do tratado de Masstricht, quando foi criado e introduzido o euro como moeda única controlada e emitida por um banco Supranacional.

Por fim, as denominadas áreas de integração por investimentos estão direcionadas a integração de investimentos econômicos sem a existência de tratados diplomáticos, apresentam uma dinâmica econômica como exemplo pode ser verificado a APEC ou a Bacia do Pacífico.

A criação de blocos regionais não rivaliza ou constitui um obstáculo ao processo de globalização, ele é uma característica do final do século XXI e consolidada na contemporaneidade.



### LEITURA COMPLEMENTAR

*Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais.* SANTOS, Norma Breda dos. IN: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a12v49n2.pdf>.

MENEZES, Alfredo da M.; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



### ATIVIDADES

A formação de blocos regionais promove consequências uma vez que os fluxos comerciais são redirecionados, em função da atração exercida pela remoção das barreiras alfandegárias e estimula, portanto, a importação de mercadorias a custos mais baixos. Em que medida a constituição de blocos econômicos pode constituir em uma ameaça a economia mundial? Você acredita que essas zonas comerciais se fecham entre si?

Apresente exemplos da criação de blocos regionais, e das suas investidas nas diferentes escalas global, regional e nacional. Publique na plataforma.

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Diante das investidas do capital internacional nas diferentes escalas geográficas é perceptível identificar tais investidas quer sejam nos meios de comunicação de massa, nos diferentes setores econômicos e no modo de vida dos atores sociais. Portanto, esses blocos econômicos e as empresas transnacionais inseridas nos mesmos buscam incessantemente a inserção em espaços geográficos que oferecem

vantagens competitivas, como a mão-de-obra barata, recursos naturais, flexibilidade das normativas e incentivos fiscais. Discutam as investidas das empresas transnacionais nas diferentes escalas geográficas é possível identificar as alterações no espaço geográfico e no modo de vida. Procure discutir esta temática e aprofunde as discussões com os seus colegas.



### PRÓXIMA AULA

Na próxima aula vamos abordar as questões relativas aos movimentos separatistas nos Países Centrais.



### AUTOAVALIAÇÃO

Refleta sobre a importância dos blocos econômicos e as contradições existentes como a defesa da abertura dos mercados para a inserção do capital internacional e contraditoriamente o controle das fronteiras com vistas ao impedimento de mão-de-obra oriunda dos países periféricos. Pesquise essa temática e elabore uma tabela apresentando as ações de alguns blocos no sentido de impedir a entrada de trabalhadores e publique na plataforma.

### REFERÊNCIA

- CASTELLS, Manuel. **A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Fim de Milênio. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 2ª Edição. Volume III. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: estado Nacional e espaço mundial**. 2ª Edição. São Paulo: Polêmica. 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2004.
- HAESBAAERT, Rogério. PORTO GONÇALVES, Carlos Valter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP. 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Record. 2005.
- VESENTINI José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. São Paulo: Papirus. 2003.



# Aula 5

## OS MOVIMENTOS SEPARATISTAS NOS PAÍSES CENTRAIS

### **META**

Desmistificar o paradigma eurocentrista apresentado relacionado a estabilidade política do continente europeu.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Compreender o processo que desencadeou os movimentos separatistas no continente europeu;  
Entender os principais movimentos separatistas existentes nos Países Centrais.

**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

Frequentemente a Europa nos é apresentada como uma região de grande estabilidade política a um passo da integração supranacional. Os conflitos territoriais e étnicos da ex-União soviética e da ex-Iugoslávia seriam, por si sós, suficientes para desmistificar a tese de que as reivindicações separatistas e irredentistas estão circunscritas à região do chamado Terceiro Mundo. Mas não é somente nestas ex-repúblicas que ocorrem manifestações independentistas. Na sua parte ocidental, não são poucas as nações que, sem dispor de um Estado constituído, enveredam pelo caminho da luta pelo direito à autodeterminação e à independência. Nesse sentido, Haesbaert (2002, p. 134) ressalta os “regionalismos (quando não nacionalismos) da Catalunha, do País basco, da Córsega, da Padânia – este último praticamente inventando uma área/região cujas características de homogeneidade/unidade (o vale do Pó) nunca foram evidentes”. Logo, observamos a emergência de movimentos em que a diversidade cultural/regional/étnica busca sua projeção.

### OS MOVIMENTOS SEPARATISTAS NOS PAÍSES CENTRAIS

O projeto da União Europeia (UE), bloco internacional de poder, vem esbarrando cada vez mais com a revitalização de antigas reivindicações autonomistas e independentistas, a par da emergência de novos movimentos nacionalistas.

Apesar dos esforços estatais em direção da união política da Europa (Euronação), subsequentemente a união econômica e monetária em curso, ressurgem, com vigor, movimentos nacionais em defesa da identidade social e cultural de diferentes povos e nações. A formação da UE se dá através de um processo vertical e hierarquizado, este movimento não considera as aspirações das nações e das sociedades envolvidas, mas somente os interesses dos Estados que respondem, por sua vez, aos ditames das grandes corporações transnacionais.

Nesse interim, observa-se que os interesses do grande capital financeiro, contrapõe-se aos interesses das nações que não dispõem de Estado, isto é, as mesmas são marginalizadas e excluídas. Todavia, aflora reações em vários espaços geográficos de nacionalidades que buscam resguardar suas identidades culturais ameaçadas, sobretudo relacionadas à defesa do idioma. Logo, verificam os povos e nações não têm poder de decisão, os responsáveis pelas decisões mais importantes estão diretamente ligados aos governos e aos representantes dos Estados.

Na contemporaneidade surgem e ressurgem inúmeros movimentos nacionalistas, fundamentados por pressupostos ideológicos progressistas e identitários.

Com a dissolução da URSS, ressuscitou o movimento em defesa das fronteiras étnicas no interior de Estados europeus como previu o jornalista francês André Fontaine. Nessa direção a Iugoslávia iniciou os conflitos interétnicos, resultando no surgimento de vários países, após uma luta intensa e sangrenta.

Para além dos conflitos da Iugoslávia no território europeu arrastam-se vários outros no seio de países líderes da União Europeia. Para tanto faremos um breve resumo sobre os movimentos em voga na atualidade no território do bloco econômico consolidado e avançado na escala global.

## MOVIMENTO SEPARATISTA NA IRLANDA DO NORTE E O IRA

A raiz desse conflito ocorreu no século XII, quando começou a conquista inglesa do território irlandês. O objetivo principal consistia no aumento do poder real, no contexto da crise feudal e do início do processo de formação da Monarquia Nacional. Para Henrique II, a conquista de territórios significava o aumento de seu poder, uma vez que a nobreza irlandesa tornava-se vassala do rei e conseqüentemente passava a lhe dever benefícios, tanto em gêneros, como em tributos ou inclusive em homens para a formação de exércitos. Desde 1175 o rei impôs seu poder através do Tratado de Windsor, a partir do qual passaram a valer as leis inglesas para a Irlanda.

O domínio da Inglaterra retraiu-se durante os séculos XIV e XV, período de crise decorrente da Guerra dos Cem Anos (1337 - 1453) contra a França; e da Guerra das Duas Rosas (1455 - 85), que envolveu praticamente toda a Inglaterra, numa disputa entre as grandes famílias de nobres pelo poder. Após a Guerra das Duas Rosas iniciou-se a Dinastia Tudor, que centralizou o poder e, com Henrique VIII consolidou o absolutismo no país. O governo absolutista na Inglaterra teve como um de seus mais importantes alicerces a Igreja Anglicana, criada pelo próprio rei no contexto da Reforma Protestante, reconhecida pelo Parlamento como Igreja Oficial do Estado através do Ato de Supremacia (1534). No decorrer da Idade Moderna as igrejas européias, dentre elas a Anglicana, foram utilizadas como instrumentos de poder. Logo, a marca principal desse período foi a intolerância religiosa, caracterizada pela perseguição. Nesse contexto, inicia-se a perseguição dos católicos pelos protestantes na Irlanda e a prática do catolicismo considerada como uma identidade cultural irlandesa, também é vista como um modo de contestar a não aceitação da submissão e dominação inglesa.

Em 1919, é fundado o IRA (*Irish Republican Army*) passou a utilizar-se da guerrilha como forma de eliminar o domínio inglês e obter a independência da Irlanda, e tendo como objetivo posterior, a unificação da Irlanda do Norte ao restante do país. Nas últimas três décadas do século XX as ações

do IRA e dos grupos paramilitares protestantes" intensificaram suas ações e foram responsáveis por vários atentados na Irlanda do Norte, principalmente na capital, Belfast.

A ascensão do Partido Trabalhista ao poder em 1997, a criação do Euro e a "nova ordem mundial" criaram novas condições de negociação política, tendo de um lado a Inglaterra uma nova preocupação, em fortalecer-se dentro da Europa e a própria elite irlandesa católica, preocupada em aproveitar as novas condições de desenvolvimento. A suspensão dos atentados por ambos os lados foi fundamental para que as negociações pudessem existir, criando condições concretas para a pacificação da região.

### ESCÓCIA

Com 80 mil quilômetros quadrados e uma população de 5 milhões de habitantes, a Escócia foi absorvida pela Inglaterra em 1707. A independência é defendida pelo Partido Nacional Escocês (*SNP ou Scottish National Party*) que tem registrado um surpreendente crescimento eleitoral nos últimos anos. O SNP foi fundado em 1934, mas foi só a partir dos anos 80, quando sua ala esquerda assumiu a liderança, que o ideal nacionalista tomou fôlego. O inglês é a língua majoritária na Escócia. Apenas 80 mil pessoas falam o gaélico, língua celta que veio da Irlanda. Existe também o Dórico ou escocês, ainda menos falado.

### ESPANHA

Os movimentos separatistas mais famosos da atualidade na Espanha estão situados no País Basco e na Catalunha que buscam a independência.

A região autônoma da Espanha denominada País Basco é habitada por um povo que preserva sua identidade, suas desde características étnicas, as lingüísticas e culturais.

O País Basco (Euskadi em vasconço) situa-se no norte da Espanha. Ocupa uma área de 7.261km<sup>2</sup> e sua capital é Vitoria. Compreende as províncias de Álava, Guipúzcoa e Biscaia, cujas respectivas capitais são Vitoria, San Sebastián e Bilbao, a maior cidade basca. A província autônoma de Navarra e as pequenas províncias de Soule, Lebourd e Baixa Navarra, no sudoeste da França, são também habitadas por bascos.

Tradicionalmente, no sul do País Basco, a população se concentra em aldeias, enquanto que na zona atlântica se distribui em pequenas propriedades rurais. Desde meados do século XIX, no entanto, a industrialização induziu o crescimento populacional dos centros urbanos litorâneos.

Os bascos resistiram a invasões sucessivas dos romanos, visigodos, francos e árabes. A romanização foi muito menos intensa que no resto da

península ibérica e a luta contra os árabes obrigou os bascos a buscar apoio político e militar no reino de Navarra. Sua conversão ao cristianismo deu-se entre os séculos VIII e IX.

A região enriqueceu notavelmente durante o século XVI, graças sobretudo ao comércio com a Inglaterra. Biscaia e Guipúzcoa tornaram-se zonas industriais e pesqueiras, enquanto a agricultura predominava como atividade econômica no resto do país.

Os bascos conservavam, desde a Idade Média, certa autonomia administrativa e comercial que, na França, foi revogada por ocasião da revolução francesa e, na Espanha, durante o século XIX. Em 1894, o nacionalismo basco encontrou finalmente expressão política com a fundação do Partido Nacionalista Basco.

Durante a guerra civil espanhola, Biscaia permaneceu fiel ao regime republicano e o bombardeio da aldeia de Guernica (1937), lugar tradicional de encontro dos bascos e símbolo de sua nação, foi a resposta dos fascistas. Ao terminar a guerra, o regime franquista aboliu o estatuto de autonomia aprovado pelas Cortes em 1936 e procurou suprimir todos os elementos diferenciadores culturais e políticos. Todavia, o sentimento nacionalista basco ressurgiu vigorosamente durante a transição espanhola para a democracia, na década de 1970.

O movimento separatista que surgira dez anos antes, encabeçado pela organização armada Euskadi ta Askatasuna (ETA; Pátria Basca e Liberdade), continuou a praticar ações armadas mesmo depois de instaurada a monarquia constitucional. Um estatuto foi aprovado em 1978 e convertido em autonomia no ano seguinte. Em 1980 realizaram-se as primeiras eleições parlamentares.

O grupo separatista Pátria Basca e Liberdade (ETA) declarou um cessar-fogo “permanente e geral em 10 de janeiro de 2011. O anúncio foi feito em um vídeo, postado no *site* do jornal basco Gara. A medida poderia encerrar uma campanha de 42 anos de violência da organização. O governo espanhol desconsiderou o anúncio e exigiu que o grupo se disperse completamente.

O grupo afirmou que a atitude do cessar-fogo deve ser considerada como um sinal de seu comprometimento com um processo de paz definitivo no País Basco e rumo ao fim da confrontação armada.

A nota dá sinais, contudo, de que o grupo não está disposto a ceder suas pretensões com vistas a independência política da região.

Para alguns estudiosos existem motivos para o fim do movimento armado, visto que o grupo está bastante debilitado, com seus principais líderes presos e a capacidade de organizar ataques, reduzida. Desde 2007, mais de 400 membros foram presos, 68 deles em 2009. Há pressão cada vez maior entre os bascos para que adote a via política.

### BÉLGICA

Outro movimento separatista forte na Europa é o da região a Bélgica atravessa uma crise política que pode desembocar numa divisão de seu território. O país já é dividido em duas regiões com grande autonomia entre si, Flanders, onde a maioria da população é de origem holandesa, que atualmente detêm o poder econômico do país. Paralelamente, a região francófona, cuja economia repousava sobre atividades oriundas da primeira revolução industrial (metalurgia, siderurgia, minas de carvão) começou a ser sobrepujada pela economia flamenga, muito mais dinâmica.

O motivo do impasse é estrutural: os belgas do norte, que falam flamengo (derivado do holandês), tem mais poder econômico e formam 58% da população do país, não querem mais viver junto com os belgas do sul, que falam francês, e são mais frágeis economicamente.

Um grande empecilho a essa divisão está relacionado a região de Bruxelas, região bilíngue, que apresenta-se importante economicamente e politicamente na escala regional sediando diversas instituições europeias.

Portanto, a crise da identidade nacional belga demonstra a fragilidade das fronteiras políticas da Europa e a ascensão do movimento separatista em países até então considerados estáveis.

### ITÁLIA

Na Itália, o movimento de direita Lega Nord (Liga Norte) defende a separação entre as províncias ricas do norte do país e as empobrecidas do sul. Todavia, esse movimento não consegue apoio político visto que não se trata de uma reivindicação alicerçada na identidade cultural, diferentemente dos povos Bascos que possuem língua preservada e identidade distinta da espanhola. Nessa direção, Castells (2000, p. 403) esclarece que “a base dessa identidade no fundo é econômica ou, de maneira mais restrita, fiscal [...] não é que a Padânia exista em termos linguísticos, culturais, sociais e políticos” [...]. O movimento está alicerçado ou respaldado em motivações econômicas ou financeiras, tendo em vista a riqueza produzida nessa região que se contrapõe à região sulista.

### RÚSSIA E GEÓRGIA

Os movimentos separatistas no território russo continuam, apesar de toda a repressão do governo de Moscou. As regiões autônomas da Chechênia, na Inguchétia e no Daguestão, lutam pela independência política e seus líderes são constantemente reprimidos e massacrados. Aliados ao desejo de liberdade política, o islamismo é professado pela população, em outros tempos reprimido.

Contraditoriamente a Rússia ao mesmo tempo em que reprime os movimentos separatistas nessas regiões autônomas, apoia as minorias étnicas de origem russa na Ossétia do Sul e na Abkházia regiões situadas na Geórgia.

Além desses exemplos apresentados poderíamos citar vários outros, contudo com a expressão menor. Vale ressaltar que esses movimentos atuam sob diferentes graus de organização política, bem como distintas reivindicações. Pode-se imaginar o trabalho que terá a União Europeia, com seu projeto autoritário e vertical, em sufocar toda essa multiplicidade de movimentos nacionalistas fundamentados na identidade cultural.

## CONCLUSÃO

O mundo atual apresenta como característica a unificação econômica o crescimento e a solidificação em blocos econômicos e contraditoriamente a ascensão dos movimentos de cunho nacionalista, separatistas em diferentes escalas. Nessa direção, Silva (1993) enfatiza que conhecer os recursos e potencialidades de um estado-nação passam a ser vitais para a inserção no cenário da "globalização relacionada à esfera do capital". O autor esclarece que:

O capitalismo se defronta com sua própria criatura, ou seja, quanto mais se mundializa valor, mais necessários se tornam os mecanismos nacionais e, mesmo, regionais, em alguns casos. A atual centralização descentralizada do Globo tem algo a ver com isso. De uma parte, a centralização dá origem ao seu contrário: os movimentos separatistas e regionalistas. De outra, obriga a formação de grandes alianças territoriais, ampliando espacialmente os mercados (Id., 1993:77).

No bloco econômico mais avançado a União Europeia, observam-se o avanço desses movimentos em todas as direções. A busca da autonomia, da liberdade e da afirmação da sua identidade constitui em uma aspiração que desencadeia movimentos pacíficos e outros com uso da violência.



### RESUMO

O rearranjo das relações sociais contemporâneas que produz blocos de países como a União Européia, o Mercosul, o Nafta, a APEC entre outros, buscam ampliar o território apenas para a circulação de mercadorias, restringindo o fluxo de pessoas ao limite do desejável. Esse processo de integração dos países da Europa não tem evitado que velhos conflitos reapareçam. Ressurgem na União Europeia antigas reivindicações de caráter nacionalista, contrapondo-se ao processo de verticalização e interesses dos Estados e corporações transnacionais. Aparentemente, os conflitos étnico-nacionalistas contraria a tendência para a formação de uma civilização mundial. Portanto, os conflitos geram a fragmentação e a formação de blocos regionais busca a integração e unificação.



### LEITURA COMPLEMENTAR

Movimento separatista na Bélgica

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL719833-5602,00.html>

[http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id\\_articulo=973](http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=973)



### ATIVIDADES

Identifiquem no mapa a partir das áreas numeradas os movimentos separatistas existentes e procure notícias a respeito desses movimentos nos livros didáticos, jornais, revistas e na internet.



(Fonte: <http://www.colegioetapa.com.br>).

## RESOLUÇÃO

Pesquise em jornais impressos, nos *sites* da *internet* fatos noticiados sobre os movimentos separatistas nos Países Centrais ocorridos no século XXI. Elabore uma lista com os principais movimentos separatistas, os fatos noticiados e os respectivos países. Publique no ambiente virtual e compartilhe com os seus colegas digitalizando os *sites* os quais se encontram tais notícias e apresente um comentário pessoal sobre as mesmas.

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

O uso dos livros didáticos é um excelente exercício para identificar tais movimentos, a partir da análise dos mapas, os quais devem ser utilizados para que vocês observem as mudanças ocorridas no continente europeu e as perspectivas futuras para esse continente diante do avanço dos movimentos separatistas.



### PRÓXIMA AULA

A Questão Demográfica nos Países Centrais



### AUTOAVALIAÇÃO

Releia o texto aqui apresentado, destaque os movimentos separatistas na Europa. Faça uma reflexão das consequências advindas desses movimentos na geopolítica internacional.

### REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. **A Era da informação**: Economia, Sociedade e Cultura. Fim de Milênio. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 2ª Edição. Volume III. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- HAESBAAERT, Rogério. PORTO GONÇALVES, Carlos Valter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP. 2006.
- MAGNOLI, Demétrio. **Globalização**: estado Nacional e espaço mundial. 2ª Edição. São Paulo: Polêmica. 2005.
- HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. EDUFF; São Paulo: Contexto. 2002.
- SILVA, Armando Corrêa da Silva. O mercado mundial e a alocação de capital e trabalho. In SANTOS, Milton et al. (Orgs.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- VESENTINI, José Willian. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. São Paulo: Papirus. 2003.

# Aula 6

## A QUESTÃO DEMOGRÁFICA NOS PAÍSES CENTRAIS

### **META**

Compreender as questões demográficas pertinentes aos países centrais.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- a) Identificar quais as principais questões demográficas dos países capitalistas do mundo desenvolvido; b) Comparar estas questões com as encontradas no mundo subdesenvolvido capitalista.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Aulas anteriores.

**Sônia de Souza Mendonça Menezes**  
**Genésio José dos Santos**

## INTRODUÇÃO

Nesta aula faremos um estudo sobre as questões demográficas encontradas no mundo desenvolvido, hoje conhecido como “países centrais”.

Quando tratamos das questões demográficas estamos nos referindo aos problemas populacionais destes países. É bom lembrar que a população mundial numericamente já ultrapassa a casa dos sete bilhões. Todavia, ao contrário do que alguns imaginam, os grandes problemas demográficos ou populacionais do Século XXI, não é o crescimento nem o número total de habitantes do nosso planeta, mas, segundo Vesentini (2005, p. 245), são os seguintes:

- O rápido envelhecimento da população em geral, principalmente (embora não apenas) nos países ricos ou centrais;
- As migrações em massa de regiões ou países pobres para regiões ou países ricos;
- Os diversos tipos de racismo e preconceitos étnicos, culturais, religiosos, entre outros;
- A persistência da questão alimentar relacionada a fome ou a subnutrição nos países pobres ou periféricos e o excesso de consumo de alimentos por uma parcela crescente e já sensível da população mundial, especialmente nos países (ou áreas) mais ricos (países centrais) são questões que precisam de uma análise cuidadosa e cautelosa para que possamos chegar a conclusões coerentes.

No decorrer das próximas aulas analisaremos os desafios acima apresentados, assim como buscaremos contextualizá-los nos seus contextos histórico e geográfico.

As idéias e questões aqui utilizadas com o intuito de fazer-nos entendedores das grandes problemáticas vivenciadas na contemporaneidade pelos países desenvolvidos do mundo europeu têm como responsável o professor Adelino Torres, membro do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa, nos diversos artigos publicados e disponibilizados nas redes de comunicação informatizadas.

Quando tratamos dos desafios demográficos encontrados nos países desenvolvidos ou nos países centrais, devemos considerar que as profundas transformações demográficas a que assistimos nas últimas décadas do século XX e, sobretudo, as previsões sombrias feitas relativamente à situação no início do século XXI, constituem por si só uma questão central da atualidade (TORRES, 1995).

Albert Jacquard (1993) conta uma pequena história a esse respeito: em 1958 a Divisão da População da Organização das Nações Unidas estimava que o efetivo populacional do Planeta Terra seria de 4.220 milhões de pessoas na década de 1980 e de 5.140 milhões na década de 1990. Três décadas depois pode-se constatar numa análise retrospectiva que os dados quantitativos atingidos naquelas décadas confirmaram, com uma pequena margem

de erro, as previsões de 1958, forçando-nos a acreditar no que foi previsto por este organismo para a década de 2025 (8.200 milhões) e 2075 (10.100 milhões). Essa explosão demográfica não poderá deixar de ter repercussões ecológicas, econômicas, sociais e políticas das mais variadas ordens.

De um lado os pessimistas apontam para as catástrofes inevitáveis. Os otimistas, submetidos a uma grande prova, não parecem ter argumentos suficientes para integrar as conseqüências desse crescimento exponencial num cenário confiável de equilíbrio.

Paralelamente, assistimos a distorções anunciadas entre as diversas regiões do globo terrestre (Quadro 01).

QUADRO 01  
POPULAÇÃO DO GLOBO POR REGIÕES: 1950-2025  
(em % da população mundial)

	1950	1970	1993	2000	2025
Países Desenvolvidos ou Países Centrais	33,1	28,3	20,9	19,3	14,9
EUROPA	11,8	9,2	6,7	6,1	4,4
Países em Desenvolvimento (emergentes)	66,9	71,7	79,1	80,7	85,1

Fonte: EUROSTAT, Statistiques Démographiques, 1995.

A Europa Central e Ocidental, onde a transição demográfica se manifestou desde a Revolução Industrial do Século XVIII, envelheceu mais rapidamente do que o restante do mundo, como pode ser observado no quadro 02.

QUADRO 02  
Relação adultos/idosos em 1993

	População < 15 anos (%)	População >65 anos (%)
MUNDO	33,0	6,0
Países Desenvolvidos ou Países Centrais.....	20,0	13,0
EUROPA.....	17,8	15,1
Países em Desenvolvimento (Emergentes)	36,0	4,0

Fonte: EUROSTAT, Statistiques Demographiques, 1995.

Nos estudos demográficos da EUROPA (Central e Ocidental) verificava-se uma fase de natalidade e mortalidade elevadas que permitiam taxas de crescimento lentas, porém favorecendo o aparecimento de uma população predominantemente jovem, sucedendo uma outra em que a mortalidade diminuiu brutalmente enquanto a natalidade manteve os seus níveis elevados provocando um crescimento populacional jamais visto. Numa fase seguinte, porém, as taxas de fecundidade sofreram por seu turno uma queda tal que, em alguns casos, as gerações deixaram de ser substituídas ou, quando são, devem ser creditados à presença de milhões de imigrantes nos seus territórios.

É perceptível na atualidade que, nesta região do globo terrestre, as populações vivem por mais tempo. Contudo, o seu envelhecimento e o seu relativo declínio populacional, são visíveis ao ponto de alguns analistas considerarem que se não houver inversão dessa tendência o futuro da civilização ocidental, de que a Europa é o principal representante, pode estar comprometido a médio prazo à semelhança de outras civilizações outrora desaparecidas.

No “*Livro Branco*” da Comunidade Européia, intitulado “*CE: Crescimento, Competitividade, Emprego – Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI*” (Luxemburgo, 1994), constata-se que entre os fatores que mudaram na economia européia está o envelhecimento da população e a transformação da estrutura familiar até então vigente. Também devem ser consideradas as diversas mudanças sociais e demográficas que têm contribuído para dificultar o acesso a novos empregos, entre elas:

“As alterações demográficas com taxas de natalidade em declínio tendo como conseqüência o envelhecimento da população ativa (dado que o efeito é contrabalançado pela maior participação das mulheres jovens) tal como conseqüência verificar-se-á depois do ano 2000. No entanto, as alterações demográficas estão pressionando os orçamentos da segurança social” (p. 152).

Não deixa de ser surpreendente, no entanto, que no referido livro aparentemente tão entusiasta sobre as “pistas para entrar no século XXI”, como a sociedade da informação, as redes transeuropéias, a produtividade e a concorrência, não tenham julgado necessário tratar a fundo o problema das inquietantes perspectivas demográficas e não tenha proposto medidas para fazer frente a suas conseqüências a longo prazo, as quais vão afinal, condicionar (mesmo em termos de civilização) os resultados de muitos desses projetos (TORRES, 1995).

Muitos pessimistas mais exaltados pensam que a Europa poderá ser submergida mais uma vez, como há séculos atrás, pela cultura mulçumana, especialmente a mediterrânea, de sentinela às portas do Velho Continente.

As levas sucessivas de imigrantes oriundos do Norte da África (Região do Magreb) que todos os dias desembarcam no continente seriam os sintomas anunciadores desse destino.

Tratando dessas questões Jean-Claude CHESNAIS (1995) observa que em vários países do continente, como a Bélgica, a França, a Itália e a Espanha, o Islã já é a segunda religião depois do catolicismo. Ele afirma que o processo de africanização do povoamento da Europa é um fenômeno já bem estabelecido, atingindo o conjunto da Europa Meridional. No ano de 2010 entre 10 e 30 milhões de pessoas de origem africana fixaram residência na Europa Ocidental. Quanto mais o horizonte temporal se afastar, maior será a parte dos africanos do Sul do Saara em relação aos brancos da África do Norte (...) Mas o futuro imediato, é a expansão do mundo árabe, do Magreb (Norte da África) à península Arábica (Oriente Médio) que terá maiores conseqüências (...). O equilíbrio demográfico, entre o Mundo Árabe e a Comunidade Européia, mesmo ampliado, será rompido. O referido estudioso alerta-nos para o fato de que na década de 1950 a população da Comunidade Européia era quatro vezes maior do que a do Mundo Árabe. Na década de 1990, a população da porção meridional (sul) do Mediterrâneo ultrapassou a da porção setentrional (norte), invertendo assim uma antiga superioridade numérica; em 2025 a porção meridional (sul) representará dois terços do total e, então definitivamente, a Europa tornar-se-á a nova fronteira do Islã.

Já Eric HOBBSBAWM, em seu livro “*Era dos Extremos: O Breve Século XX, 1914-1991*” (1995), chama-nos a atenção para o fato de que os previsíveis problemas da população mundial vão certamente agravar os desequilíbrios entre as diferentes regiões do mundo. Os países desenvolvidos, afirma o referido estudioso:

“Cercados por países pobres com exércitos de jovens a procura de modestos empregos que fazem deles ricos segundo os critérios em El Salvador ou no Marrocos, esses países de muitos cidadãos idosos e poucas crianças, vão ter que escolher entre permitir uma imigração maciça geradora de perturbações políticas, voltar-se contra os imigrantes de quem precisam – o que poderá tornar-se impraticável a longo prazo – ou encontrar outras soluções. O mais provável será permitir a imigração temporária e condicional, a qual não dá aos estrangeiros os direitos sociais e políticos dos cidadãos, isto é, criar sociedades essencialmente desigualitárias (...). Os transportes e as comunicações no final do século XX, bem como o enorme desnível de rendimentos entre países ricos e pobres, tornam esse dualismo mais possível do que nunca” (p. 568).

Se as migrações são, verdadeiramente, um foco potencial de perigosas tensões a que se deve estar atento, a crise de valores que a Europa atravessa tem a ver com motivos alheios à presença dos imigrantes. Parte das causas

resulta das mutações introduzidas com a Terceira Revolução Industrial que, contrariamente às expectativas mais otimistas, tardam em criar os empregos esperados para a maioria da mão-de-obra disponível, enquanto os aumentos de produtividade se revelam lentos e insuficientes.

Desde 1973 que a criação de postos de trabalho em setores promissores, na Europa, tem sido muito mais lenta. A redistribuição do trabalho tornou-se, segundo Torres (1995), muito mais difícil, devido à carência de oportunidades alternativas de emprego e às limitadas oportunidades que as empresas têm de desviar da mão-de-obra de atividades declinante e, também, ao significativo impacto das novas tecnologias em termos de substituição de mão-de-obra, principalmente as referentes às ocupações manuais e as que requerem baixa qualificação.

Atualmente a taxa de emprego na Europa (proporcional à população em idade ativa) é o mais baixo do mundo desenvolvido e industrializado, enquanto que entre os anos de 1970 e 1992 a taxa de emprego cresceu nos Estados Unidos 49% na Comunidade Européia cresceu apenas 9%. No Japão, país em que se verificou um crescimento econômico de 173% desde 1970, o emprego cresceu a taxas de 25%. Por outro lado, as políticas neoliberais aplicadas no início da década de 1990, ignorando as características sociais, não surtiram os efeitos esperados e começaram a surtir o efeito contrário ao que foi planejado propiciando conseqüências indesejáveis aos atores sociais envolvidos mais diretamente com essas políticas, os operários.

Para HOBBSAWN (1995), a crença da economia neoclássica de que o comércio internacional, sem restrições, permitirá aos países mais pobres aproximarem-se dos mais ricos, gira contrariamente à experiência histórica e o senso comum. Uma economia mundial que alimenta as desigualdades crescentes, como é a economia de mercado ou capitalista, irá, quase que inevitavelmente, gerar crises futuras. Aí está a grande pedida desse estudioso: suas previsões foram categoricamente certas no contexto contemporâneo, o mundo capitalista, principalmente o mundo desenvolvido, com crises sistemáticas, principalmente de natureza econômico-financeira.

Esse estudioso chama a nossa atenção para o fato de que um dos aspectos que causaram alarme no final do século XX foi justamente o problema das novas tecnologias. Por isso é que ele afirma que a tecnologia continua a expulsar o trabalho humano da produção de bens e serviços, sem fornecer trabalho suficiente da mesma espécie do que é abandonado e também sem garantir uma taxa de crescimento suficiente para absorver esse trabalho.

As falências de empresas européias ou a sua resposta ao deslocamento dessas empresas para os países subdesenvolvidos, onde a mão-de-obra é muito barata, em consonância com uma lógica de curto prazo, alheio aos interesses dos referidos países, engrossará os exércitos de trabalhadores marginalizados na Europa por conta da onda do desemprego.

O mapa *abaixo* facilitará o entendimento de todos sobre a forma como o mundo contemporâneo encontra-se repartido nos moldes instituídos

pelo Sistema Capitalista, com destaque para os grandes centros do desenvolvimento econômico e industrial (América do Norte, Europa e Japão), identificados com um círculo preenchido com a cor preta.

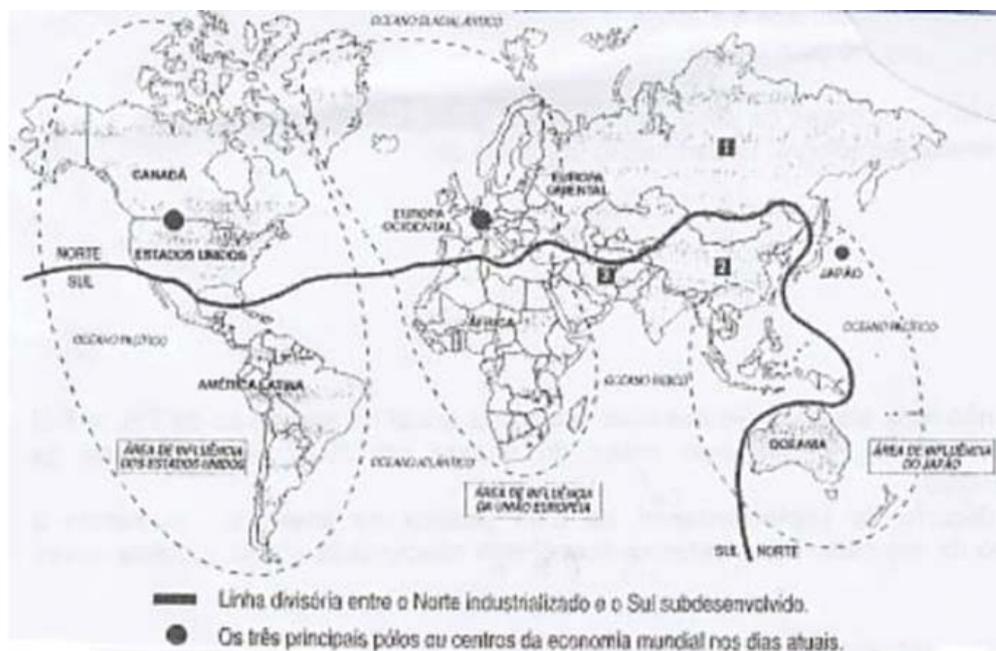


Figura: Mapeamento da divisão do mundo: países centrais e periféricos/ desenvolvidos e subdesenvolvidos.

(Fonte: L'Economie Internationale em Mouvement).

## CONCLUSÃO

A partir de que foi analisado até o presente momento concluímos que os principais problemas demográficos enfrentados historicamente pelos países desenvolvidos na Europa são: a onda migratória oriunda do mundo árabe, e principalmente, do Norte da África e o problema estrutural do emprego e também do desemprego.

A conjugação desses problemas com as rupturas do sistema socialista ruído no Mundo Europeu, fez ruir também o quadro de referências construído após a 2ª. Guerra Mundial. Os novos problemas projetam-se num mundo de incertezas, estimulantes em certos aspectos, pelos desafios que porventura surgirem, causando tensões sociais e políticas cujas previsões deveriam merecer cuidadosa atenção e reflexão.



### RESUMO

É sempre estimulante estudar os problemas demográficos encontrados no mundo, seja ele desenvolvido ou subdesenvolvido. No caso do mundo desenvolvido, os problemas apresentados nesta leitura tornam-se mais acentuados em função do “fetiche” criado no mundo subdesenvolvido, de que a superação do “estado de pobreza” estar relacionada a um bom emprego num país desenvolvido. Este é o caso específico dos povos que vivem nessa condição, principalmente no Norte da África. Condição esta gerada por sistemas políticos autoritários e retrógrados, disseminando a concentração de renda, que gera a pobreza estabelecida.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos países ricos da Europa é justamente a onda migratória da referida região do Planeta Terra. A desqualificação profissional gera grandes problemas no tocante à geração de emprego e renda nesse mundo. Mas, a Europa precisa de mão-de-obra não ou pouco qualificada para ocupar os sub-empregos disponíveis no mercado de trabalho: garis, empregados domésticos, trabalhadores da construção civil, etc.

Então, de forma resumida, podemos reafirmar que, o mundo desenvolvido (Países Centrais) têm os seguintes desafios para enfrentar nas próximas gerações:

- O rápido envelhecimento da população em geral;
- As migrações em massa de regiões ou países pobres;
- Os diversos tipos de racismo e preconceitos étnicos, culturais, religiosos, entre outros;
- A responsabilidade de criar meios e estruturas para, primeiro resolver os problemas relacionados à fome e à pobreza estabelecida na ação colonizadora noutros mundos, e, segundo, amparar de forma civilizada os povos que, convidados ou não, precisam garantir condições dignas de vida (África do Norte, América do Sul e Oriente Médio, por exemplo).



### ATIVIDADES

O livro “*Era dos Extremos: O Breve Século XX - 1914-1991*”, de Eric HOBSEBAWN, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, está presente nas prateleiras das principais bibliotecas de Sergipe, inclusive, na Biblioteca Central da UFS, por isso recomendamos a leitura da parte dois do referido livro, intitulada: *A ERA DE OURO*.

## COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A leitura apresentada dá-nos oportunidade de buscar outras leituras que complementem e aprofundem as questões que estão postas. A leitura de livros didáticos de autores como J. W. Visentini, Vânia R. F. Vlach, Miriam de Cássia Médici & Miriam Lino de Almeida, Ieda Silveira, etc. Poderá acessar os *sites* seguintes: [www.europa.eu.int](http://www.europa.eu.int) e [www.wto.org](http://www.wto.org). Quanto mais aprofundadas as questões apresentadas, mais fácil se tornará o seu entendimento.



### PRÓXIMA AULA

Com o objetivo de ampliar a discussão sobre os problemas demográficos vividos pelo mundo europeu, na próxima aula estudaremos “Problemáticas Contemporâneas nos Países Centrais Europeus: Xenofobia e Desemprego”.



### AUTOAVALIAÇÃO

A reflexão proposta é a seguinte: a esta altura do curso será que estou conseguindo apreender o que está sendo apresentado? Será que estou sendo disciplinado no sentido de acompanhar o raciocínio dos autores? Estou planejando as ações e as etapas que devem ser desenvolvidas para este fim?

## REFERÊNCIAS

- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914/1991, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MÉDICI, Miriam de Cássia; ALMEIDA, Miriam Lino de. **Geografia 1ª**. edição, São Paulo: Nova Geração, 2005.
- VESENTINI, J. William. **Sociedade & Espaço**: Geografia Geral e do Brasil, 44ª. edição, São Paulo: Ática, 2005.



# Aula 7

## **PROBLEMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NOS PAÍSES CENTRAIS EUROPEUS: RACISMO, XENOFOBIA E DESEMPREGO.**

### **META**

Compreender as questões demográficas pertinentes aos países centrais europeus.

### **OBJETIVOS**

Identificar quais as principais questões demográficas dos países capitalistas do mundo desenvolvido europeu; b) Comparar estas questões com as encontradas no mundo subdesenvolvido capitalista.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Aula 1 – A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

**Sônia de Souza Mendonça Menezes**  
**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

Como vimos na aula anterior a onda migratória na Europa traz consigo uma série de problemas, mas também, se pensada de outra forma, fora dos padrões capitalistas, apresenta possibilidades múltiplas relacionadas a lotação das vagas dos empregos mais simples no dinâmico mercado de trabalho europeu.

Segundo Paganini e Leoni (2009), a cada dia o fenômeno da migração clandestina cresce na Europa, tornando-se um fato preocupante, tendo em vista que diariamente vários refugiados desembarcam em países europeus. Um grande exemplo disso é o grande número de imigrantes que perdem a vida tentando atravessar o Mar Mediterrâneo tentando chegar à Europa em busca de uma vida menos indigna.

No período que antecede a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a Europa caracterizou-se como uma área de repulsão populacional, principalmente pelas conseqüências geradas pela Primeira Guerra Mundial, tais como a falta de alimentos e a falta de empregos. O europeu mediano buscava um novo comando para sua vida migrando para as áreas com as marcas colonizadoras do país a que pertencia, em especial para as Américas.

No período pós-guerra (1945-1970), a Europa passa por um arrojado processo de reconstrução dos seus espaços físicos e reestruturação da sua economia, principalmente com a ajuda dos Estados Unidos da América, que lança mão do **Plano Marshall**, que criou as condições financeiras para este fim. Lembramos que esse fato é devido principalmente a importância que a indústria e o mercado consumidor europeu representava e representa para o Sistema Capitalista. Esse fato, por si só, já gera uma urgência de relocação de mão-de-obra, seja de repatriados, seja de novos trabalhadores, venham de onde vierem. Nesse momento o estrangeiro era peça fundamental para a reconstrução da Europa, posteriormente, passa a ser um grande problema para os europeus mais patriotas.

Nesta aula estudaremos as ações desencadeadas a partir de políticas instituídas com o objetivo de alimentar as ondas racistas e xenofóbicas que descortinam no cenário acima descrito, assim como, os movimentos migratórios nos países centrais europeus enfrentam as conseqüências estabelecidas.

A partir da década de 1970, a Europa tornou-se atrativa para populações de localidades mais distantes, inclusive dos descendentes dos originais imigrantes europeus, que decidem voltar às suas origens em busca de melhores oportunidades no velho mundo e de reunificação familiar. Junto a esse fato o mundo europeu passava por instituições de políticas de estabilização. Os anos de reconstrução já pertenciam ao passado e então a partir desse momento, o objetivo principal era manter a qualidade de vida atingida e buscar um maior desenvolvimento econômico e o conseqüente enriqueci-

Ver glossário no final da Aula

mento de suas nações. Dessa forma, tendo em vista facilitar o movimento de mercadorias e de pessoas em áreas específicas que resultaria no acúmulo mútuo de capitais, foi assinado o Acordo de *Schengen*, em 14 de junho de 1985, gerando assim, o ressurgimento da xenofobia em algumas regiões européias. O acordo em pauta tinha como objetivo facilitar o trânsito de pessoas, independente de suas origens, em áreas historicamente fechadas para a imigração. Áreas que viviam ainda enraizadas em sentimentos nacionalistas exagerados e praticavam ações ligadas a ideologias neonazistas, extremamente prejudiciais as relações entre povos distintos, inclusive, do próprio continente europeu (PAGANINI & LEONI, 2009).

O contexto evidenciado está relacionado à IMIGRAÇÃO que representa o movimento de entrada, com caráter permanente ou temporário e com a intenção de trabalho e/ou residência, de pessoas ou grupos populacionais, de um país para outro.

As causas ligadas ao referido fenômeno demográfico são, principalmente, a vontade pessoal de mudar o nível econômico-financeiro de vida e a fuga de perseguições ou discriminações por motivos religiosos ou políticos. Dependendo de onde surge o movimento a onda é mais ou menos intensa. Hoje, assistimos, a por melhores condições de vida, de populações do mundo subdesenvolvido (países periféricos) para o mundo desenvolvido (países centrais).



Figura: Movimentos migratórios para a Europa.  
(Fonte: Migrações Pós II Guerra Mundial – Folheto Popular/França).

No momento do pós-guerra a Europa abriu suas portas e suas fronteiras para os imigrantes que serviam para proporcionar uma “reposição” populacional, assim como representavam um bloco de trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho a preços muito baratos, propiciando uma maior lucratividade para as empresas e para a indústria da Europa (vide figura anterior).

No início do Século XXI muitas políticas foram sugeridas aos governos das nações europeias com a finalidade de controlar de forma mais rígida o movimento migratório de entrada de outras populações em seus territórios. Essas políticas foram, inicialmente, sugeridas pelos grupos políticos de extrema direita e, mais recentemente, também sugeridas pelos grupos de esquerda. As exigências relacionadas com a qualificação de quem deseja viver nos países europeus, seja para estudar ou trabalhar, são cada vez maiores. Exemplos são anunciados diariamente nos meios de comunicação, tais como os da Inglaterra, a Espanha e a França, principalmente.

Mesmo com as condições apontadas e desfavoráveis aos grupos que se enquadram como “imigrantes”, países como a Alemanha, Países Baixos e Reino Unido, entre outros, começam a prever problemas futuros ligados a menor disponibilidade de trabalhadores determinada pela reduzida taxa de natalidade nesses países. A situação futura encontra-se no sistema previdenciário e na escassez de futuros trabalhadores que cooperem com a responsabilidade tributária.

Alguns fatos marcaram a relação entre europeus e imigrantes não europeus. Esses fatos são considerados nos estudos geográficos como “problemas demográficos ou populacionais”, porque são pertinentes às populações envolvidas. Dentre os problemas mais significativos, principalmente pela repercussão nas relações internacionais estão o racismo, a xenofobia e o desemprego.

O racismo é uma vertente do pensamento ou da maneira de pensar em que se atribui grande importância à concepção da existência de raças humanas diferentes e superiores umas as outras. Na referida concepção, existe a certeza de que algumas pessoas e sua relação entre características físicas hereditárias e traços da personalidade, intelectuais ou mesmo manifestações culturais, são superiores a outros. Esta forma de pensar mundo e relações entre povos, não é uma teoria, mas uma reunião de opiniões pré-estabelecidas, na qual, a função fundamental é valorizar as distinções biológicas entre os seres humanos em que alguns pensam ser superiores aos outros de acordo com sua origem racial (PAGANINI & LEONI, 2009).

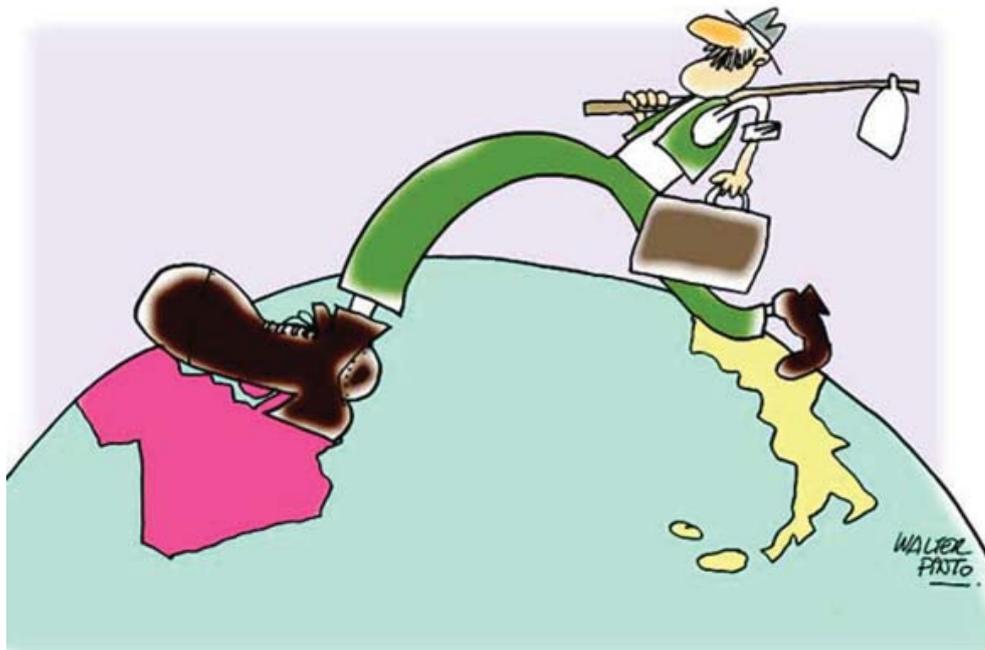
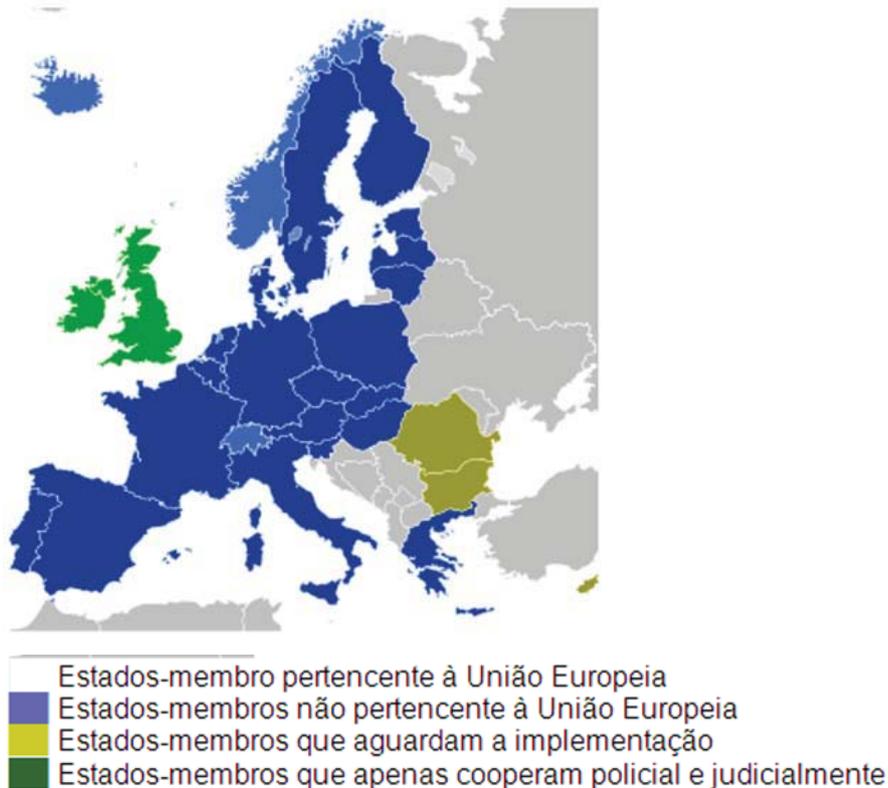


Figura: Charge sobre a suposta superioridade de um povo sobre outro.  
(Fonte: Site de domínio público).

A convicção da existência de raças superiores, propagadas por diversas regiões e nações européias, foi usada muitas vezes para justificar a escravidão de homens, a dominação de alguns povos específicos (americanos, asiáticos, africanos) por outros, assim como os genocídios que se desenvolveram no decorrer da história moderna e contemporânea, como é caso do nazismo, criado por **Adolf Hitler** na Alemanha.

Alfred Rosenberg escreveu obras que reforçaram as concepções da superioridade racial e as mesmas foram utilizadas pelo programa político do nazismo, objetivando a unificação dos alemães, usando a identificação dos traços raciais específicos do povo que considerava-se superior. Como não existia uniformidade entre os povos ditos alemães, essas concepções geraram “raças rivais” entre os próprios alemães, propiciando o nascimento de um sentimento de hostilidade e aversão destinado a indivíduos não alemães e coisas estrangeiras. **Alfred Rosenberg** escreveu obras que reforçaram as concepções da superioridade racial e as mesmas foram utilizadas pelo programa político do nazismo, objetivando a unificação dos alemães, usando a identificação dos traços raciais específicos do povo que considerava-se superior. Como não existia uniformidade entre os povos ditos alemães, essas concepções geraram “raças rivais” entre os próprios alemães, propiciando o nascimento de um sentimento de hostilidade e aversão destinado a indivíduos não alemães e coisas estrangeiras.



Na história da humanidade, os nazistas utilizaram a xenofobia interligada ao racismo imputando a pessoas e certos grupos sociais atos de discriminação para jogar o povo alemão contra o que era diferente e distinto do seu padrão racial.

A escravidão dos povos na Europa Oriental e a perseguição aos judeus, principalmente pelos nazistas, eram as verdades desejadas pelos nazistas da superioridade da “raça ariana” sobre os demais grupos distintos racialmente. Segundo FUKUDA (2008):

Pesquisas realizadas pelo *Institute National de La Statistique et des Études Économiques* (INSEE – sigla em francês) no período de 2004-2005, mostram que há 4,9 milhões de imigrantes na região metropolitana da França, representando 8,1% da população. A maior parte desses imigrantes são de origem africana: 42,0%; imigrantes provenientes da União Européia representam 41% e da Ásia são 14%. Ainda, 40% das pessoas de origem estrangeira adquiriram a nacionalidade francesa, seja por naturalização ou por casamento.

A greve dos imigrantes ilegais desencadeada na França no dia 14 de abril de 2008, serviu para evidenciar como as políticas de imigração adotadas pelo governo Nicolas Sarkozy têm interferido na estrutura de uma sociedade que está sob a influência dos imigrantes. Essas conversões podem intervir no percurso da política para a União Européia.

No tocante ao desemprego os estudiosos da questão na Europa evidenciam algumas situações que devem ser consideradas ao analisar a questão: entre 1952 e 1972, por exemplo, a economia dos países desenvolvidos cresceu ininterruptamente a taxas anuais médias da ordem de 5%. Nos 150 anos antecedentes, os economistas consideram que o capitalismo experimentou cerca de vinte crises cíclicas, uma para cada sete/oito anos, e pelo menos trinta recessões parciais, processo esse que culminaria com a crise de 1929. Nos primeiros decênios posteriores à Segunda Guerra Mundial, as recessões foram tênues e não muito prolongadas.

Em contrapartida, a partir da década de setenta observa-se uma drástica redução do crescimento, de que resulta a formação de contingentes expressivos de desempregados, considerando-se ainda que se haja verificado o fenômeno batizado de “desemprego estrutural”, isto é, pessoas que praticamente não mais conseguem voltar ao mercado de trabalho, por conta da idade ou da baixa qualificação profissional. O mercado de trabalho passa a ser muito mais exigente quando se trata da qualificação profissional. O aparato tecnológico é muito mais complexo e exige uma maior e melhor qualificação profissional.

O incremento do desemprego é um fenômeno generalizado até a segunda metade dos anos oitenta na Europa e, posteriormente, alguns países apresentaram taxas de desemprego muito elevadas para os padrões locais. Foi o caso da Espanha em 1996 (22,9% para cada mil), da França em 1997 (12%), da Itália em 1998 (11,7%) e da Alemanha em 1997 (9,8%). No período de 1993 a 2000/2001, ocorre uma redução do número de desempregados, em proporções menos reduzidas na Alemanha, um pouco mais acentuadas na Bélgica, Itália, França e Espanha, e muito mais acentuadas na Holanda e Inglaterra (*Lês Economies de l'Europe Occidentale et Leur Environnement International de 1972 à nos Jours*, 2005).

## CONCLUSÃO

A imigração ilegal na Europa tornou-se, como vimos, um grande problema. O direito internacional em consonância com as resoluções da Organização das Nações Unidas, vem procurando cada vez mais dar atenção a essa tão importante questão, garantindo dos direitos dos Estados Nacionais, assim como, os imigrantes, tratando com rigor àqueles que sofrem os efeitos do desemprego, do racismo e da xenofobia.



### RESUMO

Esta aula tem como objetivo verificar como as organizações e as nações européias tratam os imigrantes ilegais que sofrem os efeitos do racismo e da xenofobia, assim como são instituídas políticas para conter as ondas racistas e xenofóbicas.

Sabemos que são impasses grandiosos na relação pacífica entre povos, nações e instituições. Impasses estes que têm gerado grandes problemas na organização das sociedades do pós-segunda guerra.

Após a Segunda Guerra Mundial, a dinâmica do mundo mudou e a Europa foi palco significativo nesse processo de mudança, por isso mesmo, não pode deixar continuar existindo atitudes e ações que não valorizem a harmonia entre os homens, independentemente de sua origem, de sua raça, de seu credo ou de sua condição econômico-financeira.



### ATIVIDADES

Deixamos em aberto várias lacunas que devem ser preenchidas pela pesquisa desenvolvida por vocês no tocante aos seguintes itens:

1. Onde ou em quais países da Europa se deu com mais intensidade a onda migratória?
2. Qual o seu entendimento sobre o racismo e a xenofobia? Em quais países estas questões foram mais evidentes e mais conseqüentes?

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Como se observa nesta aula, o problema enfrentado por imigrantes na Europa, estende-se para várias partes do mundo. Será que no mundo periférico encontramos essas questões? O que difere do mundo central europeu? Leia, reflita e discuta com seus colegas sobre essas questões.



## PRÓXIMA AULA

Na próxima aula estudaremos a condição do “Japão e sua Importância como país central no Mundo Asiático”.



## AUTOAVALIAÇÃO

Para que o processo de aprendizagem seja efetivada recomenda-se um planejamento das ações a serem desenvolvidas com o intuito de assimilar o conteúdo apresentado nesta aula: quantas horas ou minutos tenho destinado para ler, pesquisar e entender este conteúdo? Será que estou conseguindo desenvolver o raciocínio dos autores quando resolverem tratar das questões postas?

## REFERÊNCIAS

- CASTELLIS, Manuel. **A sociedade em rede**, São Paulo: paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Fim de Milênio – A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura, Volume 3, 3ª. edição, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FUKUDA, Franceline Heillen. **A Greve dos Imigrantes Ilegais na França**, disponível em [www.pucminas.br/imagedb/conjuntura](http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura), 2008.
- PAGANINI, Nicole Cardoso; LEONI, Rafaela Aparecida Parizi. **Direito Internacional e Imigração**: A problemática da Xenofobia nos Países Europeus, Faculdades COC, 2009.
- PAIM, A.. **O Liberalismo Contemporâneo**, 3ª. edição, Edições Humanidades, 2007.
- Site para consulta: [www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/hist\\_6.html](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/hist_6.html).

## GLÓSSARIO

**Plano Marshall**: um aprofundamento da Doutrina Truman, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Européia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall.

**Acordo de Schengen:** é uma convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários. Um total de 30 países, incluindo todos os integrantes da União Europeia (exceto Irlanda e Reino Unido) e três países que não são membros da UE (Islândia, Noruega e Suíça), assinaram o acordo de Schengen. Liechtenstein, Bulgária, Roménia e Chipre estão em fase implementação do acordo.

**Adolf Hitler:** (Braunau am Inn, 20 de abril de 1889 — Berlim, 30 de abril de 1945), por vezes em português Adolfo Hitler, foi o líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (em alemão *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, NSDAP), também conhecido por Partido Nazista, uma abreviatura do nome em alemão (*Nationalsozialistische*), sendo ainda oposição aos sociais-democratas, os Sozi. Hitler se tornou chanceler e, posteriormente, ditador alemão. Era filho de um funcionário de alfândega de uma pequena cidade fronteiriça da Áustria com a Alemanha.

**Alfred Rosenberg:** (Reval, 12 de Janeiro de 1893 — Nuremberg, 16 de Outubro de 1946) foi um político e escritor alemão, sendo o principal teórico do nacional-socialismo, sintetizado na obra O Mito do Século XX (“*Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts*”, 1930). Conselheiro de Adolf Hitler, chegando a ser ministro encarregado dos territórios da Europa Oriental, em 1941, onde deportou e exterminou centenas de milhares de pessoas, principalmente judeus. O Tribunal de Nuremberg (ou Nuremberga) o condenou à morte por enforcamento, pelos crimes de guerra.

# Aula 8

## O JAPÃO E SUA IMPORTÂNCIA COMO PAÍS DESENVOLVIDO (CENTRAL) NO MUNDO ASIÁTICO

### **META**

Entender qual a importância e o papel do Japão no contexto do mundo asiático e no mundo capitalista contemporâneo.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá:  
Compreender qual a importância e o papel desempenhado pelo Japão, em primeiro lugar, para o mundo asiático e, posteriormente para o mundo desenvolvido capitalista; identificar os fatores que fizeram deste país uma potência para o restante do mundo capitalista.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Aula 1 – A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

**Sônia de Souza Mendonça Menezes**  
**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

Nesta aula faremos um passeio pela história que fez do Japão a principal potência econômica do mundo asiático e uma das mais significativas do mundo capitalista na contemporaneidade. Atendem para os fatos e as características geográficas, políticas, econômicas, sociais e culturais que compõem este país e que fizeram deste a potência que é hoje.

Somos sabedores de que o Japão emergiu como potência nas décadas finais do século XIX, sob o influxo da industrialização e do expansionismo marítimo. Segundo Scalzaretto & Magnoli (1996) a Segunda Guerra Mundial assinalou o auge e a decomposição do poder imperial japonês, destruído pelo confronto com os Estados Unidos. O Japão contemporâneo nasceu da ocupação norte-americana de 1945 a 1951. Reformado e ocidentalizado, foi envolvido na arquitetura mundial da Guerra Fria, tornando-se um dique contra a expansão da influência soviética no leste asiático.

Os referidos autores continuam afirmando que durante o meio século de Guerra Fria, o Japão harmonizou dois papéis paradoxais: foi, ao mesmo tempo, um subordinado geopolítico e um concorrente econômico dos Estados Unidos. No plano geopolítico, renunciou à constituição de forças armadas próprias, enclausurando-se sob o “guarda-chuva” nuclear americano. No plano econômico, modernizou-se vertiginosamente, tornando-se uma potência industrial e comercial.

Entendemos que o fim da Guerra Fria constitui uma encruzilhada na vida japonesa de uma maneira mais geral. Livre das ameaças soviética e chinesa (China - aliada da União Soviética, neste momento), pode evoluir para uma posição de independência geopolítica diante dos Estados Unidos. Entretanto, esse caminho, complexo e cheio de armadilhas, envolve a tentação do rearmamento e o risco do isolamento numa Ásia que guarda as lembranças amargas do imperialismo nipônico (=típico do Japão) (SCALZARETO & MAGNOLI, 1996).

Um outro caminho, mais prudente, é a afirmação do poderio econômico e a renúncia voluntária a um papel geopolítico de destaque. Essa via envolve a legitimação do papel de liderança sobre a zona econômica da Bacia do Pacífico, superando as desconfianças dos países ocupados durante a Segunda Guerra Mundial, estabilizando as relações com a China Popular e resolvendo antigas disputas com a Rússia.

Nessa disputa com a Rússia, o grande incidente diplomático do Japão, está relacionado a disputa pela posse do arquipélago formado pelas Ilhas Kurilas, anexado por Stálin ao final da Segunda Guerra Mundial. Essa disputa gerou um grande nó que impedia o Japão a lançar-se em projetos ambiciosos de exploração e industrialização da Sibéria.

Refletindo sobre essas condições e sobre todos os fatos que cercam esta presença significativa do Japão no mundo asiático e no mundo capitalista contemporâneo é que vamos estudar, nesta aula, as principais características do referido país na contemporaneidade.

Como é comum na Geografia, necessário se faz, neste momento fazermos uma localização geográfica do Japão, para compreendermos também, porque o mesmo se tornou tão importante, do ponto de vista das estratégias capitalistas dos Estados Unidos no mundo asiático (ver mapa).

O Japão (em japonês: Nihon ou Nippon; oficialmente: Nippon-koku ou Nihon koku) é um país insular da Ásia Oriental. Localizado no Oceano Pacífico, a leste do Mar do Japão, da República Popular da China, da Coreia do Norte, da Coreia do Sul e da Rússia, se estendendo do Mar de Okhotsk, no norte, ao Mar da China Oriental e Taiwan, ao sul. Os caracteres que compõem seu nome significam "origem do Sol", razão pela qual o Japão é às vezes identificado como a "Terra do Sol Nascente".

O país é um arquipélago de 6.852 ilhas, cujas quatro maiores são Honshu, Hokkaido, Kyushu e Shikoku, representando em conjunto 97% da área terrestre nacional. A maior parte das ilhas é montanhosa, com muitos vulcões como, por exemplo, o pico mais alto japonês, o Monte Fuji. O Japão possui a décima maior população do mundo, com cerca de 128 milhões de habitantes. A Região Metropolitana de Tóquio, que inclui a capital (Tóquio) e várias prefeituras adjacentes, é a maior área metropolitana do mundo, com mais de 30 milhões de habitantes.

Para melhor entendimento do conteúdo que deve ser estudado nesta aula colocaremos em evidência alguns itens importantes sobre o país em pauta. É uma forma de organizar didaticamente as idéias objetivadas. Para este fim consideraremos o pensamento de Ieda SILVEIRA (2003) como fundante e primordial no processo de reflexão e análise.



Figura: Mapa de localização do Japão no Continente Asiático.  
(Fonte: curtindojapao.com).

## O FIM DO ISOLACIONISMO DO JAPÃO:

Os japoneses viveram mais de 250 anos fechados para o mundo ocidental e foi somente no ano de 1850 que restabeleceram relações comerciais com os holandeses, os russos e os ingleses. Mas a grande mudança de fato só ocorreu no ano de 1853, quando o comodoro norte-americano MATTHEW C. PERRY entrou na Baía de Tóquio pela primeira vez, desencadeando um ano depois o TRATADO DE KANAGAWA, que abriu definitivamente os portos japoneses, acabando com seu isolacionismo. Era o início da integração japonesa ao mercado mundial e, para muitos, o início da história moderna do Japão (SILVEIRA, 2003).

É necessário destacar que, ao contrário de seus vizinhos, principalmente a China, a abertura ao mercado externo não significou o domínio colonial e tampouco a partilha do Japão pelas potências do mundo ocidental.

Apesar do fim do isolacionismo, que havia mantido o Japão distante do colonialismo europeu, os japoneses continuaram preservando seus traços culturais e seu fortíssimo sentimento de identidade nacional.

## O PERÍODO DA MODERNIZAÇÃO E DO EXPANSIONISMO JAPONÊS: A ERA MEIJI:

Foi na chamada Era Meiji (1868-1912) que o Japão ampliou a abertura ao espaço mundial, ingressando definitivamente no ciclo de reprodução do capital internacional. Esse período foi marcado pelo grande e intenso desenvolvimento japonês, conservando forte caráter independente e nacional, apesar do maior contato com os países vizinhos e com o mundo ocidental. Durante esse período o país passou por profundas transformações, tais como:

### a) NA ESFERA POLÍTICO ADMINISTRATIVA:

Sob o comando do Imperador MUTSUHITO, foi acentuada a tendência de centralização do poder, antes já ligada à figura do imperador e agora marcada por uma grande concentração da administração do Estado. Isso resultou em notável perda de poder dos xoguns que eram senhores de terra com posição político-militar de destaque desde o século XII. Outras mudanças nesta área foram a transferência da capital – de KIOTO para EDO (depois rebatizada de TÓQUIO) – e a promulgação de uma Constituição, que consagrou a monarquia hereditária como regime de governo no país.

### b) NA ESFERA ECONÔMICA:

A abertura ao comércio externo significou aquisição de tecnologia estrangeira, o que facilitou a modernização do país. Mesmo assim, devemos destacar novamente a autonomia mantida pelo Japão no processo de inserção mundial e desenvolvimento interno do capitalismo, porque seu sucesso se deveu a essa independência e a outros elementos típicos do país, como: o

nacionalismo, sentimento bastante integrador do povo japonês; forte ação centralizadora do Estado, aproximando o Japão do modelo de desenvolvimento asiático; o confucionismo, introduzindo no Japão, por influência chinesa, nos séculos V e VI, juntamente com o budismo, a visão antropocômica do mundo, considerada ainda hoje positiva para o crescimento econômico em toda a região, pois cria no povo japonês as seguintes características: a autodisciplina, a noção do dever, a perseverança, o comedimento, a cooperação, o consenso e a harmonia. Estas são características da cultura política e econômica do confucionismo e tornaram-se aspectos importantes do chamado “jeito asiático”.

#### c) NA ESFERA MILITAR:

Nesse período o império japonês começou a estruturar seu poderio militar com a ajuda de oficiais estrangeiros. Para organizar seu exército, solicitou o trabalho de oficiais franceses; para organizar a marinha, de almirantes ingleses.

#### d) NA ESFERA GEOPOLÍTICA:

O fortalecimento do poder militar permitiu ao Japão consolidar sua área de influência geopolítica na Ásia a partir de meados dos anos 1870, quando o país iniciou uma série de campanhas militares contra a China, a Coreia e a Rússia:

- Entre 1873 e 1879, o Japão ocupou as ilhas de BONIN e de OKINAWA;
- Após 1894-1895 (guerra entre China e Japão), com a vitória sobre a China, o império japonês conseguiu acesso ao ferro da Manchúria, tomou posse da ilha de Formosa – TAIWAN (que durou até 1945) – e estabeleceu um protetorado sobre a Coreia;
- Após 1904-1905, com a vitória na guerra contra a Rússia, o Japão garantiu o controle sobre a Manchúria e a Coreia, contestado pelos russos. A partir de então, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia reconheceram os direitos japoneses sobre a Coreia, cuja anexação durou de 1910 a 1945.

Após termos analisado estas características, entendemos que as ações políticas, militares e econômicas do Japão no referido período devem ser compreendidas como uma tentativa de desenvolver o país e, ao mesmo tempo, de projetá-lo em escala regional e mundial.

## **MOMENTO DE ÁPICE E DECADÊNCIA DO EXPANSIONISMO TERRITORIAL JAPONÊS: SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Alguns dos antecedentes da Segunda Guerra Mundial na Ásia podem ser avaliados justamente pelas ações da maior potência militar do Oriente. Em 1931 o Japão invadiu a Manchúria, estabelecendo ali o Estado do Manchuko, cujo testa-de-ferro foi PU YI, o último imperador chinês. Ao

longo dos anos 1930 outras porções do território chinês foram ocupadas. Foi após 1937 que o expansionismo adquiriu maior ímpeto. É importante contextualizar que o Japão, nesse momento, já havia se alinhado com outras potências expansionistas em escala global. Em 1936, por exemplo, o país assinou com a Alemanha o Pacto Anti-Komintern, uma aliança contra o comunismo.

O *Komintern* era a organização que reunia os principais partidos comunistas do mundo, comandada por Moscou e tinha como objetivo de expandir a revolução para o mundo inteiro.

Em 1937 foi a vez de a Itália aliar-se ao Japão e à Alemanha, formando o que seria chamado, durante a Segunda Guerra Mundial, de Eixo Berlim-Roma-Tóquio. Portanto, Japão-Alemanha-Itália compunham os países do Eixo, que tinha como principais opositores os chamados aliados: França, Inglaterra, Estados Unidos e União Soviética. Lembramos que foi uma ação militar japonesa que levou os Estados Unidos a ingressar na guerra: em dezembro de 1941, o Japão atacou a base norte-americana de PEARL HARBOR, no Havaí. Na verdade, esse ataque marcou a entrada formal do Japão na Segunda Guerra Mundial. Embora fosse um dos Estados membros do Eixo, o país permaneceu fora do conflito durante os dois primeiros anos.

Até 1941, a estratégia japonesa consistiu em pressionar o governo norte-americano a reconhecer a supremacia nipônica na Ásia e em manter como aliados os países da Ásia-Pacífico – fornecedores de matérias-primas como petróleo, borracha e minérios – ainda que esses temessem uma invasão direta. Mas a persistente recusa norte-americana em aceitar a supremacia japonesa na região juntamente com a pressão diplomática alemã para que Tóquio entrasse na guerra levaram o Japão a iniciar a forte ofensiva militar.

Essa supremacia nunca foi reconhecida pelos Estados Unidos. E, as bombas atiradas no território japonês provam isso. As bombas atiradas nas cidades japonesas serviram para instalar e consolidar o equilíbrio do terror a que, Estados Unidos e União Soviética, submeteram o mundo entre as décadas de 1940 e 1990 (Guerra Fria). Os Estados Unidos queriam provar ao mundo que eram capazes de dominar e oprimir qualquer nação da forma que achasse melhor. A explosão das bombas serviu para encerrar dramaticamente o maior conflito da história da humanidade (Segunda Guerra Mundial).

Em 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos lançaram a primeira bomba atômica, sobre a cidade japonesa de HIROSHIMA, localizada na Ilha de HONSHU, a maior do país. Três dias depois, em 9 de agosto, uma segunda bomba arrasou a Cidade de NAGASAKI, na Ilha de KYUSHU, no extremo sul do Japão. Na realidade, a decisão do ataque nuclear havia sido tomada muito antes, em setembro de 1944. Entre os motivos, podemos apontar os seguintes:

- Razão estratégica e geopolítica: obrigar o Japão a se render antes de a União Soviética entrar diretamente na guerra contra os japoneses, favorecendo assim a hegemonia geopolítica dos Estados Unidos no fim da guerra. Afinal, ficaria comprovada a superioridade militar dos Estados Unidos ante o líder comunista.

b) Razão técnica: checar os efeitos reais que uma bomba nuclear poderia causar. Nesse aspecto, a cidade de HIROSHIMA apresentava dimensão e topografia adequadas para se testar a capacidade de destruição de uma bomba atômica e, ao mesmo tempo, possibilitava ver seus efeitos destrutivos posteriores.

Além disso, após impor a rendição ao Japão, anunciada pelo Imperador HIROITO (1901-1989) em 19 de agosto de 1945, os norte-americanos puderam ditar os rumos do país em escala nacional e regional:

a) OCUPAÇÃO: os Estados Unidos se instalaram no Japão até 1952 e, em 1954, os japoneses assinaram um tratado que permitia a instalação de bases militares norte-americanas em seu território.

b) SUBJUGAÇÃO: os norte-americanos impuseram ao país uma nova Constituição que determinava, entre outros, a impossibilidade de criar um novo exército. No artigo nono da Constituição Japonesa, promulgada em 1947, consta que o país está impedido de manter forças militares ofensivas.

Iniciava-se, portanto, o projeto de transformar o Japão de inimigo em aliado. Diante da ordem internacional bipolar instalada com a guerra fria, o Japão, a Coréia do Sul e Taiwan seriam aliados dos Estados Unidos, com a missão de barrar o avanço do comunismo no Continente Asiático.

## A RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO E O ENTORNO REGIONAL

Os principais fatores que fizeram o Japão se reerguer após a humilhante derrota na Segunda Guerra Mundial:

a) FATORES GEOPOLÍTICOS: com uma posição estratégica no cenário asiático, o Japão foi um parceiro fundamental dos Estados Unidos para conter o avanço do comunismo na região, principalmente após a Revolução Chinesa de 1949. As crises subsequentes na Coréia (1950-1953) e no Vietnã (1964-1973) serviram para aprofundar a aliança estratégica central Estados Unidos-Japão.

b) FATORES ECONÔMICOS: são vários os fatores de ordem econômica, entre eles estão:

b.1 – Limitação da militarização: a proibição de investir em forças militares de ataque, imposta pelos Estados Unidos, acabou levando o Estado japonês a concentrar seus recursos econômicos na melhoria da infra-estrutura do país e na aquisição maciça de tecnologia estrangeira.

b.2 – Investimentos norte-americanos: para fortalecer sua relação com o Japão, os Estados Unidos passaram a investir pesadamente no país, principalmente no desenvolvimento industrial.

b.3 – Exportações: com um mercado interno reduzido e empobrecido, o Japão apostou nas exportações, principalmente para o mercado norte-americano, a fim de impulsionar seu crescimento industrial.

b.4 – Ação centralizadora do Estado e desenvolvimento da infra-estrutural: é importante enfatizar que muitas das bases sólidas para a reconstrução japonesa já haviam sido lançadas na Era Meiji.

c) FATORES CULTURAIS: permanência de um forte nacionalismo e influência dos valores confucianos.

Além desses fatores, foram realizadas profundas reformas institucionais no país, também sob influência norte-americana:

1. Democratização das instituições políticas;
2. Ampla reforma agrária, que contribuiu para aumentar o mercado consumidor interno e para articular a produção rural às demandas da indústria;
3. Reforma educacional, além do aumento dos investimentos em educação, ciência e tecnologia.

Vale a pena salientar que, entre 1953 e 1973, o Japão apresentou taxas de crescimento que atingiram quase 10%. Ao longo dos anos 1960, o país acumulou crescentes superávits em sua balança comercial, sendo considerado, no fim desse período, a segunda economia do mundo capitalista, depois dos Estados Unidos. Essa fase de crescimento econômico acelerado no Japão foi denominada de milagre econômico, que acabou influenciando as economias vizinhas, que passaram a se beneficiar não apenas de investimentos norte-americanos, mas também do capital produtivo japonês. Foi o caso principalmente dos tigres da primeira geração – Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura – todos com uma posição estratégica central para conter o comunismo no leste asiático.

Por que são denominados *tigres asiáticos*? A imagem do tigre está associada a poder, força, audácia e vitalidade, principalmente no leste asiático. Daí a analogia com as economias que apresentaram rápido crescimento econômico, ou seja, que atravessaram a fase do chamado milagre asiático nas últimas décadas.

Fazendo uma retrospectiva da ação dos *tigres asiáticos* percebemos que nos anos 1960, as primeiras economias asiáticas a apresentar sucessivos aumentos de PIB (Produto Interno Bruto) foram Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Cingapura. A partir da década de 1970, começaram a despontar na região Tailândia, Indonésia e Malásia que, nos anos de 1980, já seriam conhecidos mundialmente como tigres asiáticos, ao lado dos quatro países citados anteriormente. Nos anos 1990, foi a vez de Filipinas e Vietnã apresentarem taxas de crescimento econômico. O Vietnã, por exemplo, o único regime socialista do grupo, apresentou uma taxa anual de crescimento do PIB em torno de 8%.

Além das expressivas taxas de crescimento econômico, o desenvolvimento também foi possível graças a melhor distribuição de renda ocasionada pela ampla geração de empregos. A Tailândia, por exemplo, acabou com pobreza absoluta. Na Indonésia, a proporção de pobres caiu de 64% para 11%. Na Malásia, a queda foi de 37% para 5%. Já a expectativa de vida média, no conjunto desses países, subiu de 55 para mais de 70 anos.

Conclui-se, portanto, que a chave para compreender a rápida industrialização dos tigres e seu papel de destaque em escala regional é sua relação com o Japão.

## CONCLUSÃO

A reconstrução industrial japonesa do pós-guerra, como vimos, foi alavancada pela incorporação de tecnologias modernas desenvolvidas no exterior, especialmente nos Estados Unidos. Contudo, desde a década de 1970, o país atingiu um patamar industrial mais elevado, que o capacitou a criar tecnologias avançadas e competir com norte-americanos e europeus nos principais domínios da alta tecnologia. Atualmente o Japão ostenta posição de liderança na produção de robôs industriais em ramos da micro-eletrônica e de equipamentos audiovisuais.



## RESUMO

Para resumir e completar nossos estudos, leia os principais fatores que explicam o grande desenvolvimento econômico do Japão e do seu entorno:

- a) A agressividade nas exportações – o Japão, assim como os demais tigres, teve sua industrialização voltada principalmente para a exportação, ao contrário das nações latino-americanas, onde a expansão industrial ocorreu para substituir importações e abastecer o mercado interno;
- b) A coexistência de uma economia de mercado com intervencionismo estatal – a expansão industrial no Japão e demais tigres se deu, inicialmente, sob regimes ditatoriais, com exceção de Hong Kong. Não havia liberdade de expressão nem eleições livres. O Estado ditatorial conduziu, rigidamente, as reformas econômicas necessárias à industrialização, beneficiando determinados ramos econômicos e setores sociais;
- c) Os investimentos externos combinados com um grande estímulo e proteção às empresas nacionais e à poupança interna – o surgimento de empresas nacionais no país resultou da associação entre o governo e o capital nacional privado;
- d) Mão-de-obra barata e muitíssimo disciplinada – a força de trabalho com essas características e a existência de organizações sindicais frágeis permitiram a exploração de jornadas de trabalho elevadas, férias reduzidas e poucos benefícios sociais;
- e) A qualificação dos trabalhadores;
- f) A ética confuciana aplicada às relações de trabalho;
- g) A posição geopolítica estratégica.



### ATIVIDADES

É possível dizer que o desenvolvimento econômico do Japão e dos *Tigres Asiáticos* envolveu estratégias articuladas de nível nacional, regional e global. Faça uma análise conceitual das escalas apresentadas.

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

É muito importante o entendimento da importância do Japão no continente asiático, assim como, sua condição de potência econômica do mundo desenvolvido. É um país central, não somente pela posição estratégica no globo terrestre, mas também pela sua condição de riqueza gerada pela poupança gerada pelo trabalho do povo japonês.



### PRÓXIMA AULA

O Japão e seu entorno regional: perspectivas futuras.



### AUTOAVALIAÇÃO

Até o presente momento tivemos a oportunidade de estudar as características e os fatores que fundamentam a divisão do mundo em países centrais e periféricos ou desenvolvidos e subdesenvolvidos, por isso faz-se necessário alguns questionamentos:

1. O que levou o sistema capitalista dividir o mundo dessa forma?
2. Será que é necessária essa divisão?
3. Como essa forma de dividir o mundo influencia diretamente nas relações entre nações, povos e culturas distintas?
4. Será que consigo dimensionar estas questões na minha relação diária com as demais pessoas da minha primeira convivência?

## REFERÊNCIAS

- CASTELLIS, Manuel. *A sociedade em rede*, São Paulo: paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Fim de Milênio – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume 3, 3ª. edição, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- PAIM, A.. *O Liberalismo Contemporâneo*, 3ª. edição, Edições Humanidades, 2007.
- SCALZARETTO, Reinaldo; MAGNOLI, Demetrio. *Atlas: Geopolítica*, São Paulo: Scipione, 1996.
- SILVEIRA, Ieda. *A geografia da gente*, vol. 4, São Paulo: Ática, 2003.
- Site para consulta: [www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/hist\\_6.html](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/hist_6.html).



# Aula 9

## O JAPÃO E SEU ENTORNO REGIONAL: PERSPECTIVAS FUTURAS

### **META**

Compreender as questões que estão postas relacionadas à inserção do Japão, país desenvolvido do continente asiático, na ordem internacional contemporânea.

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá: entender qual o papel desempenhado pelo Japão na nova ordem internacional, tanto do ponto de vista político, como também econômico e cultural.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Aula 1 – A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

**Sônia de Souza Mendonça Menezes**  
**Genésio José dos Santos**

## INTRODUÇÃO

Fazendo uma síntese da aula anterior, percebemos que num intervalo de pouco mais de um século, o Japão protagonizou duas das mais impressionantes transformações nacionais em toda a história. Até a metade do século XIX, o referido país se recusava a manter qualquer tipo de contato com o mundo exterior e mantinha um sistema social muito semelhante ao feudalismo vivenciado pelos europeus naquela época. Só se abriu ao comércio internacional temendo as ameaças dos Estados Unidos de invadir o seu território e massacrar com suas armas potentes o povo japonês (História Viva, 2008).

Durante a Era Meiji, como lemos na aula anterior, o Japão viveu uma rápida ocidentalização e em algumas décadas, o país se industrializou, reformou suas estruturas políticas e adotou novos costumes, dentro dos ditames impostos pela modernidade capitalista dos norte-americanos, ingressando como a grande e única potência militar e econômica do mundo oriental ou asiático.

Lemos também que, esse rápido processo de modernização e ocidentalização do país, estimulou as ambições imperialistas da elite japonesa, que se lançou numa incansável e insaciável expansão territorial que só foi interrompida com a desastrosa participação na Segunda Guerra Mundial, quando foi derrotado, tendo assim, que engolir de forma silenciosa e humilhante o domínio e as determinações auferidas pelos norte-americanos dos Estados Unidos, a grande potência capitalista desse novo mundo, surgido logo após a Primeira Guerra Mundial.

Mas, conta a história japonesa, o povo desse país não se deixou abater e em pouco tempo, recuperou a auto-estima, surpreendendo o mundo com o processo de desenvolvimento prodigioso, e no final dos anos 60, o Japão era motivo de admiração e inveja pela prosperidade econômica, pela vanguarda tecnológica e pelos altos índices de bem-estar social (História Viva, 2008).

Para melhor entendimento desse conteúdo iremos acompanhar o raciocínio de Fuser (História Viva, 2008), ponto por ponto e parágrafo por parágrafo, no tocante ao espantoso crescimento do Japão no pós-guerra e durante todo o período chamado de “Guerra Fria”, assim como, das decisões estrategicamente corretas priorizando a educação e a ativa presença do Estado na sua economia.

Consideremos que o desenvolvimento do Japão na segunda metade do século XX é um dos episódios mais impressionantes da história econômica mundial. Quando as tropas norte-americanas ocuparam o país, no outono de 1945, a sociedade japonesa estava à beira do colapso. Os desempregados somavam mais de dez (10) milhões, num contexto de inflação descontrolada. Nos anos seguintes, enquanto os emissários norte-americanos, dos Estados Unidos, se dedicavam a redefinir as estruturas políticas e sociais do Japão, os sucessivos governantes locais tentaram, em vão, superar a crise econômica

vivenciada. A inflação devastadora só começou a ser colocada sob controle após um draconiano programa de austeridade elaborado pelo banqueiro norte-americano JOSEPH M. DODGE, trazido de Detroit (Estados Unidos) para trabalhar como conselheiro das autoridades da ocupação. Essas medidas ajudaram a deter a inflação, mas o país pagou um preço elevado, com o agravamento do desemprego e uma grande quantidade de falências.

Por incrível que possa parecer, foi uma nova guerra, a da Coreia, iniciada em junho de 1950, que resgatou o país da crise, graças à inesperada demanda que o conflito criou para os produtos japoneses. A empresa automobilística *Toyota*, por exemplo, corria o risco de falir quando foi salva pela primeira encomenda de caminhões do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. E o mesmo aconteceu com muitas outras companhias. O aumento das exportações – combinado com a indexação da moeda japonesa, o *iene*, ao dólar americano – abriu o caminho para o acelerado crescimento econômico. Entre 1950 e 1973, o PIB (Produto Interno Bruto) japonês cresceu à média espetacular de 10,5% ao ano, uma taxa muito superior a de todas as outras nações industrializadas do mundo desenvolvido.

O Japão se tornou o líder mundial em uma variedade espantosa de produtos – artigos de cozinha, máquinas fotográficas, instrumentos musicais, aparelhos de rádio, televisores, motocicletas, produtos elétricos, entre outros. O ingresso dessas mercadorias, baratas e de boa qualidade, deixou em segundo plano a indústria suíça dos relógios e os produtos ópticos alemães, além de praticamente afastar do mercado os fabricantes ingleses e americanos de motocicletas. Um caso excepcional é o da indústria naval. Antes do final da década de 50, os estaleiros japoneses já estavam produzindo mais da metade da tonelagem mundial lançada ao mar.

O fim dessa guerra (Coreia), em 1954, provocou apenas uma ligeira queda no ritmo de crescimento japonês, que logo recuperou a velocidade e se manteve inalterado até a “crise do petróleo”, deflagrada pelo drástico aumento dos preços dos combustíveis pelos integrantes da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em 1973. Em termos comparativos, a economia japonesa representava 5% da americana em 1955 e se situava muito abaixo dos principais países europeus. Dezoito anos depois, em 1973, o PIB (Produto Interno Bruto) japonês alcançava quase um terço do total americano e sua economia era a terceira do mundo em tamanho, superada apenas pela dos Estados Unidos e da União Soviética.

## JAPÃO: UMA POTÊNCIA INCOMPLETA?

Para muitos estudiosos o Japão era considerado apenas uma potência econômica pois não dispunha de um corpo militar ofensivo e tampouco de armas nucleares e na visão dos próprios japoneses, apesar do crescimento acelerado do pós-guerra, o Estado Japonês nunca assumiu seu peso geopolítico no cenário mundial. Para termos uma idéia de sua importância para o mundo,

a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945 e o Japão só foi aceito como membro em 1956, depois de ter saído da tutela norte-americana que impunha a reconstrução do país segundo o seu “bel” prazer. Nesse sentido, faltaria ao Japão, portanto, dinamismo geopolítico e vontade política para assumir uma posição de destaque no cenário regional e internacional? (SILVEIRA, 2008).

De acordo com alguns analistas políticos, há basicamente duas opções para este país resolver suas indefinições como potência:

1º.) A sua remilitarização, que poderia lançar o país, segundo estes analistas, como superpotência, ao lado dos Estados Unidos; ou,

2º.) O avanço da política de desenvolvimento econômico, que daria continuidade à estratégia do pós-guerra.

Para os defensores de uma das duas políticas, ou mesmo de ambas, o resultado seria o mesmo: a maior atuação do Japão em escala regional e global.

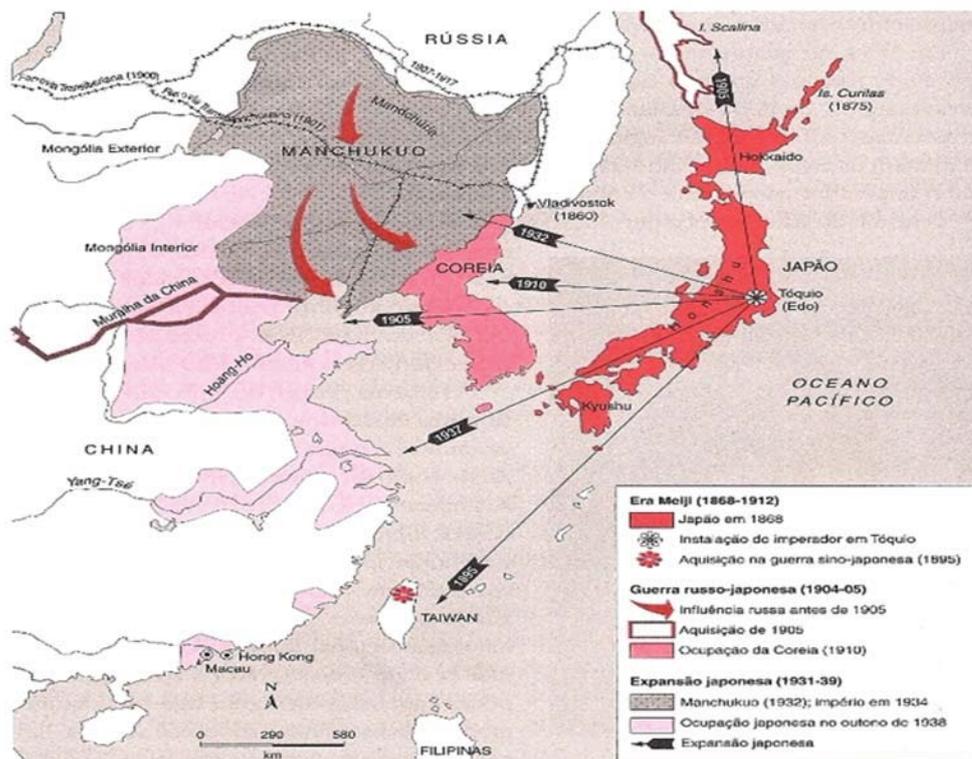
Ainda baseados nas idéias de Silveira (2008), percebemos que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão esteve politicamente mais próximo dos Estados Unidos do que do restante da Ásia e a remilitarização serviria apenas para aumentar o isolamento japonês na região da Ásia-Pacífico. Assim sendo, para outros analistas políticos, a preocupação do Japão deve ser aprofundar a integração regional por meio do desenvolvimento econômico compartilhado, inclusive como forma de combater o poderio crescente dos chineses. Para empreender uma parceria mais estreita com os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), por exemplo, o Japão tem feito contínuas referências à *Doutrina Fukuda*, proposta pelo primeiro ministro japonês, Takeo Fukuda, em 1997. Segundo sua doutrina, o Japão não deveria nunca mais aspirar à posição de potência militar devido à trágica experiência da Segunda Guerra Mundial. Além disso, o país teria de trabalhar para construir uma relação de confiança mútua com os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), cujo caráter pacifista está na essência da criação da referida associação. Nesta perspectiva, a disponibilidade para um trabalho cooperativo em prol da estabilidade, do progresso e da paz na região é um desafio para um país que, desde a Segunda Guerra, e também por causa dela, tornou-se pacifista.

Para aqueles que apostam no crescimento e no desenvolvimento econômico como principal estratégia de inserção do país, a última década revelou um cenário novo, assustador e desafiador: a partir de 1989, uma forte crise atingiu o país. Essa crise econômica põe em xeque a capacidade da potência japonesa de competir com as economias norte-americana e européia, mas reforça, ao mesmo tempo, a tese de que o país deve se preocupar com o crescimento econômico, e não com a remilitarização (SILVEIRA, 2008).

No caso específico dessa crise no Japão, o país teve um crescimento muito grande na década de 1980 e os bancos passaram a investir uma grande soma de recursos no mercado imobiliário e na Bolsa de Valores de Tóquio. Houve assim uma supervalorização das ações das empresas e as terras no Japão atingiram preços elevadíssimos e o governo japonês não

foi capaz de controlar a especulação. Depois da referida supervalorização atingir um ponto insustentável, a venda rápida das ações e das terras acabou ocasionando uma queda brusca dos preços, causando prejuízos a diferentes setores da economia. Os bancos, por exemplo, não receberam muitos pagamentos referentes a empréstimos realizados por empresas. Essa foi considerada a maior crise especulativa vivida por um país desde a Segunda Guerra Mundial, e as conseqüências para o Japão foram catastróficas, tais como: recessão; crise política; diminuição acentuada do crescimento econômico; queda no consumo; menor crescimento de importações e exportações; crise no sistema bancário; taxas elevadas de desemprego. Mas, essa tempestade já passou e parece que os ventos sopraram, nos últimos anos, para outros cantos da Terra. Os países asiáticos, principalmente os Tigres, estão em situações muito mais confortáveis, do que, por exemplo, os países europeus e os Estados Unidos (MAGNOLI, 2008).

### A esfera de influência japonesa (1868-1939)



(Fonte: MAGNOLI, Demétrio. O Mundo Contemporâneo, 2ª. edição, São Paulo: Atual, 2008).

Retrocedendo na história, Coggiola (2008) afirma que, a restauração do poder imperial no Japão, em 1868, inaugurou uma época de progresso que teve como base a capacidade deste país de combinar a tecnologia ocidental e o capitalismo com valores e tradições próprias. A restauração Meiji, iniciada em 1868, pôs o Japão na rota da modernização já referida neste conteúdo e no conteúdo da aula anterior, de forma gradativa, porém agressiva. Os japoneses não chamaram esse processo de revolução, preferindo o termo

restauração, um “regresso à normalidade”. Antes da Era Meiji, o *xogum* (chefe militar supremo) governava em lugar do imperador, que permanecia enclausurado, exercendo um poder meramente simbólico. O xogunato vinha se debilitando desde as primeiras décadas do século XIX. A velha ordem era ameaçada por revoltas camponesas e por uma prolongada crise fiscal. O país se mostrava impotente diante das pressões militares ocidentais para se abrir ao comércio internacional.

A oposição ao xogunato cresceu principalmente por parte dos *daimiôs* (grandes proprietários de terras) das regiões de Satsuma e Choshu, no sudoeste do país, relativamente distantes da capital. O novo imperador Mutsuito (depois conhecido como Meiji), assumiu o poder em janeiro de 1868, com apenas 16 anos de idade, no contexto de uma rebelião em que uma coligação de dirigentes regionais e de integrantes da nobreza puseram fim ao regime militar do *xogum* e restabeleceram o poder do imperador. O governo imperial recorreu à tradição para justificar o processo modernizante. Com o regresso dos registros de propriedade em agosto de 1869, estabeleceu-se uma estrutura semelhante a do século VIII, da Era Nara (COGGIOLA, 2008).

Os fatos históricos relatados podem servir para explicar alguns fatores presentes na constituição do Japão enquanto potência econômica do mundo contemporâneo. As relações com o mundo asiático se deu de forma colonialista e isso gerou, como vimos, a desconfiança das nações vizinhas. Mesmo assim, a dinâmica comercial do seu entorno é das maiores no mundo contemporâneo (Ver mapa na página anterior).

## CONCLUSÃO

Neste século, o Japão tem uma série de impasses a resolver, tais como:

- a) Como intensificar suas relações com os outros países asiáticos e manter um equilíbrio com os Estados Unidos (que sempre buscam satisfazer seus próprios interesses na região)?
- b) Como interagir com a China, um país que tem apresentado altas taxas de crescimento, um mercado consumidor extraordinário, mas que se configura como um concorrente na liderança geopolítica e econômica regional?
- c) Como reparar as contradições de seu passado expansionista, que o país insiste em não reconhecer aberta e definitivamente?
- d) Como restaurar seu sistema de autodefesa e continuar mantendo a posição pacifista?

As questões acima descritas nos revelam que, o Japão deverá combinar uma série de estratégias no âmbito nacional e regional, para ampliar sua posição estratégica de potência regional e mundial, redimensionado assim o seu papel na nova ordem mundial ou na Nova Divisão Internacional e Regional do Trabalho.



## RESUMO

Dentre todas as civilizações ou nações orientais, a japonesa foi a única que conseguiu preservar sua autonomia diante do poder irresistível do ocidente capitalista. Enquanto a Índia, a China, a Pérsia, a Turquia e alguns Estados Árabes se submeteram ao domínio europeu e americano, o Japão foi capaz de se integrar ao circuito econômico mundial em seus próprios termos.

O contato com os estrangeiros, após os dois séculos do isolamento imposto pelos *xoguns* da Era Tokugawa, foi traumático – o Japão só se abriu diante da ameaça de um bombardeio pela esquadra americana do comodoro Matthew Perry, em 1854. O ultimato acelerou a crise do regime feudal e promoveu a mudança do regime político. A Era Meiji, inaugurada em 1868, impulsionou a transformação radical da sociedade. O país se ocidentalizou e mobilizou todas as suas energias no esforço da industrialização. No final do século XIX, já disputava os mercados asiáticos com o Ocidente. Mas a expansão econômica despertou também os sonhos de conquista da elite japonesa. O país passou a usar a força militar para ampliar sua influência na Ásia. O expansionismo japonês chocou-se com a resistência de outros povos e com os interesses britânicos e americanos, resultando na tragédia da Segunda Guerra Mundial (HISTÓRIA VIVA, 2008).



## ATIVIDADES

Você já ouviu a música ROSA DE HIROSHIMA? Recomendamos com atividade a pesquisa da letra da música e a partir dela faça um análise comparativa de sua letra com a realidade desencadeada em território japonês no período da Segunda Guerra Mundial. Por que foi necessária a explosão da bomba atômica no Japão? E você o que pensa desse fato?

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Este é um conteúdo instigante, por isso mesmo, deve ser complementado e aprofundado a partir de outras leituras, indicadas, inclusive, na bibliografia dessa aula. Estude, discuta com colegas ou pessoas que leram algo sobre esse conteúdo e tire conclusões sobre cada um dos fatos aqui estudados.



### PRÓXIMA AULA

Na próxima aula estudaremos o seguinte conteúdo: “**Austrália e Nova Zelândia: países desenvolvidos na Oceania**”.



### AUTOAVALIAÇÃO

Para que o processo de aprendizagem seja efetivado recomenda-se um planejamento das ações a serem desenvolvidas com o intuito de assimilar o conteúdo apresentado nesta aula: quantas horas ou minutos tenho destinado para ler, pesquisar e entender este conteúdo? Será que estou conseguindo desenvolver o raciocínio dos autores quando resolverem tratar das questões postas?

### REFERÊNCIAS

- CASTELLIS, Manuel. **A sociedade em rede**, São Paulo: paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Fim de Milênio – A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura, Volume 3, 3ª. edição, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A Era Meiji**: Uma Via Original para a Modernidade, In: **História Viva**. Japão: 500 anos de história/ 100 anos de imigração. Editor Igor Fuserl, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.
- FUSER, Igor. **Milagre Japonês: Desenvolvimento Econômico Prodigioso**, In: **História Viva**. Japão: 500 anos de história/ 100 anos de imigração. Editor Igor Fuserl, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.
- HISTÓRIA VIVA. **Japão**: 500 anos de história/ 100 anos de imigração. Editor Igor Fuserl, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.
- PAIM, A.. **O Liberalismo Contemporâneo**, 3ª. edição, Edições Humanidades, 2007.
- SACALZARETTO, Reinaldo; MAGNOLI, Demétrio. **Atlas**: Geopolítica, São Paulo: Editora Scipione, 1996.
- SILVEIRA, Ieda. **A Geografia da Gente**, Vol. 4, São Paulo: Editora Ática, 2003.
- Site para consulta: [www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/hist\\_6.html](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/hist_6.html).
- VESENTINI, J. William. **Sociedade e Espaço**: Geografia Geral e do Brasil, 44ª. edição, São Paulo: Ática de 2005.

# Aula 10

## AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA: PAÍSES DESENVOLVIDOS NA OCEANIA

### **META**

Entender como esses países conseguiram agregar elementos para um desenvolvimento dentro das perspectivas do sistema capitalista contemporâneo

### **OBJETIVOS**

Ao final desta aula, o aluno deverá: contextualizar as realidades presentes nos países em análise com os propósitos de formação de um bloco de países desenvolvidos no mundo contemporâneo.

### **PRÉ-REQUISITOS**

Aula 1 – A formação histórico-estrutural dos Países Centrais e a relação com a evolução do capitalismo.

**Sônia de Souza Mendonça Menezes**  
**Genésio José dos Santos**

### INTRODUÇÃO

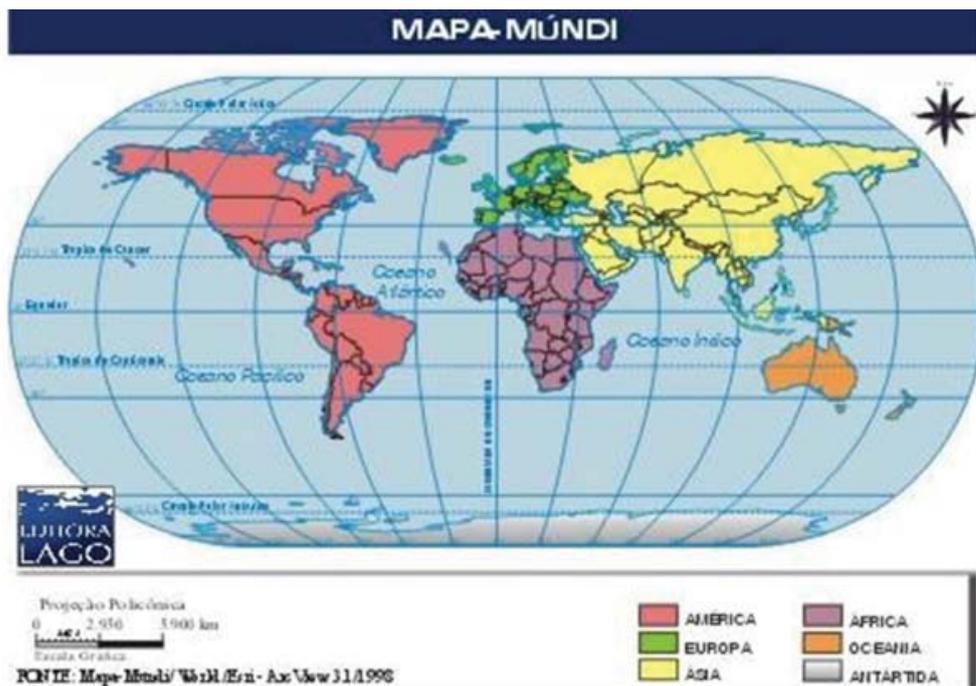
A Austrália e a Nova Zelândia localizam-se na Oceania, também conhecida como Novíssimo Continente. São os únicos países do Norte industrializado ou mundo desenvolvido que situam ao sul da linha do equador, os demais estão localizados no hemisfério norte (ver mapa).

A Oceania é uma região geográfica e geopolítica, composta por vários grupos de ilhas do Oceano Pacífico (Polinésia, Melanésia e Micronésia). O termo *Oceania* foi criado em 1831 pelo explorador francês Dumont d'Urville. O termo é usado hoje em vários idiomas para designar um continente que compreende a Austrália e ilhas do Pacífico adjacentes. Os limites da Oceania são definidos de várias maneiras. A maioria das definições reconhecem partes da Australásia como a Austrália, Nova Zelândia e Nova Guiné, e parte do Arquipélago Malaio como sendo partes da Oceania.

O referido continente é formado por vários arquipélagos situados no Oceano Pacífico, ocupando uma área de 8.935.000 quilômetros quadrados. Dentre as ilhas que compõem esses arquipélagos, a maior é a Austrália, que sozinha ocupa 7.741.000 quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 86% da área total do continente. A Austrália agrega em seu território mais de 70% da população total do continente, que é de 22.866.761 de habitantes. Pela sua grande dimensão física no continente, a Austrália acabou dando a denominação que, por muito tempo correu o mundo: Continente Australiano.

Durante cerca de 40.000 anos antes da colonização europeia, iniciada no final do século XVIII, por exemplo, o território australiano e a Tasmânia eram habitadas por cerca de 250 nações individuais de aborígenes. Após visitas esporádicas de pescadores do norte e pela descoberta europeia por parte de exploradores holandeses em 1606, a metade oriental da Austrália foi reivindicada pelos britânicos em 1770 e, inicialmente colonizada por meio do transporte de presos para a colônia de Nova Gales do Sul, fundada em 26 de janeiro de 1788. A população aumentou de forma constante nos anos seguintes, a ilha foi explorada e, durante o século XIX, outros cinco grandes territórios autogovernados foram estabelecidos.

Em 1 de janeiro de 1901, as seis colônias se tornaram uma federação e a Comunidade da Austrália foi formada. Desde a Federação, a Austrália tem mantido um sistema político democrático liberal estável e continua a ser um reino da *Commonwealth*. A população do país está concentrada em torno das capitais continentais estaduais de Sydney, Melbourne, Brisbane, etc. Sua capital é Camberra.



Do ponto de vista físico, a Oceania é quase uma continuação do Sudeste Asiático, bastando observar o mapa acima. É como se fosse uma continuação das ilhas da Indonésia. Mas, do ponto de vista histórico e de povoamento, este continente possui características muito diferentes do continente asiático, o que justifica a sua separação como outra porção continental da superfície terrestre.

### A COLONIZAÇÃO DA AUSTRÁLIA



Retrato do comandante James Cook, por Nathaniel Dance (1775).

Os britânicos incorporaram a Austrália aos seus domínios em 1770. No ano da incorporação oficial, habitaram a ilha-continente cerca de 300 mil nativos, divididos em mais de 600 tribos, que falavam mais de 500 dialetos.

Viviam num estágio cultural bastante primitivo, desconhecendo até a prática agrícola. No século XVIII, a ocupação britânica restringiu-se à implantação de colônias penais, a mais importante delas nas proximidades da cidade de Sydney, e à fixação de um pequeno número de colonos, que constataram as grandes possibilidades de se desenvolver a pecuária com sucesso na colônia.

A pecuária, principalmente a ovina, cresceu em imponência no século XIX, bem como a atividade agrícola, principalmente voltada à produção do trigo. O que provocou um grande surto populacional na colônia ao longo desse século foi, no entanto, a descoberta de ouro na província de Vitória. Na virada do século, a população australiana era de aproximadamente 3 milhões de habitantes. Em 1901, a Austrália transformou-se numa federação autônoma, a Comunidade da Austrália, iniciando um acelerado processo de expansão da agropecuária e da indústria. Isso determinou a necessidade de se incrementar, particularmente no pós-guerra, as correntes migratórias. De 1945 a 1970, o país recebeu aproximadamente 3 milhões de imigrantes, cerca de 50% de origem britânica. Atualmente a Austrália é um dos países que exercem maior controle sobre a imigração estrangeira.

Quando se trata da origem do nome Austrália, pesquisamos e descobrimos que vem da palavra em latim *australis*, que significa "austral", ou seja, "do sul"; e sua origem data de lendas do século II de "terra desconhecida do sul" (*terra australis incognita*). O país tem sido chamado coloquialmente como *Oz* desde o início do século XX. *Aussie* é um termo comum, coloquial para "australiano". Lendas de uma "terra desconhecida do sul" (*terra australis incognita*) remontam à época romana e eram comuns na geografia medieval, mas não eram baseadas em qualquer conhecimento documentado do continente. O primeiro uso da palavra na Austrália em inglês foi em 1625, em "*A note of Australia del Espíritu Santo, written by Master Hakluyt*" e publicado por Samuel Purchas em *Hakluytus Posthumus*. A forma adjetiva holandesa *Australische* foi usada pelos holandeses, funcionários da Companhia das Índias Orientais, em Batavia para se referir à terra recém-descoberta no sul em 1638. O termo Austrália foi utilizado em 1693 uma tradução de *Les Aventures de Jacques Sadeur dans la Découverte et le Voyage de la Terre Australe*, um romance francês de 1676 de Gabriel de Foigny, sob o pseudônimo de Jacques-Sadeur. Alexander Dalrymple utilizou o termo em *An Historical Collection of Voyages and Discoveries in the South Pacific Ocean* (1771), referindo-se a toda a região Sul do Pacífico. Em 1793, George Shaw e James Smith publicou *Zoology and Botany of New Holland*, na qual escreveu sobre "a ilha grande, ou melhor, os continentes, da Austrália, Australásia ou Nova Holanda". A palavra também apareceu em um gráfico de 1799 de James Wilson.

O nome Austrália foi popularizado por Matthew Flinders, que usou o nome que seria formalmente aprovado em 1804. Ao elaborar o seu manuscrito e as cartas para o seu *A Voyage to Terra Australis* de 1814, ele foi convencido por seu patrono, Joseph Banks, a usar o termo *Terra Aus-*

*tralis* pois este era o nome mais familiar ao público. Flinders fez isso, mas permitiu-se a uma nota de rodapé:

“Se eu tivesse me permitido qualquer tipo de inovação no termo original, teria sido para convertê-lo para Austrália; como sendo mais agradável ao ouvido, e uma assimilação com os nomes das outras porções grandes da terra”.

Esta é a única ocorrência da palavra Austrália no texto; mas no Apêndice III de *General remarks, geographical and systematical, on the botany of Terra Australis, de Robert Brown*, o autor faz uso da forma adjetiva australiano, o primeiro uso dessa forma. Apesar da concepção popular, o livro não foi determinante na adoção do nome: o nome veio gradualmente a ser aceito nos dez anos seguintes. Lachlan Macquarie, um governador da Nova Gales do Sul, em seguida usou o termo em seus despachos para a Inglaterra, e em 12 de dezembro de 1817 recomendou ao Instituto Colonial que fosse formalmente adotado. Em 1824, o Almirantado concordou que o continente deveria ser conhecido oficialmente como Austrália.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS FORÇAS ARMADAS DA AUSTRÁLIA

Nas últimas décadas, as relações exteriores da Austrália têm sido motivadas por uma associação estreita com os Estados Unidos através do Pacto *ANZUS*, e pelo desejo de desenvolver relações com a Ásia e com o Pacífico, nomeadamente através da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e do Fórum das Ilhas do Pacífico. Em 2005, a Austrália garantiu um lugar inaugural da Cúpula do Leste Asiático após a sua adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático. A Austrália é um membro da *Commonwealth of Nations*.

A Austrália tem prosseguido com a causa da liberalização do comércio internacional. Isto levou a formação do Grupo de *Cairns* e da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. A Austrália é um membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da Organização Mundial do Comércio e exerceu várias grandes acordos bilaterais de livre comércio, mais recentemente, o acordo de livre comércio Austrália - Estados Unidos e estreitamento das relações econômicas com a Nova Zelândia. Em 2010, a Austrália negociou um acordo de livre comércio com o Japão, com o qual a Austrália tem estreitos laços econômicos como um parceiro confiável na região da Ásia-Pacífico.

Junto com a Nova Zelândia, o Reino Unido, a Malásia e Singapura (*Republic of Singapore*), a Austrália é parte do *Five Power Defence Arrangements*, um acordo de defesa regional. Um país membro fundador das Nações

Unidas, a Austrália é fortemente comprometida com o multilateralismo e mantém um programa de ajuda internacional ao abrigo do qual cerca de 60 países recebem assistência. O orçamento para 2005-06 prevê US\$ 2,5 bilhões para ajuda ao desenvolvimento; como em percentagem do PIB, esse percentual é menor do que o recomendado nas metas de desenvolvimento do milênio das Organização das Nações Unidas. A Austrália foi classificada em 2008 em sétimo lugar pelo Centro para o Desenvolvimento Global no Compromisso com o Índice de Desenvolvimento.

As Forças Armadas da Austrália são compostas pela Marinha Real Australiana (*Royal Australian Navy*), a Força Aérea Real Australiana (*Royal Australian Air Force*) e o Exército Australiano (*Australian Army*), totalizando um contingente de 80.561 pessoas (incluindo 55.068 regulares e 25.493 reservistas). O papel titular do comandante-em-chefe é atribuída ao governador-geral, que nomeia um chefe das Forças de Defesa de uma das Forças Armadas com base no parecer do governo. As operações diárias das forças armadas estão sob o comando do Chefe, enquanto a mais ampla administração e formulação da política de defesa é feita pelo Ministro do Departamento de Defesa.

No orçamento de 2010-11, as despesas para defesa foram de US\$ 25,7 bilhões, representando o 14º maior orçamento de defesa no mundo, mas representando apenas 1,2% dos gastos militares globais. A Austrália esteve envolvida missões de paz, socorro, e conflitos armados regionais e da ONU (Organização das Nações Unidas), que atualmente destacam cerca de 3.330 integrantes das forças armadas em diferentes capacidades em 12 operações no exterior em diversas áreas, incluindo Timor-Leste, Ilhas Salomão e Afeganistão.

### A ECONOMIA AUSTRALIANA

A Austrália tem uma economia de livre mercado com elevado PIB (Produto Interno Bruto) per capita e baixa taxa de pobreza. O dólar australiano é a moeda oficial da nação e também da Ilha Christmas, Ilhas Cocos (*Keeling*) e Ilha Norfolk, bem como dos independentes Estados-Ilhas do Pacífico Kiribati, Nauru e Tuvalu. Após a fusão de 2006 da *Australian Stock Exchange* e da *Sydney Futures Exchange*, a *Australian Securities Exchange* é agora a nona maior bolsa de valores do mundo.

Em terceiro lugar no Índice de Liberdade Econômica (2010), a Austrália é a décima terceira maior economia do mundo e tem o décimo terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita, maior que o do Reino Unido, Alemanha, França, Canadá e Japão, comparável com o dos Estados Unidos. O país foi classificado em segundo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano de 2010 das Nações Unidas, em primeiro lugar no Índice de Prosperidade de 2008 da Legatum e em sexto lugar no Índice de Qualidade de Vida da *The Economist* de 2005. Todas as grandes cidades da

Austrália estão em boa habitabilidade nos inquéritos comparativos globais; Melbourne atingiu o segundo lugar na lista "Cidades Mais Habitáveis do Mundo" de 2008 da *The Economist*, seguida de Perth, Adelaide e Sydney, em quarto, sétimo e nono lugar, respectivamente.

A ênfase na exportação de *commodities*, em vez de bens manufaturados, apoiou um aumento significativo nos termos de troca da Austrália desde o início do século, devido ao aumento dos preços das *commodities*. A Austrália tem uma balança de pagamentos que é mais de 7% negativa em relação ao, e teve persistentemente elevados déficits em conta corrente por mais de 50 anos. A Austrália tem crescido a uma taxa média anual de 3,6% ao ano por mais de 15 anos, em comparação com a média anual da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que é de 2,5%. A Austrália foi um dos poucos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) que conseguiu evitar uma recessão econômica técnica durante a crise econômica de 2008-2009.

O governo de John Howard seguiu com uma desregulamentação parcial do mercado de trabalho e a privatização das empresas estatais, sobretudo no setor de telecomunicações. O sistema de imposto indireto foi substancialmente alterado em julho de 2000 com a introdução de um imposto sobre bens e serviços de 10%. No sistema fiscal da Austrália, o imposto de renda pessoal e de empresas é a principal fonte de receita do governo.

Em janeiro de 2007, haviam 10 033 480 pessoas empregadas, com uma taxa de desemprego de 4,6% da população. Durante a última década, a inflação tem sido de 2-3% e a taxa básica de juros em 5-6%. O setor de serviços da economia, incluindo o turismo, educação e serviços financeiros, responde por 71% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2008. Embora a agricultura e recursos naturais representem apenas 3% e 5% do PIB, *respectivamente*, eles contribuem substancialmente para o desempenho da exportação. Os maiores mercados de exportação da Austrália são o Japão, a China, os Estados Unidos, a Coreia do Sul e a Nova Zelândia.

A política energética da Austrália está sujeita à regulação e influência fiscal dos três níveis do Governo australiano, no entanto a política energética estadual e federal lidam com indústrias primárias, como o carvão. A política energética federal continua apoiando a indústria do carvão e do gás natural através de subsídios para o uso e exportação de combustíveis fósseis, uma vez que esta indústria de exportação contribui significativamente para as receitas do governo. A Austrália é um dos países mais dependentes do carvão no mundo. O carvão e o gás natural, juntamente com os produtos à base de óleo, são, atualmente, a principal fonte de energia utilizada pelos australianos, apesar do fato de a indústria de carvão produzir aproximadamente 38% do total de emissões de gases da Austrália. A política federal está começando a mudar com a publicação de um relatório que prevê uma meta nacional de energia renovável de 20% para o consumo de energia elétrica na Austrália até 2020 e o início do comércio internacional de emissões em 2010.

Ver glossário no final da Aula

Devido à dependência da Austrália em relação ao carvão e ao gás para a geração de energia, em 2000 o país foi o maior emissor de gases que contribuem para o efeito estufa entre todos os países desenvolvidos, independente ou não de terem emissões de desmatamento inclusas. A Austrália é, ainda, um dos países que oferecem maior risco de um aumento nas mudanças climáticas, de acordo com o Relatório **Stern**. A comercialização de energia renovável na Austrália é relativamente menor se comparada a de combustíveis fósseis. As indústrias de energia renovável australianas são diversas, abrangendo várias fontes de energia e as escalas de operação, que atualmente contribuem com cerca de 8 a 10% da oferta total de energia da Austrália. A principal área onde a energia renovável está crescendo é na geração de energia elétrica, seguindo as Metas do Governo Para a Geração de Energias Renováveis.

A Austrália tem o segundo maior nível de automóveis do mundo. O país tem de três a quatro vezes mais estradas per capita do que a Europa e sete a nove vezes mais do que a Ásia, totalizando uma rede de rodovias de 812.972 km, sendo 341.448 km de estradas pavimentadas. A Austrália também possui a terceira maior taxa per capita de consumo de combustível do mundo. Perth, Adelaide e Brisbane são classificadas entre as cidades mais dependentes de automóveis no mundo, com Sydney e Melbourne logo atrás. Além disso, a distância percorrida por carros (ou veículo similar) na Austrália está entre as maiores do mundo, ultrapassando as dos Estados Unidos e Canadá. O crescente preço da gasolina e os congestionamentos cada vez maiores são apontados como fatores que contribuem para um renovado crescimento no uso dos transportes públicos urbanos.

A rede ferroviária do país é grande, abrangendo um total de 37.855 km (2,540 km eletrificadas) da faixa: 3.719 km de bitola larga, a bitola padrão 15.422 km, 14.506 km de bitola estreita e 172 km bitola mista. O país possui um total de 325 aeroportos, sendo os principais o Aeroporto de Melbourne e o Aeroporto de Sydney, um dos mais movimentados do mundo por número de passageiros. A Austrália também possui 2000 km de hidrovias.

O turismo é um importante setor da economia australiana. Em 2003/04, a indústria do turismo representou 3,9% do PIB da Austrália no valor de cerca de A\$ 32 bilhões (Dólar Australiano) para a economia nacional. A participação do turismo no PIB do país tem vindo a decrescer ligeiramente nos últimos anos, representando 1,1% do total das exportações de bens e serviços. Os 10 países que mais enviam turistas para viagens de curta duração para a Austrália são Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos, China, Japão, Singapura, Malásia, Coreia do Sul, Hong Kong e Índia.

Quando tratamos do ítem educação, a frequência escolar é obrigatória em toda a Austrália. Todas as crianças recebem 11 anos de escolaridade obrigatória dos 6 aos 16 anos (1º. ao 10º. ano), antes que eles possam realizar mais dois anos (11º. e 12º. anos), contribuindo para uma taxa de alfabetização de adultos de cerca de 99%. O ano de preparação antes do 1º. ano, embora não seja obrigatório, é quase universalmente realizado. No Programa Internacional de

Avaliação de Alunos, a Austrália regularmente pontua entre os cinco maiores entre os trinta principais países desenvolvidos (países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Os subsídios do governo tem apoiado a criação de 38 universidades da Austrália. No país existe um sistema público de formação profissional, conhecido como **Institutos TAFE**, e muitos empregadores realizam estágios para a formação de novos funcionários. Cerca de 58% dos australianos com idade entre 25 e 64 anos têm qualificação profissional ou superior, sendo a taxa de graduação superior de 49%, a mais alta entre os países da OCDE. A proporção de estudantes internacionais para os locais no ensino superior na Austrália é a mais alta nos países da OCDE.

A expectativa de vida na Austrália é relativamente elevada, com valores de 78,7 anos para os homens e 83,5 anos para as mulheres nascidas em 2006. A Austrália tem as maiores taxas de câncer de pele no mundo, enquanto que o tabagismo é a maior causa evitável de morte e doença. A Austrália tem uma das percentagens mais elevadas de obesidade entre os cidadãos das nações desenvolvidas; também tem sido um dos países mais bem sucedidos na gestão da propagação do HIV/AIDS.

A Austrália introduziu um sistema de saúde universal, conhecido como *Medibank*, em 1975. Reformulado por sucessivos governos, a sua versão atual, o Medicare passou a existir em 1984. Agora é nominalmente financiado por uma sobretaxa do imposto de renda conhecido como a cobrança Medicare, atualmente fixada em 1,5%. Tradicionalmente, a gestão da saúde pública tem sido dividida entre os governos estadual e federal. Os estados gerenciam hospitais e serviços ambulatoriais registrados. Sob o governo de Kevin Rudd, um plano de reforma de saúde emergiu o que permitirá ao governo federal tomar "plena responsabilidade dos cuidados de saúde primários", essencialmente, tomar o controle de hospitais e ambulatórios dos estados. O total de despesas com saúde (incluindo as despesas do setor privado) é de cerca de 9,8 por cento do PIB australiano.

Desde 1788, a principal base da cultura australiana vem da cultura ocidental anglo-céltica. Características distintas culturais também têm surgido a partir do ambiente natural da Austrália e de culturas indígenas. Desde meados do século XX, a cultura popular estadunidense tem influenciado fortemente a cultura australiana, especialmente através da televisão e do cinema. Outras influências culturais vêm de países vizinhos da Ásia e da imigração em grande escala das nações que não falam inglês.

Acredita-se que as artes visuais australianas são tenham começado com pinturas em cavernas e em cascas de árvores de seus povos indígenas. As tradições dos indígenas australianos são amplamente transmitidas oralmente e estão vinculados a cerimônia e a contar histórias do Tempo do Sonho. Desde a época da colonização européia, um dos principais temas da arte australiana tem sido o cenário natural, por exemplo, as obras de Albert Namatjira, Arthur Streeton e outros associados com a Escola de Heidelberg e Arthur Boyd.

A paisagem do país continua a ser uma fonte de inspiração para os artistas modernistas australianos, que tem sido descrito em trabalhos aclamados

como os de Sidney Nolan, Fred Williams, Sydney Long e Clifton Pugh. Os artistas da Austrália são influenciados pelas artes estadunidense e europeia modernas e incluem a cubista Grace Crowley, o surrealista James Gleeson, o expressionista abstrato Brett Whiteley e o artista pop Martin Sharp. A arte contemporânea indígena da Austrália é o único movimento de arte do país com importância internacional para sair deste país e o "último grande movimento de arte do século XX", seus expoentes têm incluído Emily Kngwarreye. O crítico de arte Robert Hughes tem escrito vários livros influentes sobre a história da Austrália e da arte, e foi descrito como "o mais famoso crítico de arte do mundo" pelo *The New York Times*. A Galeria Nacional da Austrália e galerias estaduais mantêm coleções de arte nacionais e estrangeiras.

Muitas das companhias de arte que atuam na Austrália recebem financiamento do Conselho Federal de Artes do governo federal. Há uma orquestra sinfônica em cada estado do país, e uma companhia de ópera nacional, a *Opera Australia*, bem conhecida pela sua famosa soprano Joan Sutherland. No início do século XX, Nellie Melba foi uma das principais cantoras de ópera do mundo. Balé e dança são representados pela *The Australian Ballet* e companhias de vários estados. Cada estado tem uma companhia de teatro financiada por fundos públicos.

A indústria do cinema australiano começou com o lançamento do *The Story of the Kelly Gang* de 1906, considerado o primeiro longa-metragem do mundo, mas tanto a produção de filmes australianos quanto a distribuição de filmes britânicos diminuiu drasticamente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando estúdios e distribuidores estadunidenses monopolizaram a indústria, e na década de 1930 cerca de 95% dos filmes exibidos na Austrália eram produzidos em Hollywood. No final dos anos 1950 a produção de filmes na Austrália efetivamente cessou e não houve produção de filmes completamente australianos na década entre 1959 e 1969. Graças aos governos de John Gorton e Gough Whitlam, a nova onda do cinema australiano da década de 1970 trouxe filmes provocantes e bem sucedidos, alguns explorando o passado da nação colonial, como *Picnic at Hanging Rock* e *Breaker Morant*, enquanto o chamado gênero "Ocker" produziu várias comédias urbanas de grande sucesso, incluindo *The Adventures of Barry McKenzie* e *Alvin Purple*.

A Austrália tem dois canais públicos (a *Australian Broadcasting Corporation* e o multicultural *Special Broadcasting Service*), três redes de televisão comercial, vários serviços de TV paga, e várias estações de rádio e televisão públicas, sem fins lucrativos. Cada grande cidade do país tem pelo menos um jornal diário e há dois jornais diários nacionais, o *The Australian* e o *The Australian Financial Review*. Em 2008, a organização Repórteres Sem Fronteiras classificou a Austrália na 25ª posição entre 173 países classificados por liberdade de imprensa, atrás da Nova Zelândia (7ª) e Reino Unido (23ª), mas à frente dos Estados Unidos (48ª). Esta baixa classificação ocorre principalmente devido à diversidade limitada de propriedade de mídia comercial na Austrália; a maioria das mídias de impressão estão mais sob o controle da *News Corporation* e *Fairfax Media*.

Trabalhando os seus caracteres geográficos naturais percebe-se que, contornando todo o território, encontram-se as planícies, que se tornam bastante largas no norte, junto ao Golfo da Carpentária, e no sudeste, próximo aos rios Murray e Darling. As montanhas que formam os Alpes Australianos localizam-se no leste e no sudeste; são de altitudes modestas, alcançando o máximo de 2.230 metros (Monte Kosciuszko). A maior parte do país é constituída por planaltos geralmente baixos e relativamente planos, dos quais se destacam, entre outros, os montes MacDonell e Musgrave, bem como os desertos Vitória, Gibson, Simpson e outros menores, que ocupam todo o centro-oeste do território australiano (ver mapa)

A distribuição do relevo australiano, mais elevado no leste, influencia a drenagem dos maiores rios do continente - Darling e Murray -, que correm em direção ao sudoeste. Há ainda os rios Flinders, Vitória, Cooper, Ashburton e outros, localizados no leste e no norte do país. Em alguns desses manifesta-se uma característica da hidrografia australiana: o regime intermitente, determinado pelas condições climáticas. Pontilham o território australiano lagos cuja origem se deve à depressão relativa do relevo, inclinado para o interior, existindo grandes formações lacustres até mesmo em meio ao deserto. A nordeste do país localiza-se a Grande Barreira de Coral, que se estende no Mar de Coral, por mais de 2000 km.

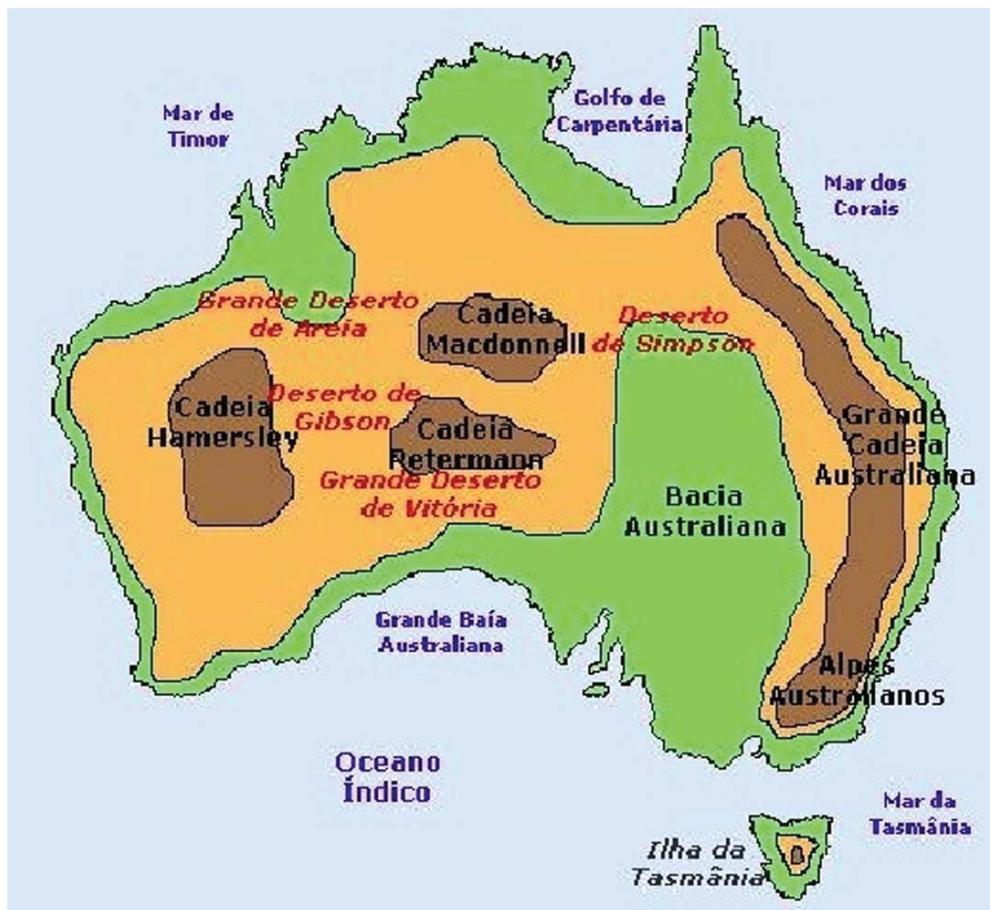


Figura: Mapa do Relevo Australiano. Fonte: Adaptado de SIMIELLI, M. E.. Geoatlas, São Paulo: Ática, 1998.

Verifica-se na Austrália, cortada pelo Trópico de Capricórnio, a presença de climas tropicais e subtropicais, com temperaturas elevadas no norte e mais amenas no sul, onde ocorrem chuvas com maior frequência. O clima do tipo mediterrâneo, com verão seco, manifesta-se em áreas do sudoeste e do sul. Nas vastas extensões semiáridas e desérticas do centro-oeste o clima apresenta-se bastante quente. Em decorrência do clima, recobrem quase totalmente essa ilha as savanas e as estepes (lá denominadas *scrubb*), além das grandes extensões semiáridas e desérticas. Há também, entretanto, manchas de florestas tropicais e subtropicais ocupando as áreas úmidas do norte, leste e sudoeste.

Como a Austrália foi separada dos demais continentes há mais de 50 milhões de anos, desenvolveu uma fauna única, em que se destacam o ornitorrinco, um mamífero com bico e pêlo, e os marsupiais, como os cangurus e os coalas, animais cujos filhotes são criados numa bolsa existente no corpo da mãe durante o período de amamentação.

### Caracteres Geográficos da Nova Zelândia

Quando a Nova Zelândia foi formalmente ocupada pelos britânicos em 1840, as suas ilhas eram habitadas pelos maoris, povo de origem polinésia. De 1845 a 1870, com a intensificação da colonização, ocorreram pesados conflitos entre britânicos e maoris, contrários à ocupação de suas terras. Derrotados, os maoris, que foram reduzidos de 300 mil para pouco mais de 40 mil, assinaram uma série de acordos com os colonizadores. Assim, teve início uma era de paz e prosperidade na Nova Zelândia.

A atividade agropecuária foi a mais importante para o sucesso da colonização. Destacaram-se a criação de ovinos para produção de lã e o cultivo de trigo, na fértil planície de Canterbury. A partir de 1860, foi a extração do ouro que funcionou como importante fator de atração populacional, garantindo a continuidade do processo de colonização.

A Nova Zelândia passou à condição de colônia britânica em 1870, alcançando sua autonomia política após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Nova Zelândia deixou de pertencer à esfera de influência britânica, passando à esfera de influência dos Estados Unidos.

Quando se trata do significado do seu nome, encontramos nos seus inscritos históricos o seguinte: Aotearoa (muitas vezes traduzido como "terra da longa nuvem branca") é o nome māori atual para a Nova Zelândia e também é usado no idioma neozelandês (inglês com adaptações locais). Não se sabe se os māori tinham um nome para todo o país antes da chegada dos europeus, sendo que Aotearoa originalmente referia-se apenas a Ilha do Norte. Abel Tasman avistou a Nova Zelândia em 1642 e chamou-a de *Staten Landt*, supondo que o país fosse conectado a um lugar do mesmo nome no extremo sul da América do Sul. Em 1645, cartógrafos holandeses renomearam o lugar para Nova Zeelandia, em homenagem a província holandesa de Zeeland. O explorador britânico James Cook posteriormente anglicizou o nome para New Zealand.

Os māori tinham vários nomes tradicionais para as duas ilhas principais que forma o país, incluindo *Te Ika-a-Māui* (o peixe de Māui) para a Ilha do Norte e a *Te Wai Pounamu* (as águas da pedra verde) ou *Te Waka o Aoraki* (a canoa de Aoraki) para Ilha do Sul. Os primeiros mapas europeus rotulavam as ilhas como Norte (Ilha do Norte), Média (Ilha do Sul) e Sul (Ilha Stewart). Em 1830, começou-se a usar mapas onde Norte e Sul eram os termos usados para distinguir as duas maiores ilhas do país e em 1907 esta era a norma aceita. O *New Zealand Geographic Board* descobriu em 2009 que os nomes da Ilha do Norte e Ilha do Sul nunca haviam sido formalizados, mas já há planos para fazer isso. O conselho também está considerando nomes māori, como *Te Ika-a-Māui* e *Te Wai Pounamu*, como as escolhas mais prováveis de acordo com o presidente da comissão da língua maori.

## OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO NA NOVA ZELÂNDIA

O povo maori são os mais prováveis descendentes das pessoas que emigraram de Taiwan para a Melanésia e, em seguida, viajaram para o leste até as Ilhas da Sociedade. Depois de uma pausa de 70 a 265 anos, uma nova onda de exploração levou ao descobrimento e ao povoamento da Nova Zelândia.

A Nova Zelândia foi um das últimas grandes massas de terra colonizadas por seres humanos. A datação por radiocarbono, evidências de desmatamento e a variabilidade do DNA mitocondrial em populações maori sugerem que a Nova Zelândia foi fundada pelos polinésios do leste entre 1250 e 1300, concluindo uma longa série de viagens pelas ilhas do Pacífico Sul. Ao longo dos séculos que se seguiram, esses colonos desenvolveram uma cultura distinta agora conhecida como māori. A população foi então dividida em iwi (tribos) e hapu (subtribos), que acabaram por cooperar, competir e, por vezes, lutar uns com os outros. Em algum momento, um grupo dos māori migrou para as ilhas Chatham (a que deram o nome de Rekohu), onde desenvolveram uma cultura distinta chamada moriori. A população moriori foi dizimada entre 1835 e 1862, principalmente por causa da invasão e escravização promovidas pelos māori, embora as doenças europeias também tenham contribuído para isso. Em 1862, havia apenas 101 sobreviventes e os últimos morioris puros conhecidos morreram em 1933.

Os primeiros europeus conhecidos por terem alcançado a Nova Zelândia foram o explorador holandês Abel Tasman e a sua tripulação em 1642. Em um encontro hostil, quatro tripulantes foram mortos e pelo menos um māori foi atingido por um tiro de metralha. Os europeus não voltaram à Nova Zelândia até 1769, quando o explorador britânico James Cook mapeou quase todo o seu litoral. Após Cook, a Nova Zelândia foi visitada por europeus e por vários baleeiros, foqueiros e navios comerciais norte-americanos. Eles negociavam alimentos, ferramentas de metal, armas

e outros bens de madeira, alimentos, artefatos e água. A introdução da batata e do mosquete transformou a agricultura e a guerra maori. A batata proporcionou um excedente de alimentos confiável, o que permitiu campanhas militares maiores e melhor sustentadas. O resultado das inter-tribais Guerras dos Mosquetes abrangeu mais de 600 batalhas entre 1801 e 1840, matando entre 30.000 e 40.000 mǎoris. A partir do início do século XIX, missionários cristãos começaram a se estabelecer na Nova Zelândia e, eventualmente, conseguiram converter a maior parte da população mǎori. A população nativa maori diminuiu em cerca de 40% do seu nível pré-contato durante o século XIX; doenças trazidas pelos europeus foram o principal fator.

O governo britânico nomeou James Busby como Residente Britânico para a Nova Zelândia em 1832 e em 1835, após um anúncio iminente de soberania da França, a indistinta Tribos Unidas da Nova Zelândia enviou uma declaração de independência ao rei Guilherme IV do Reino Unido pedindo proteção. A contínua agitação e a posição dúbia legal da declaração da independência levou o Escritório Colonial do Reino Unido a enviar o capitão William Hobson para reivindicar a soberania para a Coroa Britânica e negociar um tratado com os mǎori. O Tratado de Waitangi foi assinado na Baía das Ilhas em 6 de fevereiro de 1840. Em resposta às tentativas da comercial Companhia da Nova Zelândia de estabelecer um assentamento independente em Wellington e de "compra" de terras em Akaroa por colonos franceses, Hobson declarou a soberania britânica sobre todos a Nova Zelândia em 21 de Maio de 1840, ainda que cópias do tratado ainda estivessem em circulação. Com a assinatura do tratado e da declaração da soberania vários imigrantes, principalmente do Reino Unido, começaram a chegar em números cada vez maiores.

A Nova Zelândia, originalmente parte da colônia de Nova Gales do Sul, tornou-se uma colônia da coroa separada em 1841. A colônia ganhou um governo representativo em 1852 e o primeiro parlamento da Nova Zelândia se reuniu em 1854. Em 1856, a colônia efetivamente tornou-se auto-governada, ganhando a responsabilidade sobre todos os assuntos domésticos, com exceção da política nativa (controle sobre a política nativa foi concedida em meados da década de 1860). Preocupado com a possibilidade da Ilha do Sul formar uma colônia separada, o premiê Alfred Domett apresentou uma resolução para transferir a capital de Auckland para uma localidade perto do Estreito de Cook. Wellington foi escolhida pelo seu porto e localização central, com o parlamento oficialmente sediado ali pela primeira vez em 1865. Com o aumento do número de imigrantes, os conflitos por terras levou às Guerras da Nova Zelândia da década de 1860 a década de 1870, resultando na perda e no confisco de muitas terras mǎori. Em 1893, o país tornou-se o primeiro país do mundo a conceder a todas as mulheres o direito ao voto e em 1894 foi pioneiro na adoção da arbitragem obrigatória entre empregadores e sindicatos.

Em 1907, a Nova Zelândia declarou-se um domínio dentro do Império Britânico e em 1947 o país adotou o Estatuto de Westminster, o que tornou

a Nova Zelândia um reino da *Commonwealth*. O país se envolveu em assuntos mundiais, lutando ao lado do Império Britânico na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais e sofrendo os impactos da Grande Depressão. A depressão levou à eleição do primeiro governo trabalhista e ao estabelecimento de um estado de bem-estar abrangente e de uma economia protecionista. A Nova Zelândia experimentou um período de prosperidade crescente nas épocas seguintes a Segunda Guerra Mundial e os maori começaram a deixar sua vida rural tradicional e ir para as cidades em busca de trabalho. Um movimento de protesto dos maori desenvolveu-se, criticando o eurocentrismo e trabalhando por um maior reconhecimento da cultura maori e do *Tratado de Waitangi*. Em 1975, um Tribunal Waitangi foi criado para investigar alegações de violações do tratado e foi habilitado para investigar queixas históricas em 1985.

A Nova Zelândia é formada por duas ilhas principais e um algumas ilhas menores, situadas perto do centro do hemisfério de água. As principais ilhas do Norte e do Sul são separadas pelo Estreito de Cook, com 22 km de largura em seu ponto mais estreito. Além das duas ilhas principais, as cinco maiores ilhas habitadas são a Ilha Stewart, Ilhas Chatham, Ilha Grande Barreira (no Golfo de Hauraki), Ilha D'Urville e a Ilha Waiheke (há cerca de 22 km do centro de Auckland). As ilhas do país estão entre as latitudes 29° e 53°S e longitudes 165° e 176°E.

O território da Nova Zelândia é longo (mais de 1 600 km ao longo de seu eixo norte-nordeste) e estreito (largura máxima de 400 km), com cerca de 15 134 km de costa e uma área total de 268 021 quilômetros quadrados. Por causa de suas distantes ilhas periféricas e de seu longo litoral, o país tem extensivos recursos marinhos. Sua zona econômica exclusiva, uma das maiores do mundo, cobre mais de 15 vezes a sua área terrestre.

A Ilha do Sul é a maior massa de terra da Nova Zelândia e é dividida ao longo de seu comprimento pelos Alpes do Sul. Nessa cordilheira, há 18 picos com mais de 3.000 metros de altura, sendo o maior o Monte Cook, com 3.754 metros. A região de Fiordland tem montanhas íngremes e fiordes profundos, registros da glaciação deste canto sudoeste da Ilha do Sul. A Ilha do Norte é menos montanhosa, mas é marcada pelo vulcanismo. A altamente ativa zona vulcânica de Taupo formou um grande planalto vulcânico, pontuado pela maior montanha da Ilha do Norte, o Monte Ruapehu, com 2.797 metros. O planalto também abriga o maior lago do país, o Lago Taupo, situado na cratera de um dos mais ativos supervulcões do mundo.

O país deve a sua topografia variada, e talvez até o seu aparecimento acima do nível do mar, ao limite dinâmico que acontece entre as placas do Pacífico e Indo-Australiana. A Nova Zelândia é parte de Zealândia, uma microcontinente com quase metade do tamanho da Austrália, que gradativamente submergiu depois de se separar do supercontinente Gondwana. Cerca de 25 milhões de anos atrás, uma mudança nos movimentos das placas tectônicas começaram a contorcer e deformar a região. Isto agora

é mais evidente nos Alpes do Sul, formados pela compressão da crosta ao lado da falha alpina. Em outros lugares do limite da placa envolve a subducção de uma placa sob a outra, produzindo a fossa de Puysegur ao sul, a fossa de Hikurangi ao leste da Ilha do Norte e as fossas de Kermadec e de Tonga mais ao norte.



Figura: Mapa da Nova Zelândia.  
(Fonte: portalsaofrancisco.com.br).

A Nova Zelândia tem um clima ameno e temperado marítimo, com temperaturas médias anuais variando de 10°C no sul até 16°C no norte do país. A máxima e mínima históricas são de 42,4°C, em Rangiora, Canterbury, e -25,6°C, em Ranfurly, Otago. As condições variam fortemente entre as regiões extremamente úmidas na costa oeste da ilha sul para as regiões quase semi-áridas na região Central de Otago e na Bacia do Mackenzie no interior Canterbury e subtropicais em Northland. Das sete maiores cidades do país, Christchurch é a mais seca, recebendo em média apenas 640 milímetros de chuva por ano, e Auckland a mais chuvosa, recebendo quase o dobro desse montante. Auckland, Wellington e Christchurch recebem uma média anual superior a 2.000 horas de luz solar. As partes do sul e oeste da Ilha do Sul tem um clima mais frio e nublado, com cerca de 1.400-1.600 horas;

as partes norte e nordeste da Ilha do Sul são as áreas mais ensolaradas do país e recebem cerca de 2.400-2.500 horas.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FORÇAS ARMADAS

Na era colonial, a Nova Zelândia permitia que o governo britânico determinasse o comércio externo e fosse responsável pela política externa. Entre 1923 e 1926, Conferências Imperiais decidiram que a Nova Zelândia devia ser autorizada a negociar os seus próprios tratados políticos, sendo o primeiro tratado comercial de sucesso estabelecido com o Japão, em 1928. Apesar dessa relativa independência, a Nova Zelândia prontamente seguiu o Reino Unido ao declarar guerra à Alemanha Nazista em 3 de setembro de 1939, quando o então primeiro-ministro neozelandês, Michael Savage, proclamou: "Onde ela vai, nós vamos; onde ela está, nós estamos".

Em 1951, o Reino Unido virou-se cada vez mais para seus interesses europeus, enquanto a Nova Zelândia juntou-se à Austrália e aos Estados Unidos no Tratado de Defesa ANZUS (nome constituído pelas iniciais de Austrália, Nova Zelândia e United States ou Estados Unidos). A influência dos Estados Unidos na Nova Zelândia enfraqueceu após protestos sobre a Guerra do Vietnã, o fracasso dos Estados Unidos em advertir França após o naufrágio do Rainbow Warrior e por desacordos sobre questões agrícolas comerciais, ambientais e sobre a política sobre a zona livre de armas nucleares da Nova Zelândia. Apesar da suspensão das obrigações dos Estados Unidos, o tratado ANZUS permaneceu em vigor entre a Nova Zelândia e a Austrália, cuja política externa tem seguido uma tendência histórica semelhante. Próximos contatos políticos são mantidos entre os dois países, com acordos de livre comércio e organização de viagens que permitem aos cidadãos visitar, viver e trabalhar em ambos os países sem qualquer restrição. Atualmente, mais de 500 mil neozelandeses vivem na Austrália e 65 mil australianos vivem na Nova Zelândia.

A Nova Zelândia tem uma forte presença entre os países insulares do Pacífico. Uma grande proporção da ajuda externa da Nova Zelândia vai para esses países e muitos povos do Pacífico migram para a Nova Zelândia em busca de emprego. A migração permanente é regulamentada no âmbito do programa do governo, que permitem até 1.100 samoanos e até 750 habitantes de outras ilhas do Pacífico, respectivamente, para se tornarem residentes permanentes da Nova Zelândia por ano. Um esquema de trabalhadores sazonais de migração temporária foi introduzido em 2007 e em 2009 cerca de 8.000 habitantes das ilhas do Pacífico foram empregados nele. A Nova Zelândia está envolvido Fórum das Ilhas do Pacífico, Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico e do Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (incluindo Cúpula do Leste Asiático). O país também é membro

da Organização das Nações Unidas (ONU), da Comunidade das Nações, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e os Cinco Acordos de Força de Defesa.

A Força de Defesa da Nova Zelândia é composta por três ramos: a Marinha Real da Nova Zelândia, o Exército da Nova Zelândia e a Força Aérea Real da Nova Zelândia. As necessidades de defesa nacional da Nova Zelândia são modestas, devido à improbabilidade de ataque direto, mesmo com a presença global do país. A Nova Zelândia lutou nas duas guerras mundiais, com campanhas notáveis em Galípoli, Creta, El Alamein e Cassino. A Campanha de Galípoli desempenhou um papel importante na promoção da identidade nacional da Nova Zelândia e fortaleceu a tradição **ANZAC**, compartilhada com a Austrália. De acordo com Mary Edmond-Paul, "a Primeira Guerra Mundial tinha deixado cicatrizes na sociedade neozelandesa, com cerca de 18.500, no total, mortos como resultado da guerra, mais de 41.000 feridos e outros afetados emocionalmente, de uma força de combate no exterior de cerca de 103 mil e uma população de pouco mais de um milhão". A Nova Zelândia também teve uma importante participação na Batalha do Rio da Prata e na campanha aérea da Batalha da Grã-Bretanha. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos tinham mais de 400 mil militares americanos estacionados na Nova Zelândia.

Além do Vietnã e das duas guerras mundiais, a Nova Zelândia lutou na Guerra da Coreia, na Segunda Guerra dos Bôeres, na Emergência Malaia, na Guerra do Golfo e na Guerra do Afeganistão. O país tem contribuído com forças para várias missões de paz regionais e globais, tais como aquelas no Chipre, Somália, Bósnia e Herzegovina, Suez, Angola, Camboja, fronteira Irã-Iraque, Bougainville, Timor-Leste e nas Ilhas Salomão. A Nova Zelândia também enviou uma unidade de engenheiros do exército de para ajudar na reconstrução de infraestrutura do Iraque por um ano durante a Guerra do Iraque.

Nova Zelândia tem uma moderna, próspera e desenvolvida economia de mercado, com um Produto Interno Bruto (PIB) em Paridade do Poder de Compra (PPC) per capita estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em cerca de US\$ 26.966. A moeda do país é o dólar da Nova Zelândia, informalmente conhecido como o "dólar Kiwi", que também circula nas Ilhas Cook, Niue, Tokelau e nas Ilhas Pitcairn. A Nova Zelândia foi classificada como o quinto país "mais desenvolvido" do mundo pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2011, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e ficou em 4º lugar no Índice de Liberdade Econômica de 2011, publicado pela Heritage Foundation.

Historicamente, as indústrias extrativistas têm contribuído fortemente para a economia da Nova Zelândia, concentrando-se, de acordo com a época, na caça às focas e baleias, linho, ouro, goma kauri e na madeira nativa. Com o desenvolvimento do transporte refrigerado em 1880, carne e produtos lácteos passaram a ser exportados à Grã-Bretanha, um comércio

que serviu de base para um forte crescimento econômico na Nova Zelândia. A elevada demanda de produtos agrícolas do Reino Unido e dos Estados Unidos ajudou os neozelandeses a alcançar um padrão de vida mais elevado do que o da Austrália e da Europa Ocidental nos anos 1950 e 1960. Em 1973, o mercado de exportação da Nova Zelândia foi reduzido quando o Reino Unido aderiu à Comunidade Européia e por outros fatores, tais como crise do petróleo de 1973 e a crise energética de 1979, o que levou a uma grave depressão econômica. O padrão de vida neozelandês caiu atrás daqueles registrados na Austrália e na Europa Ocidental e, em 1982, a Nova Zelândia tinha a menor renda per capita entre todos os países desenvolvidos pesquisados pelo Banco Mundial. Desde 1984, sucessivos governos engajados na reestruturação macroeconômica do país transformou rapidamente a Nova Zelândia de uma economia altamente protecionista para uma economia de livre comércio e liberalizada.

O desemprego chegou acima dos 10% em 1991 e 1992, após a “segunda-feira negra de 1987”, mas finalmente caiu a uma baixa recorde de 3,4% em 2007 (a 5ª menor taxa entre os 27 países comparáveis da OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A crise financeira mundial que se seguiu, porém, teve um grande impacto na economia neozelandesa, com o PIB do país encolhendo por cinco trimestres consecutivos, a mais longa recessão em mais de 30 anos, e com o aumento do desemprego para uma taxa de 7% no final de 2009. A taxa de desemprego para os jovens foi de 17,4% no trimestre de junho de 2011. A Nova Zelândia tem experimentado uma série de “fuga de cérebros” desde 1970, fenômeno que continua ainda hoje. Quase um quarto dos trabalhadores altamente qualificados do país vivem no exterior, a maioria na Austrália e Reino Unido, taxa maior do a de qualquer outra nação desenvolvida. Nos últimos anos, entretanto, um “ganho de cérebros” trouxe profissionais educados da Europa e de países menos desenvolvidos.

O turismo é uma importante indústria na Nova Zelândia, contribuindo com NZ\$ 15 bilhões (ou 9%) do produto interno bruto (PIB) doméstico do país em 2010. É também a maior indústria de exportação da Nova Zelândia, com cerca de 2,4 milhões de turistas internacionais visitando o país anualmente (dados de setembro de 2009), o que forneceu 18% das receitas de exportação neozelandesas em 2010. A Nova Zelândia é comercializada no exterior como um lugar “limpo e verde” de aventura, com destinos naturais, como Milford Sound, o Monte Cook, as Cavernas de Waitomo, o Parque Nacional Abel Tasman e a Travessia Alpina do Tongariro, enquanto atividades como o *bungee jumping* ou a observação de baleias exemplificam atrações turísticas típicas.

A grande maioria das chegadas de turistas para a Nova Zelândia vem através do Aeroporto de Auckland que movimentou mais de 11 milhões de passageiros em 2004. Muitos turistas internacionais também gastam o tempo em Christchurch, Queenstown, Rotorua e Wellington (Ver figura abaixo).

O turismo doméstico também é importante, sendo que as despesas desse tipo de atividade chegam a US\$ 13 bilhões e superam as despesas de turistas internacionais, de US\$ 9 bilhões em 2010. No geral, o turismo mantém cerca de 180.000 empregos em tempo integral (10% da força de trabalho na Nova Zelândia).



Figura: Terminal internacional do Aeroporto de Auckland.  
(Fonte: portalsaofrancisco.com.br).

Em 2008, petróleo, gás e carvão geraram cerca de 69% da oferta de energia bruta da Nova Zelândia e 31% foi gerada a partir de energias renováveis, principalmente energia hidrelétrica e geotérmica. A rede de transportes da Nova Zelândia inclui 93 805 km de estradas, no valor de 23 bilhões de dólares, e 4 128 km de linhas ferroviárias. A maioria das grandes cidades e vilas do país estão ligadas por serviços de ônibus, embora o automóvel privado seja o modo predominante de transporte. As ferrovias foram privatizadas em 1993, em seguida, re-adquiridas pelo governo em 2004 e investidas através de uma empresa estatal. O sistema ferroviário percorre o território do país, embora a maioria das linhas seja de transporte de mercadorias, em vez de passageiros. A maioria dos visitantes internacionais chegam por via aérea e a Nova Zelândia tem sete aeroportos internacionais, embora atualmente apenas os aeroportos de Auckland e Christchurch conectem-se diretamente com outros países além de Austrália e Fiji. Os Correios da Nova Zelândia tinham o monopólio sobre as telecomunicações até 1989, quando Telecom New Zealand foi formada, inicialmente como uma empresa estatal e privatizada em 1990. A Telecom ainda possui a maior parte da infraestrutura de telecomunicações, mas a concorrência de outros fornecedores aumentou.

O ensino primário e secundário é obrigatório para crianças de 6 a 16 anos. Existem 13 anos escolares e de escolas públicas são gratuitas. A Nova Zelândia tem uma taxa de alfabetização de adultos de 99% e mais da metade da população de 15 a 29 anos possui uma qualificação superior. Existem cinco tipos de instituições estatais terciárias: universidades, faculdades de educação, institutos politécnicos, institutos especializados e *wānanga*, e também estabelecimentos de ensino privado.

## CONCLUSÃO

Os britânicos incorporaram a Austrália aos seus domínios em 1770. No ano da incorporação oficial, habitaram a ilha-continente cerca de 300 mil nativos, divididos em mais de 600 tribos, que falavam mais de 500 dialetos. Viviam num estágio cultural bastante primitivo, desconhecendo até a prática agrícola. No século XVIII, a ocupação britânica restringiu-se à implantação de colônias penais, a mais importante delas nas proximidades da cidade de Sydney, e à fixação de um pequeno número de colonos, que constataram as grandes possibilidades de se desenvolver a pecuária com sucesso na colônia.

Quando a Nova Zelândia foi formalmente ocupada pelos britânicos em 1840, as suas ilhas eram habitadas pelos maoris, povo de origem polinésia. De 1845 a 1870, com a intensificação da colonização, ocorreram pesados conflitos entre britânicos e maoris, contrários à ocupação de suas terras. Derrotados, os maoris, que foram reduzidos de 300 000 para pouco mais de 40 000, assinaram uma série de acordos com os colonizadores. Assim, teve início uma era de paz e prosperidade na Nova Zelândia.

A atividade agropecuária foi a mais importante para o sucesso da colonização. Destacaram-se a criação de ovinos para produção de lã e o cultivo de trigo, na fértil planície de Canterbury. A partir de 1860, foi a extração do ouro que funcionou como importante fator de atração populacional, garantindo a continuidade do processo de colonização.

A Nova Zelândia passou à condição de colônia britânica em 1870, alcançando sua autonomia política após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Nova Zelândia deixou de pertencer à esfera de influência britânica, passando à esfera de influência dos Estados Unidos.



## RESUMO

Durante os Períodos Glaciais, Austrália, Nova Guiné e Tasmânia eram ligadas por pontes terrestres, formando um único continente, conhecido como Sahul. Os australoides, primeiro povo a habitar a região, eram os antepassados dos atuais papuas e dos aborígenes australianos, que devem ter chegado a *Sahul* há 60 000 anos.

A seguinte onda significativa de emigrantes só aconteceu em 6000 a.C., quando povos austronésios vindos de Taiwan se espalharam pelas Filipinas e Índias Orientais e chegaram à Nova Guiné, miscigenando-se com os nativos australoides, originando a heterogênea população da Melanésia. Por volta de 1500 a.C., esses austronésios, os maiores navegantes da pré-história,

chegaram às Fiji - vindos de Vanuatu e, pouco depois, à Tonga e à Samoa, ponto de (partida) para a posterior expansão polinésia para o Pacífico Oriental, acabando na ocupação de ilhas tão distantes como o Havaí, ao norte, a Nova Zelândia ou Aotearoa (seu nome polinésio), ao sul e a Ilha de Páscoa ou Rapa Nui, ao leste.

A povoação das ilhas da Micronésia teve origens étnicas distintas: filipinos em Palau e Yap, habitantes do arquipélago Bismarck nas Ilhas Truk, tuvaluanos (que encontram origem nas Fiji) nas Ilhas Marshall, por exemplo. Isso é comprovável por traços culturais e linguísticos. Já os povos da Polinésia encontram origens étnicas, linguísticas e culturais semelhantes. Símbolos da cultura polinésia conhecidos mundialmente são as estátuas tiki e a festa luau, além de seu estilo de tatuagem.

Os austronésios guiaram-se unicamente com a localização dos astros, direção do vento e características das ondas - que revela a localização de ilhas. Dominavam a cerâmica, que foi um dos símbolos da cultura lápita, cujo estilo singular da mesma era ricamente decorado e que, em cerca de 500 A. C., foi substituída por peças simples e sem decoração na Samoa. Também dominavam a agricultura, encontrando subsistência no taro, no inhame, na batata-doce, na mandioca, na banana, no coco, na cana-de-açúcar e no arroz.



Para ficar mais prática a compreensão deste conteúdo faça um quadro comparativo entre a Austrália e a Nova Zelândia, enumerando suas principais características econômicas, sociais, políticas, naturais, etc.

### COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

As duas últimas aulas, deste material, trazem consigo a parte mais empírica da teoria analisada, portanto, torna-se muito mais fácil compreender a separação do mundo em vários mundos, ou como faz o Sistema Capitalista: mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Neste caso, apenas o mundo desenvolvido nos interessa.



## PRÓXIMA AULA

Com esta aula encerramos os conteúdos que precisam ser estudados. Mas, aconselhamos um melhor aprofundamento das questões postas, buscando leituras complementares.



## AUTOAVALIAÇÃO

Chegamos ao final de mais um bloco de conteúdos, por isso, bom mesmo é perguntarmos: será que estou conseguindo acompanhar de forma completa o que foi proposto? Será que estou conseguindo entender o que foi analisado? Será que estou tendo disposição para assimilar este conteúdo?

## REFERÊNCIAS

- CASTELLIS, Manuel. **A sociedade em rede**, São Paulo: paz e Terra, 1999.  
\_\_\_\_\_. *Fim de Milênio – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume 3, 3ª. edição, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- PAIM, A.. **O Liberalismo Contemporâneo**, 3ª. edição, Edições Humanidades, 2007.
- SILVEIRA, Ieda. **A Geografia da Gente**, São Paulo: Ática, 2008.
- VESENTINI, J. William. **Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil**, 44ª. Edição, São Paulo: Ática, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Geografia Crítica: Geografia do Mundo Industrializado**, 25ª. Edição, São paulo: Ática, 2003.
- WIKIPÉDIA. A Enciclopédia Livre, 2012.

### GLÓSSARIO

**STERN:** é o nome do coordenador do referido relatório, o economista britânico do Banco Mundial, Sir NICHOLAS STERN. É um estudo encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos da economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos.

**Institutos TAFE:** Technical And Further Education. Maior centro de educação técnica da AUSTRÁLIA.

**O Dia ANZAC** (ou em inglês ANZAC Day): é celebrado em 25 de abril na Austrália e na Nova Zelândia para lembrar a batalha de Gallipoli (Turquia), em que dezenas de milhares de soldados do ANZAC (Forças Armadas da Austrália e da Nova Zelândia) e do Reino Unido perderam as suas vidas na I Guerra Mundial. As maiores paradas militares do “Dia ANZAC” ocorrem em Canberra, capital da Austrália, e em Auckland, maior cidade da Nova Zelândia. O Dia ANZAC também é feriado nas Ilhas Cook, Niue, Samoa e Tonga.